



Projeto Livro Livre

Iba Mendes

"Quem me dera, agora, que as minhas palavras se escrevessem!
Quem me dera que se gravassem num livro!"

Jó 19:23

Literatura



Eça de Queirós

Cartas inéditas de Fradique Mendes



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com

Cartas Inéditas de Fradique Mendes

Eça de Queirós



Atualização ortográfica e projeto gráfico

Iba Mendes

Publicado originalmente em 1926.

Livro Digital nº 1022 - 1ª Edição - São Paulo, 2019.

Crítica/Ensaio/ - Literatura Portuguesa.

**José Maria de Eça de Queirós
(1845-1900)**



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com

PROJETO LIVRO LIVRE



*Oh! Bendito o que semeia
Livros... livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe — que faz a palma,
É chuva — que faz o mar.*

Castro Alves

O **Projeto Livro Livre** é uma iniciativa que propõe o compartilhamento, livre e gratuito, de obras literárias já em Domínio Público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada, especialmente o livro em seu formato Digital. Sendo assim, não objetivamos fins comerciais ou promoção política. Tal qual o saudoso Nelson Jahr Garcia, pioneiro na divulgação do Livro Digital no idioma português, sempre estudei por conta do Estado, ou melhor, da Sociedade que paga impostos. Por isso, sinto-me também na obrigação de "*retribuir ao menos uma gota do que ela me proporcionou*". Daí o nosso esforço que se resume na simplicidade e na solidariedade.

Segundo normas e recomendações internacionais estabelecidas pela maioria dos países, incluindo Brasil e Portugal, uma obra literária entra em Domínio Público 70 anos após a morte do seu criador intelectual.

O nosso Projeto, que tem por objetivo colaborar na divulgação da Literatura em Língua Portuguesa, em suas variadas modalidades, busca assim não violar nenhum direito autoral. Todavia, caso seja encontrado algum livro que, por imprecisa razão, esteja ferindo os direitos do autor, pedimos a gentileza de nos informar no e-mail: iba@ibamendes.com, a fim de que seja imediatamente suprimido de nosso acervo.

Esperamos um dia, quem sabe, que as leis que regem os direitos do autor sejam repensadas e reformuladas, tornando a proteção da propriedade intelectual uma ferramenta para promover o conhecimento, em vez de um temível inibidor ao livre acesso dos bens culturais. Assim esperamos!

O Livro Digital é – certamente – uma das maiores revoluções no âmbito editorial em todos os tempos. Hoje qualquer pessoa pode editar sua própria obra e disponibilizá-la livremente na Internet, sem aquela imperiosa necessidade das editoras comerciais. Graças às novas tecnologias, o livro impresso em papel pode ser digitalizado e compartilhado nos mais variados formatos digitais, tais como: PDF, MOBI, EPUB, entre muitos outros. Contudo, trata-se de um processo lento e exaustivo, principalmente na esfera da realização pessoal, implicando ainda em falhas decorrentes da própria atividade de digitalização. Por exemplo, erros e distorções na parte ortográfica da obra, o que pode tornar ininteligíveis palavras e até frases inteiras. Embora todos os livros do **Projeto Livro Livre** sejam criteriosamente revisados, ainda assim é possível que algumas dessas falhas passem despercebidas. Desta forma, se o distinto leitor puder contribuir para o esclarecimento de eventuais incorreções, pedimos gentilmente que entre em contato conosco, a fim de efetuarmos as devidas correções.

Ressaltamos, por fim, que o **Projeto Livro Livre** não se limita a simples publicação de textos já disponíveis na Internet, sem qualquer critério. Em vez disso, pautamos nosso trabalho no esmero gráfico e ortográfico, na digitalização e atualização de novas obras, na publicação de autores do nosso tempo, na conversão de livros em áudio etc. Buscamos assim popularizar o Livro Digital, tornando-o acessível a qualquer pessoa e sem nenhum custo.

É isso!

Iba Mendes

ÍNDICE



ALGO MAIS: Espírito revolucionário na obra de Eça.....	1
Prefácio.....	3
Cartas de Fradique Mendes.....	23
Prosas românticas.....	47
Crítica e polêmica.....	57
Notas do mês.....	89

ESPÍRITO REVOLUCIONÁRIO NA OBRA DE EÇA

A crítica social no romance de Eça de Queirós ainda está por fazer. E no entanto que admirável estudo tentar todos os escritores que possuem uma orientação inteiramente moderna e que empregam na análise literária os processos de anotação filosófica e de definitiva conclusão científica!

Geralmente o público letrado não vê no *Primo Basílio* ou no *Crime do Padre Amaro*, na *Relíquia* ou nos *Maias* senão a evolução literária do romance, as altas e poderosas qualidades de um sugestivo artista que tem sabido compulsar como ninguém entre nós o documento humano, um raro experimentador e um observador original. Mas na obra de Eça de Queirós há mais do que pura literatura e preciosidade de estilo, há teses que o romancista desenvolve com um espírito de independência crítica e uma intuição de analista sociólogo, que raras vezes encontramos cá fora em geniais escritores da Europa contemporânea. Com a visão clara de um pensador que é ao mesmo tempo um dos primeiros artistas da língua portuguesa neste século, — senão o primeiro, — Eça de Queirós tem ferido na sua obra todos os preconceitos da sociedade burguesa, desde o absurdo e antinatural celibato dos padres católicos, no *Crime do Padre Amaro* e da credence grotesca, na *Relíquia*, até à imoralidade do adultério "chique", no *Primo Basílio*, ao convencionalismo da agonizante e dessorada sociedade portuguesa, nos *Maias*. Sem ir até ao fim do seu pensamento como Emílio Zola, em alguns dos seis romances, o *Germinal* por exemplo, o grande romancista português deixa entretanto transparecer na sua obra, bastante complexa, a aspiração vasta de integral liberdade que lhe anima o espírito de

pensador inteiramente do seu tempo. E como hoje todos sabem, não são a jogralidade caduca de um anticlericalismo de melodrama nem a fraseologia vaga e vazia do jacobinismo que reclama a cabeça do rei com feijão branco, as armas de combate que podem e devem manejar todos aqueles que lutam pela renovação das almas, num futuro de liberdade e de justiça social. E, pelo contrário, a análise científica que a obra de arte reanima e aquece pelo influxo espiritual do requinte da forma, o grande instrumento demolidor por excelência.

De uma cerebração superior, Eça de Queirós como não podia deixar de ser, compreendeu também essa alta missão do escritor que tem o respeito de si mesmo e que pretende ter um lugar à parte na vanguarda dos que preparam uma sociedade igualitária e livre. Por isso nós aplaudimos o seu consciente e duplo esforço de artista e de pensador, saudando, nesse nome tão querido e tão glorioso, mais um irmão de armas na obra três vezes santa da demolição de todos os preconceitos de casta e um precursor da humanidade feliz e libertária de amanhã!

XAVIER DE CARVALHO

Revista "Ilustração Brasileira", 20 de novembro de 1897.

Pesquisa e adequação ortográfica: Iba Mendes (2019)

CARTAS INÉDITAS DE FRADIQUE MENDES



PREFÁCIO

A publicação dos inéditos de Eça de Queirós obedeceu desde o princípio a uma intenção: a de fazer conhecer do público e da crítica o escritor que, em Portugal, tem sido mais apaixonadamente comentado, e, publicando-lhe as cartas, as notas, os trabalhos repudiados ou esquecidos, penetrar na intimidade da sua vida e do seu pensamento e mostrar, tal qual era, não só o escritor mas também o homem.

Creio que até certo ponto esse fim se tem atingido. Seria hoje difícil fazerem-se certas afirmações que ainda há meses — vinte e cinco anos depois da sua morte — eram correntes e aceites. Eça de Queirós, durante muitos anos, foi em Portugal o mais discutido dos desconhecidos. E isto explica-se: viveu quase sempre no estrangeiro — e, com que sacrifício, as suas cartas o dizem; era extremamente discreto, mesmo nas suas relações com o público — detestando exhibições, avesso a todo o autorreclamo, envolvendo a sua vida íntima numa discrição impermeável, e, sob o escritor, nunca deixando transparecer o homem.

De resto, comunicou pouco com o público português: em trinta anos — além de *As Farpas*, em que colaborou dos vinte e cinco aos vinte e seis, e de *O Mistério da Estrada de Sintra*, publicado aos vinte e quatro e em folhetins anônimos — deu à estampa cinco volumes. A maior parte da sua obra, dispersou-a em artigos para os jornais brasileiros — e por isso ele foi em vida muito mais conhecido, e melhor compreendido, no Brasil, do que em Portugal; o resto, sabemo-lo agora, fechou-o na gaveta da sua mesa de trabalho.

Que admira, pois, que a sua individualidade e a sua psicologia fossem durante tantos anos um enigma para a gente do seu país?

Com exceção de um pequeno grupo de amigos, de que ele era o centro e o animador, quem o conhecia? O escritor que ninguém via subir o Chiado, às tardes, nem estacionar à porta da Havanesa; que não frequentava as redações nem o Grémio; de quem se ignoravam os ditos, os interesses, e a vida particular, era um quase desconhecido para o português mediano. Sabia-se vagamente que vivera em Inglaterra, depois em Paris — mas nesse tempo os portugueses não viajavam: ir a Paris, era uma aventura que marcava um homem durante uma vida; ninguém deitava até Londres! De anos a anos, esse desconhecido atirava para a rua um romance que apaixonava a opinião. Havia durante meses uma excitação, um ruído de batalha em volta do seu nome. Depois, durante outros tantos anos, recolhia ao silêncio, cortado apenas, aqui e além, por alguma carta de "Fradique" na *Revista de Portugal*.

É certo que os seus livros faziam furor e que os jornais falavam: havia polémicas, apareciam panfletos — mas jornalistas, polemistas e panfletários, apenas enalteciam ou atacavam um ignorado, um colega que não frequentavam, que não pertencia às suas "coteries" e que nunca lhes respondia.

Nestas condições, era natural e lógico, num país de imaginação pronta e juízos fáceis como o nosso, que se formasse imediatamente uma lenda em volta daquele autor sensacional de que apenas se tinham lido quatro ou cinco livros — livros para os quais o público português estava de resto mal preparado pelo longo período de sonolência intelectual de que saía — e que logo tentou interpretar com uma vivacidade toda meridional, sem ponderar um momento as intenções do autor nem o alcance da obra.

Antes de Eça de Queirós não existia em Portugal o romance de estudo social. Era uma inovação, uma revolução na arte indígena. Por isso, o grande público — que é no fim de tudo quem faz a opinião — impellido violentamente para uma nova estética e uma nova finalidade da arte, ficou desorientado e perplexo. Todos reconheciam um talento fora do vulgar que surgia, mas poucos o compreendiam. Não creio exagerar muito dizendo que, além dos

"Vencidos da Vida", a plêiade de moços intelectuais que ia arrancar o país à longa apatia em que ele se consumia, poucos foram os que logo de princípio viram nos trabalhos de Eça de Queirós aquilo que eles realmente continham.

O aparecimento de *O Crime do Padre Amaro* foi um escândalo. Era um ataque à Igreja! — E contudo, com um pouco de ponderação, seria fácil descortinar no autor — que ao refundir o seu livro lealmente lhe introduzira a figura redentora do padre Ferrão — não a intenção de visar a Igreja, nem como instituição divina nem como poder espiritual, mas apenas o padre funcionário público, dependente da política, político ele próprio, para quem o sacerdócio era uma carreira em vez de uma vocação e o culto um modo de vida, em lugar de um sacrifício. E assim Eça de Queirós passou a ser julgado "un mangeur de curés", como dizem os franceses. Era o primeiro equívoco.

Com *O Primo Basílio*, repete-se o caso. O romance, que é, na realidade, a dolorosa condenação do adultério — tão exaltado e poetizado na velha literatura romântica — e do meio social que o torna quase inevitável, pareceu logo um ataque impudente à família. Algumas audácias, onde facilmente se poderia perceber o intuito de chamar violentamente a atenção do público para a crapulosa miséria daquilo que até aí lhe fora apresentado como a última palavra da elegância e do sentimento, tomaram o aspecto de uma investida contra os bons costumes. E assim Eça de Queirós, inimigo da religião, passou a ser mais genericamente "inimigo da moral!"

No tipo do conselheiro Acácio (que nunca lhe foi completamente perdoado!), nas ironias cruéis sobre os ridículos nacionais, viu-se — em lugar do rude ataque que realmente representavam aos princípios e às modas que então prejudicavam, e continuam prejudicando, a natural evolução da sociedade portuguesa — a prova evidente do mais arraigado e violento antipatriotismo! O que de resto implicava — como o faz notar o próprio Eça de Queirós numa carta a Mariano Pina — a condenação de todas as literaturas

de todos os tempos, cujo fim essencial foi sempre e será sempre, apontar, para os corrigir pela eloquência, a dialética ou a ironia, os vícios, os erros, ou os ridículos das suas pátrias.

Além disso, havia a irritante questão da língua. Eça de Queirós transformou o português — não com o fim de criar uma escola, mas no louvável intuito de imprimir definitivamente à língua uma nova diretriz, com novas possibilidades de brilho, de beleza e de maleabilidade. Era ainda aqui um inovador — e, como todo o inovador, começou por "forçar a nota". Mais tarde, encontrou o justo equilíbrio e chegou quase à perfeição, mas — tal é a força de penetração de uma "ideia feita" num país de grande indolência mental — ainda hoje se escreve gravemente que Eça de Queirós não sabia português e desconhecia as regras mais elementares da gramática — o que parece insinuar que os escritores são a consequência das gramáticas, em vez de serem as gramáticas a consequência dos escritores, e que, ou a língua chegou ao fim da sua evolução, se tornou insuscetível de aperfeiçoamento ou modificação, cristalizou definitivamente, isto é, morreu, ou, como no Baixo Império, existem em Portugal duas línguas: uma que se fala e outra que se escreve!

O certo é que Eça de Queirós conheceu a sua língua como poucos e "a domou" como ninguém. Haveria ingenuidade em notar ignorância onde só houve propósito. Se a língua de Eça de Queirós fosse apenas o amontoado de erros e barbarismos inconscientes que alguns quiseram ver, como se explicaria a influência decisiva que ele exerceu nas letras e a revolução que realizou? Ou o fundo da língua carecia de toda a resistência, o que é inadmissível, ou a revolução vinha a seu tempo, libertando-a de toda a traparia literária de que a tinham coberto, aproximando-a novamente da língua falada, isto é, da linguagem do povo que é, no fim de tudo quem, através dos séculos, vai fazendo as línguas, as gramáticas, as sintaxes... e as literaturas clássicas!

Porém, de todas estas "etiquetas" que tão teimosamente se lhe

colavam ao nome, nenhuma tão teimosa como aquela que quis fazer passar Eça de Queirós por um "plagiário" convicto e impenitente.

A palavra fora já murmurada em sua vida: provocara-a uma coincidência de título entre *O Crime do Padre Amaro* e a *Faute de l'Abbé Mouret*, de Zola — coincidência de que ele próprio trata risonhamente num artigo inserto no presente volume. Depois da sua morte, porém, o murmúrio cresceu, tornou-se gritaria, provocou artigos, acendeu discussões e acabou mesmo por servir de pretexto à publicação de volumes inteiros, com título, retrato, índice e direitos de autor!

E contudo, apesar de todo este barulho e de toda esta literatura especial, poucas vezes o caso foi tratado com aquele sereno bom senso que podia espalhar uma ampla luz sobre um fato tão sombrio.

Afinal, em que consiste um plágio? Onde começa? O que o caracteriza? — Um plágio é a apropriação voluntária e propositada de ideias ou modos de dizer alheios. O seu fim é emprestar à obra, que desta maneira se enfeita, um brilho e um valor que o seu autor nunca lhe poderia dar sem essa colaboração ilícita. Caracteriza-o a intenção criminosa, e portanto o cuidado, ou pelo menos a esperança, de que nunca a fraude possa ser descoberta.

O enunciado destes três pontos diz mais, só por si, do que todos os argumentos e todas as listas existentes de supostos plágios de Eça de Queirós!

Evidentemente, se eu pusesse o meu nome por baixo de qualquer destas obras inéditas, por mim descobertas e publicadas, apresentando-a como minha, cometeria um plágio abominável. E mesmo se, menos descarado, a aferrolhasse numa gaveta, e, calando a sua existência, publicasse um volume da minha lavra em que tivesse intercalado os pedaços mais originais, ou curiosos, ou literários do manuscrito, seria ainda um plagiário não menos nefando.

Se, porém, ao rabiscar estas linhas, me saísse debaixo da pena imprudente uma frase neste gênero: "...nós, latinos, que temos toda a loquacidade do "Fórum" romano..." ninguém deveria sem injustiça acusar-me de plagiário. A certeza de que a frase seria fatalmente encontrada nas páginas deste mesmo volume, numa carta de "Fradique", afastava necessariamente toda a suspeita de intenção criminosa. A evidente inutilidade da apropriação, o pouco brilho que estas oito palavras emprestariam mesmo a uma prosa sem prestígio, tiravam-lhe todo o aspecto de plágio — podendo afirmar-se sem receio a minha inocência e a minha honradez de moço largamente influenciado pela prosa paterna!

Ora Eça de Queirós escreveu cerca de dez mil páginas, em que talvez não exista uma que não tenha a sua nota original, pessoal ou por qualquer forma interessante. A lista mais completa dos seus supostos plágios contém umas três dúzias de "frases", se tanto! Para que necessitaria o possuidor daquela enorme riqueza deste diminuto subsídio? Que maior brilho, que novo interesse, que sabor especial viriam dar aos seus vinte e cinco volumes aquela dúzia e meia de linhas? É perfeitamente irrisório. Porém, mais irrisório ainda se torna isto, quando se conhecem as fontes misteriosas de onde foi surripiada aquela pequena fortuna literária. — Algum velho alfarrábio perdido? Algum autor desconhecido ou pelo menos esquecido, cuja obra, esgotada, não corresse o risco de ver uma segunda edição? — Não? Os três escritores — creio que se limitam a três — mais lidos, mais discutidos, mais analisados no seu tempo, aqueles que Eça de Queirós mais admirou, de quem mais falou, que mais apontou ao interesse público, são Flaubert, Renan e Gérard de Nerval! — Quem poderá tomar este plagiário a sério?...

E então se entrarmos na análise de cada plágio isolado, ficaremos confundidos. "Preciso de matar este morto", exclama Teodoro, em *O Mandarim*; "Il y a des morts qu'il faut tuer..." afirmara já Renan em não sei que livro! O fato é inegável. — Contudo, o que é igualmente inegável é que essa frase, antes de Renan e depois dele, a devem ter pronunciado, e provavelmente escrito, alguns milhares de franceses! Com um conhecimento menos rudimentar da língua francesa, o

descobridor do plágio teria feito uma segunda descoberta: a frase é popular, é do domínio público, não tem dono — pertence a quem a apanha! Ainda há tempos a li num artigo de Léon Daudet...

Concordo, no entanto, que ninguém tem obrigação de saber francês; mas todos a têm, porém, de possuir umas tinturas de erudição. Havia na remota antiguidade um rito estranho, que consistia em sondar o futuro no sangue de uma galinha negra. Flaubert sabia isto. Eça de Queirós também. Eu mesmo em boa verdade o suspeitava. Houve, porém, quem o ignorasse e logo descobrisse um plágio indecoroso no fato de Eça de Queirós ter referido o caso em *A Relíquia*, depois de Flaubert o ter escrito na *Salambo*.

Valerá a pena fazer comentários?

— Quando *A Relíquia* apareceu, o velho Flaubert já tinha seguramente os seus cinco ou seis milhões de leitores, e a *Salambo* já dera várias vezes a volta ao mundo. Quem iria, conscientemente, buscar inspirações clandestinas àquela vasta fonte pública?

E para só citar outro exemplo do espírito que presidiu à denúncia dos plágios da obra de Eça de Queirós, falarei ainda daquela extraordinária descoberta, feita trinta anos depois da sua publicação, de que o célebre verso com que abre uma página das *Prosas Bárbaras*, "Eu sou o tenebroso, o viúvo, o inconsolável...", não é original de Eça de Queirós!

Ora isto dificilmente se acredita — e sobretudo que uma descoberta desta ordem possa ter provocado, entre homens de letras, uma polêmica acesa e irritada. Mas o que menos se acreditará ainda é que, contemporaneamente, não tenha existido no mundo um homem de alma latina — um letrado, talvez mesmo um profissional — que, pelo menos aos quinze anos, naqueles momentos deliciosos em que uma estranha melancolia envolve as criaturas ingênuas, não murmurasse sombriamente:

Je suis le ténébreux, le veuf, l'inconsolé,

Le prince d'Aquitaine à la tour abolie...

Resta a possibilidade de que o descobridor do plágio não contasse ainda quinze anos...

Contudo se os tinha — sou forçado a dizer que ou sofreu aqui de excesso de zelo crítico ou de falta de sinceridade. Se a moda pegar, temo que a miserável patrulha dos plagiários se veja subitamente elevada às proporções lisonjeiras de um exército. Todos serão plagiários — desde o autor de *Os Lusíadas*, que imitou a Eneida, até aos antologistas, que reproduzem toda a gente — e ninguém poderá escrever impunemente este verso clássico: "As armas e os barões assinalados..." sem lhe juntar este rabicho cheio de elegância e propriedade: "como já disse Luís de Camões, poeta português!"

De resto, esta meticulosidade agrada a certos espíritos. Nós tínhamos em Paris um velho amigo, frequentador assíduo da casa de Neuilly, cujo escrúpulo era tal que esmaltava a sua conversa de citações como esta que entre nós ficou célebre: "Na frase de Carlos Valbom: "estou triste!"...

Ao pé desta torre de escrúpulo, Eça de Queirós era certamente um bem frágil pecador!

Seria divertido, pelo menos para mim, desenvolver a análise dos plágios atribuídos a Eça de Queirós. Não o farei, contudo. Teria de ser cruel para alguns e fastidioso para todos, além de poder parecer que duvidaria da sagacidade dos meus leitores — se é que eu tenho algum leitor!

Acrescentarei, porém, uma última observação. Numa carta à senhora condessa de Ficalho, recentemente publicada, Eça de Queirós refere-se à "melancolia das multidões estranhas...". Mais adiante, na mesma carta, repete a frase, mas desta forma: "...a melancolia das multidões estranhas de que já falava o velho Renan...". E aí temos numa carta, em duas linhas, toda a explicação dos seus plágios e a solução de uma contenda. Vemos logo a

naturalidade com que fala naquela melancolia que tanto experimentou, que conhece tão bem: é a reprodução exata do seu pensamento. Só depois, quando repete a frase, é que se lembra do velho Renan. Aquele "de que já falava" tem quase a intenção de "de que "também" falava". Sente-se uma concordância de ideia tão completa, a repetição vem tão naturalmente, que perde todo o seu caráter de repetição. Eça de Queirós, na sua absoluta boa fé e tia sua naturalidade, não atribui ao caso qualquer importância — e tem razão. Renan, Flaubert, Eça — qual destes três isoladamente traçou uma só linha que os outros dois não "pudessem ter escrito?" Este pecado — se pecado lhe podemos chamar — é comum a todos os escritores — aos grandes sobretudo, que dos outros ninguém indaga. De Anatole France se diz que foi um grande pecador — e contudo duas gerações têm ido beber à sua pura ânfora grega. Racine copiou Tácito; Molière inspirou-se em Plauto, que por sua vez imitou os antigos cômicos gregos; La Fontaine bebeu sem discricção no vasto tonel de Rabelais... E para só falar dos portugueses contemporâneos — todos os puristas alguma coisa devem ao largo copo de Camilo, todos os violentos lamberam o seu trago da malga de Fialho — e quem não sorveu o seu golezinho da taça esguia de Eça de Queirós?!

Porém, aos olhos do grande público, entre o qual tais questões nunca chegam a ter verdadeira repercussão, não foi este o seu maior crime. Indiferente ao caso bizantino dos plágios, a massa dos leitores tornou-se mais exigente com respeito àquilo a que se chamou o "estrangeirismo" de Eça de Queirós.

Com efeito, ele foi sempre entre nós — desde o monóculo e o corte das sobrecasacas, que irritavam a modéstia do Chiado, até às concepções artísticas e aos sentimentos que escandalizavam a rotina nacional — "o estrangeirado". Ora se isto é exato quanto às sobrecasacas e ao monóculo, se teve mesmo aparências de verdade quanto à sua concepção da arte, não passou, com respeito aos sentimentos, de mais um equívoco e de mais uma daquelas falsas etiquetas cuja longa fieira tenho vindo anotando.

De fato, sob o risco de parecer paradoxal, eu ousou afirmar que Eça foi o grande inimigo do estrangeirismo em Portugal. Quer isto dizer que não admirou as civilizações superiores em que viveu, que não desejou para nós igual soma de desenvolvimento material e intelectual? Não, certamente — mas ninguém como ele aborreceu e flagelou a macaqueação servil e perigosa que entre nós sempre se fez dos sentimentos, das doutrinas, das leis e das modas dessas civilizações. De fato — e aqui vem o aparente paradoxo — ele próprio importou de França, tanto vocábulos e modos de dizer como em geral as concepções da sua arte e os seus processos — mas tão habilmente soube utilizar em nosso proveito essas riquezas trazidas de fora, tão perfeitamente as adaptou à índole da nossa língua e às necessidades do nosso gênio, que, com elas, criou belezas inexcelsíveis, e os seus livros, em que a França colaborou, se tornaram, à força de portuguesismo, quase intraduzíveis para francês!

Além disso, não devemos perder de vista que, nesse tempo, ainda não se fizera nos espíritos a evolução para o nacionalismo integral que hoje se observa — e que ele de resto previu, sentindo antes de ninguém a necessidade de "reaportuguesar Portugal". As velhas tradições nacionais jaziam sob os escombros do velho absolutismo já impraticável; os espíritos inquietos e preocupados não encontravam ponto de apoio sólido no próprio fundo nacional, violentamente abalado pelo cataclismo liberal. Era preciso recorrer ao estrangeirismo e trazer de lá novos elementos de vida ou resignar-se à morte lenta por asfixia ou inanição. E, com efeito, foram esses elementos tirados do estrangeiro, que, superiormente adaptados por Eça de Queirós e pelos seus amigos, imprimiram novo e resplandecente voo à nossa literatura decadente.

Há aqui uma forte lição para os portugueses de hoje: mais uma vez, na nossa miséria, nos voltamos para a França, para a nossa irmã latina mais velha e mais brilhante, à procura da solução salvadora — e mais uma vez a velha França nos oferece os recursos do seu espírito generoso e inesgotável. De lá nos vêm os novos processos críticos e as novas concepções filosóficas. Renova-se a crítica

histórica sob os auspícios de Lenôtre, de Bertrand, de Bainville; surge uma literatura regionalista, inspirada em Barres e em Mistral; encontramos o equilíbrio político e social na imensa obra de Mourras. É ao seu impulso que um a um vão caindo os velhos deuses incontestados do século XIX: as teorias individualistas afundam-se miseravelmente; "os direitos do homem" parecem-nos uma facécia; o oportunismo político, uma demência; vemos o sufrágio universal como uma caturrice arcaica e bizantina. E, finalmente, sob a palavra ardente de Daudet e dos neocatólicos franceses, parece alargar-se sobre o mundo um vasto sopro vivificador de idealismo e de fé!

Por toda a parte, nascem os grupos intelectuais e as organizações políticas de que a "Action Française" é o tipo e o exemplo. Em Portugal, o "Nacionalismo integral" de Mourras inspira o "Integralismo Lusitano"; da "Action Française" fazemos a "Ação Realista"; o Regionalismo cria raízes; surgem jornais, livros, revistas...

Para que continuar? — Tudo isto é justo e normal. Nós somos latinos, e como tais pertencemos intelectual e moralmente ao grupo das nações latinas de que a França, através dos séculos, tem sido a orientadora incontestada. Dela nos veio o primeiro chefe, fundador da nacionalidade. A história das nossas evoluções políticas coincide. A sua influência exerce-se em todas as manifestações sociológicas, não só do nosso gênio, mas do gênio de cada um dos povos que formam o bloco latino.

Tudo isto, repito, é justo e normal. Assim a nova corrente nacionalista — a que me honro de pertencer — saiba superiormente adaptar estes elementos vindos de França e imprima um novo e resplandecente voo à nossa pátria decadente!

No entanto, diante da evidência desta necessidade atávica que fatalmente nos domina, falemos discretamente do estrangeirismo de Eça de Queirós.

À luz de uma crítica mais atualizada e mais viva, todas essas etiquetas que acompanharam Eça de Queirós ao túmulo e tantos anos lhe sobreviveram, vão-se lentamente descolando. Para conseguir esse fim justo e moral, creio que não foi indiferente a publicação das suas últimas obras inéditas. O aparecimento de romances apenas esboçados, de rascunhos de novelas, veio revelar naquele artista insatisfeito uma extraordinária atividade literária; a publicação das "Notas" sobre o Egito foi a demonstração de uma espontaneidade que até aí se lhe negou; a *Correspondência*, sobretudo, veio provar o equilíbrio da vida do escritor, o seu fanatismo da Arte, a sinceridade do seu trabalho, o seu interesse pela pátria, longe da qual se sentia sempre mal, enervado, infeliz, odiando os aspectos e os homens que o rodeavam, numa saudade que se sintetiza naquele grito de alma, lançado através do oceano a Ramalho Ortigão: "Ah! quem me dera a Rua dos Caetanos!"

Estamos longe do figurino que se tornara familiar à grande massa do público — (pois não falo aqui para o limitado número de críticos, que há muito tinham entrevisto o verdadeiro homem na sua realidade moral e psicológica) — e que se pode resumir nesta frase: "Um "dândi" de monóculo que vivia em Paris, e que escrevia com gênio e dificuldade coisas sarcásticas contra a pátria e a moral!"

Porém, em Portugal, país essencialmente indolente, é sempre necessária uma definição sintética para todas as coisas e todas as personalidades. O aparecimento póstumo de *A Cidade e as Serras*, e depois de *A Catástrofe*, das *Cartas* e ultimamente de *O Egito*, livro que revelava preocupações tão graves num artista tão moço, exigiam a alteração da velha fórmula; e logo uma nova definição surgiu, fácil, lapidar e simplista: Eça de Queirós foi "um demolidor que se arrependeu". A frase pegou — e ainda hoje é difícil percorrer um artigo ou um livro sobre Eça de Queirós — de admirador ou de detrator — sem que lá se não encontre, espreitando entre os adjetivos laudatórios ou ressaltando entre os epítetos coléricos, a confissão das suas demolições e a afirmação do seu arrependimento...

Único talvez da minha espécie, eu não reconheço essas demolições e não acredito nesse arrependimento, e vejo apenas nesta última definição de Eça de Queirós um derradeiro equívoco e a derradeira etiqueta que a indolência nacional colou sobre a sua obra e a sua personalidade.

Arrependimento pressupõe crime. Onde estava realmente o crime? — Em ter ridicularizado o que era ridículo e estigmatizado o que era erro? Poderíamos falar em arrependimento, se víssemos Eça de Queirós, nos seus últimos livros, cumprimentar respeitosamente o padre Amaro, exaltar o talento do conselheiro Acácio, apertar a mão honrada de Basílio e falar gravemente das virtudes conjugais da pobre Luísa! O que vemos, porém, é muito diverso: cansado de zurzir uma sociedade que não parecia querer emendar-se, uma política que cada vez mais se afogava no atoleiro parlamentar, vemos o escritor "mudar de assunto". Farto da cidade e do século, foge para o campo e para o passado — e então temos *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras*, livros de transição, e depois as vidas de Santos, livros de repouso.

Aqui já não cabe a ironia, que é uma arma, nem o humorismo, que é uma forma do desprezo, porque deixou de haver motivo de combate e de sarcasmos.

A doçura aparece porque os assuntos são doces, e o próprio estilo se ressentido da mudança de cenário, tomando uma fluidez maior, um deslizar mais brando, e — porque não dizê-lo? — uma sorte de vernaculismo, se o termo não é exagerado, desde que pinta aspectos e sentimentos vernáculos. Aqui não há Amaros, nem Basílios, nem Acácios, nem Abranhos, nem partidos, nem advogados espertos, nem convencionalismos falsos, nem mediocridades triunfantes. Há a simplicidade primitiva do nosso campo e as exaltações espirituais da vida rural; em vez das ruas lamacentas, há os largos horizontes cheios de frescura; em lugar das chaminés de ferro e de tijolo, as grandes árvores estendendo os seus ramos cheios de majestade e de paz. Aos sórdidos cordelinhos da comédia social, sentimental ou canônica, antepuseram-se os instintos naturais, os sentimentos

rústicos, as vidas lendárias e piedosas. Significa isto que o escritor modificou o seu pensamento, o seu modo de ser e de sentir? — Não, decerto, e é-nos lícito acreditar que, se um dia se afastasse dos seus campos e dos seus santos, e por um momento voltasse a mergulhar no mundo corrompido que abandonara, imediatamente e automaticamente renasceriam debaixo da sua pena todos os sarcasmos e todas as ironias com que anteriormente o fustigou, expressos na língua um pouco artificial que convinha à descrição de uma sociedade artificial. Afinal, se houve algumas vezes intenção moralizadora na sua obra, foi decerto nos primeiros livros. Nos últimos, creio que houve essencialmente intenção artística. Foi, como todos nós, moralista aos vinte e cinco anos — e cheio de tolerância aos cinquenta. Ao patriotismo exigente da mocidade, que o levava então a lançar-se na luta com impaciência, querendo remodelar tudo, apontando vícios, lacerando ridículos, fustigando-os a golpes de ironia — segue-se aquela fase de benevolência — para não dizer de cansaço — em que o homem já não acredita muito na eficácia do seu esforço, procura consolar-se na arte pura, e das personalidades e dos seus sentimentos colhe apenas o que é doce e repousante. Aqui há certamente desilusão, mas nada prova que houvesse arrependimento.

Hoje, pelo contrário, a individualidade moral e artística de Eça de Queirós, melhor conhecida, aparece-nos como numa curva regular, normal e harmônica. Nenhum desses retrocessos violentos que obrigam certas individualidades, num dado momento da sua evolução, a queimar aquilo que adoraram e a adorar aquilo que queimaram. Veja-se a sua correspondência: é sempre o mesmo homem; não se desmente nem se contradiz: em política, um vago socialismo sentimental, temperado pelo amor instintivo da ordem, e a compreensão da necessidade, em Portugal, de uma monarquia popular e paternal; em moral, uma virtude amável e discreta sem ostentação nem ênfase; na família, um respeito enternecido; no convívio social, o mais fiel dos amigos; em Arte, um fanático. Ora este equilíbrio que as cartas revelam na vida do homem, não creio que a obra o venha desmentir, na carreira do escritor. Aos vinte e três anos, escreveu *O Egito*; aos cinquenta, *Os Santos*: o primeiro

livro deixa entrever o último. E se, entretanto, deu com as *Prosas Bárbaras* e *As Farpas* o seu primeiro empurrão à língua e à sociedade, tentando fazê-las sair violentamente dos velhos moldes em que se tinham anquilosado; se, dos vinte e oito aos trinta e cinco, ambicionou exercer uma forte influência moral no seu país, acordando-o do seu torpor, sacudindo-o e colocando-lhe friamente diante da face, como num espelho um pouco deformado, a imagem dos seus ridículos e da sua miséria moral; se tentou ser, enfim, como ele próprio o diz, "o artista vingador", antes de se tornar o cantor das serras e o agiógrafo de santos estéticos e lendários, tudo isso cabe bem numa existência sem lhe desfazer a harmonia. Julgo, pelo contrário, que todas estas modalidades, de um mesmo espírito, contribuem para a perfeição dessa harmonia: bravura da mocidade que vai para a vida fria, análise do homem feito que observa a vida, tolerância amável do homem maduro que a vida desiludiu. Esta é a história de todos os homens — e nos tempos modernos, inquietos e intensamente agitados em que Eça de Queirós viveu, desde o dia seguinte à revolução de 48 até às vésperas da grande guerra, época de incerteza e de transformação, durante a qual todos os velhos problemas que um momento se julgaram resolvidos tornaram a ser postos em equação, em que a ciência, a filosofia, a metafísica, a arte, subiram a culminâncias inesperadas, para chegarem desoladoramente a um maior e mais angustioso ponto de interrogação — era natural, e lógico, e normal, que um espírito largo e ávido como o seu, aberto a todas as ideias, curioso de todas as inovações, liberto de todos os convencionalismos, produzisse a obra que produziu e como a produziu. E assim, na curva dessa obra, devemos ver, além do comentário da evolução psicológica do escritor, o espelho da evolução das ideias num dado momento da civilização. Por isso eu sustento que não se pode, sem erro, ver dois seres distintos em Eça de Queirós — o demolidor e o arrependido. Como em todos os homens, havia nele uma infinidade de modalidades, todas latentes, que sucessivamente se exteriorizavam sob a influência dos anos, ou de fatores externos, ou de simples impulsos de momento. Assim eu posso afirmar, por exemplo, que *A Catástrofe* foi escrita em 78, anteriormente a *Os Maias*; ora, no consenso público, *Os Maias* pertencem ao demolidor e *A Catástrofe*

ao arrependido! Teríamos portanto de aceitar uma série de arrependimentos sucessivos e sucessivas recaídas — e em lugar de esclarecermos a psicologia do autor de *O Conde de Abranhos* e do *São Cristóvão*, cairíamos numa incompreensão mais densa dos seus motivos e das suas tendências.

Não, não creio provável que Eça de Queirós jamais se arrependesse de ter estigmatizado os Basílios, fustigado os Acácios e os Abranhos, caricaturado os ridículos do Chiado; — somente em face da pavorosa realidade que os seus próprios processos experimentais de observação social lhe revelavam, recebendo antes de mais ninguém a lição que pretendia dar aos outros, abandonou, espavorido, todo esse mundo de egoísmos, hipocrisias e torpitudes — e fugiu para os cima!

Nesse caso — dir-me-ão — para que publicar hoje livros como *O Conde de Abranhos* e *A Capital*? Isso é outra questão, e como só a mim cabe a responsabilidade da sua publicação, não viria a propósito defender aqui uma iniciativa pela qual, de resto, não fui em geral censurado. Direi contudo que não tenho pelo pobre naturalismo (se é que estas obras pertencem ao tão decantado naturalismo), esse virtuoso horror que alguns hoje denunciam em frases, mal traduzidas e pior compreendidas, dos artigos terríveis de Léon Daudet. O naturalismo, na realidade, teve a sua hora, o seu momento e exerceu a sua influência. E essa influência não seria tão perniciosa como muitas vezes se julga. Ele nunca foi um fim: foi apenas um meio — e tornou possível a reação que hoje se esboça por toda a parte.

Pintando-nos tão cruamente a podridão do segundo Império e da terceira República, Zola afugentou para os ares puros dos atuais extremismos todos os espíritos limpos, e vibrou, talvez involuntariamente, um rude golpe na Democracia; Flaubert ajudou poderosamente a tornar inaceitável o "burguesismo" intelectual e social gerado em 89 — e, se Eça de Queirós tivesse continuado, talvez fosse hoje impossível o "acacismo" em Portugal! Digam-me os

espíritos desempoeirados que melhor serviço se poderia prestar ao país!

Menos benévolo do que meu Pai, publiquei-lhe os dois terríveis requisitórios deixados platonicamente na gaveta. Esses livros não são de hoje nem de ontem — são de sempre — e penso que nenhum homem são de espírito e de corpo, nos tristes tempos que atravessamos, me poderá levar a mal o eu ter contribuído para espalhar o largo riso saudável que acolheu estas tremendas zurzidelas nos nossos eternos e impenitentes videirinhos nacionais!

Não era minha intenção, ao iniciar estas linhas, dar-lhes a amplitude de um estudo psicológico sobre meu Pai, e muito menos enveredar por uma justificação da publicidade que tenho dado aos seus papéis inéditos. Simples leigo, mero amador das letras, não sei dominar nem conduzir a minha pena. Ela é que me domina e me conduz e me leva, prolixamente, sem arte e sem equilíbrio, ao sabor das ideias e das descobertas.

Nem falei, afinal, do presente volume, que me propunha apresentar — mas, já que pelo seu título ele próprio se define e se explica, não enjicarei estas páginas, a que o reavivamento do interesse e das eternas discussões em volta do nome de Eça de Queirós, não deixará de imprimir uma viva atualidade.

É um novo depoimento para o processo do escritor contemporâneo que mais influxo exerceu na evolução das nossas letras e sobre o qual ainda hoje se não está de acordo. Tem o merecimento de representar o depoimento de um homem que procurou ser absolutamente sincero — e quem sabe se também o de partir de quem, pelos laços misteriosos do sangue, esteja especialmente apto a compreender e a definir a alma complexa do homem e as contradições aparentes do escritor...

JOSÉ MARIA D'EÇA DE QUEIRÓS

Praia da Granja, 1928.

CARTAS DE FRADIQUE MENDES

A E. STURMM, ALFAIATE

Lisboa, abril:

Meu bom Sturmm. — A sua sobrecasaca é perfeitamente insensata. Ali a tenho, arejando à janela, nas costas de uma cadeira; e assenta tão bem nessas costas de pau, como assentaria nas do comandante das Guardas Municipais, nas do Patriarca, nas de um piloto da barra ou nas de um filósofo, se o houvesse nestes reinos. Quero, pois, severamente dizer que ela não possui *individualidade*.

Se você bom Sturmm, fosse apenas um algibebe, embrulhando a multidão em pano Sedan para lhe tapar a nudez — eu não faria à sua obra esta crítica tão alta e exigente. Mas você é alemão, e de Conisberga, cidade metafísica. A sua tesoura tem parentesco com a pena de Emanuel Kant, e legitimamente me surpreende que você não a use com a mesma sagacidade psicológica.

Não ignora você, decerto, que ao lado da filosofia da história e de outras filosofias, há ainda mais uma, importante e vasta, que se chama a filosofia do vestuário; e menos ignora, decerto, que aí se aprende, entre tanta coisa profunda, esta, de superior profundidade: que o casaco está para o homem como a palavra está para a ideia.

Ora, para que serve a palavra, Sturmm? Para tornar a ideia perceptível e transmissível nas relações humanas — como o casaco serve para tornar o homem apresentável e viável através das ocupações sociais. Mas é a palavra empregada sempre em rigorosa *concordância de valor* com a ideia? Não, meu Sturmm.

Quando a ideia é chata ou trivial, alteia-se, revestindo-a *de* palavras gordas e aparatosas — como todas as que se usam em política.

Quando a ideia é grosseira ou bestial, embeleza-se e poetiza-se, recobrando-a de palavras macias, afagantes, canoras — como todas as que se usam em amor.

Por outro lado, escolhem-se palavras de uma retumbância especial para reforçar a veemência da ideia — como nos rasgos à Mirabeau — ou rebuscam-se as que pela estranheza plástica ajuntam uma sensação física à emoção intelectual — como nos versos de Baudelaire.

Temos pois que a palavra opera sobre a ideia, ou disfarçando-a ou acentuando-a. Vai-me você seguindo, perspicaz Sturmm?

Tudo isto se aplica exatamente às conexões do casaco com o homem. Para que talham os alfaiates ingleses certas sobrecasacas longas, retas, rígidas, com um debrum de austeridade e ressudando virtude por todas as costuras? Para esconder a velhacaria de quem as veste. Você encontra em Londres essas sobrecasacas, nos *meetings* religiosos, nas sociedades promotoras da moralização dos pequenos patagônios e nos romances de Dickens. E para que talham eles esses fraques audazes, bem acolchoados de ombros, quebrados e cavados de cinta, dando relevo aos quadris — sede da força amorosa? Para acentuar os corpos robustos e voluptuosos a que se colam. Você vê desses fraques aos Lovelaces, aos caçadores de dotes e a toda a legião dos *entretenus*.

Disfarçando-o ou acentuando-o, o casaco deve ser a expressão visível do caráter ou do tipo que, cada um, pretende representar entre os seus concidadãos.

Quem lhe encomenda pois um casaco, digno Sturmm, encomenda-lhe na realidade um *prospete*). E nem precisa o alfaiate que aprofundou a sua arte, de receber a confissão do freguês. As ligeiras recomendações que escapam, inquietas e tímidas, na hora atribulada da "prova", bastam para que ele compreenda o uso social a que o cliente destina a sua farpela... Assim, se um cavalheiro de luvas pretas, com uma luneta de ouro entalada entre dois botões do colete, que move os passos com lentidão e reflexão, e, ao entrar, pousou sobre a mesa um número do *Jornal do Economista*, lhe diz, num tom de mansa reprovação, ao provar o casaco: "Está curto e justo de

cinta" — Você deve logo deduzir que ele deseja aquelas abas bem fornidas, flutuantes, que demonstram abundância de princípios, circunspeção, amor sólido da ordem e conhecimento miúdo das pautas da Alfândega... Vai-me você penetrando, bom Sturmm?

Ora, que lhe murmurei eu, em mau alemão, ao provar a sobrecasaca infausta?

Esta fugidia indicação: "Que cinja bem!" Isto bastava para você entender que eu desejava, através dessa veste, mostrar-me a Lisboa, onde a ia usar, sinceramente como sou — reservado, cingido comigo mesmo, frio, cético e inacessível aos pedidos de meias libras... E, no entanto, que me manda você, Sturmm, num embrulho de papel pardo? Você manda-me a sobrecasaca que talha para toda a gente em Portugal, desgraçadamente: *a sobrecasaca do conselheiro!*

Digo "desgraçadamente" — porque vestindo-nos todos pelo mesmo molde, você leva-nos todos a ter o mesmo sentir e a ter o mesmo pensar. Nada influencia mais profundamente o sentir do homem, do que a fatiota que o cobre. O mais ríspido profeta, se enverga uma casaca e ata ao pescoço um laço branco, tende logo a *sentir* os encantos dos decotes e da valsa; e o mais extraviado mundano, dentro de uma *robe de chambre*, sente apetites de serão doméstico e de carinhos ao fogão.

Maior ainda se afirma a influência do vestuário sobre o pensar. Não é possível conceber um sistema filosófico com os pés entalados em escarpins de baile, e um jaquetão de veludo preto forrado a cetim azul leva inevitavelmente a ideias conservadoras.

Você, pondo no dorso de toda a sociedade essa casaca de conselheiro, lisa, insípida, rotineira, pesabunda — está simplesmente criando um país de conselheiros!

Dentro dessa confecção banalizadora e achatante, o poeta perde a fantasia, o dândi perde a vivacidade, o militar perde a coragem, o jornalista perde a veia, o crítico perde a sagacidade, o padre perde a

fé — e, perdendo cada um o relevo e a saliência própria, fica tudo reduzido a esse cepo moral que se chama o *conselheiro!* A sua tesoura está assim mesquinhamente aparando a originalidade do país! Você corta, em cada casaco, a mortalha de um temperamento. E se Camões ainda vivesse — e você o vestisse — tínhamos em lugar dos *Sonetos*, artigos do *Comércio do Porto*.

A PAULO VARGETTE

Meu bom Vargette. — Com alvoroço e carinho acolhi eu ontem o seu livro, *Les Pâles Vêpres*, que é logo, exteriormente, de um tão raro e intelectual dandismo. Considerei, enternecidamente, o seco galho de inverno onde treme uma folha morta, caído, como um emblema de modéstia, sobre a capa de uma cor de carne bem achada, entre rósea e glauca, carne semifluida de Náíade fugidia. Detive o sorriso enlevado nas maiúsculas escarlates, com cercaduras no fino gosto de Simon Colines. Palpei com reverência as folhas graves de papiro sacerdotal. E com os pés para o borralho, pensei nos rudes tempos da velha poesia, quando Musset e Lamartine eram sublimes em papel pardo!

Apesar de ter quase cinquenta anos, de reler Horácio e Racine e de amar, por uma incurável necessidade de pureza, a água límpida que rebenta das rochas claras, eu não sou hostil à poética nova de que o seu livro procede, meu Vargette, e que se chama — se desde ontem lhe não alteraram a alcunha flutuante — *decadismo* ou *simbolismo*. Consiste ela, quando ensinada e praticada pelos mestres — se eu não erro nestas superfinas matérias — em arredar da poesia, como gastas e já inusáveis, todas as sensações ou emoções simples, velhas como o homem, e por ele, através de vinte séculos de literatura, desde os hinos órficos até Béranger, fixadas em formas que, como as da moeda, já não podem ser alteradas — (que Estado, por mais inovador, ousaria cunhar libras triangulares ou peças de cinco francos com o recorte de um lírio?)

Consiste, depois, em rebuscar, através do homem e da Natureza, impressões e emoções novas, ou fragmentos de impressões e emoções, deixadas no subsolo da alma e da vida pelos primeiros escavadores, e que pareçam novas e saídas de um filão novo, por conservarem ainda as asperezas frescas do metal desenterrado. E consiste, enfim, em materializar tão completamente — transpondo-as para o verbo — essas sensações e essas emoções, que elas nos prendam e nos afetem pelos atributos próprios da matéria, e o verbo que as encarne se torne tão verdadeiramente rutilante como um broche de pedrarias, ou tão doce à epiderme como a moleza de um estofado, ou tão respirável como um ramo de lilases... Creio que é esta a poética do simbolismo, quando ensinada pelos mestres.

Erro eu, meu Vargette? — "Que bem que cheira este verso! — Como é macio este verso quando se lhe pousa em cima a face! — No faiscar deste verso há rubis e esmeraldas! — Este verso restolhou denso de ramaria, e aquele cai em gotas límpidas de uma quelha sobre a relva!" Creio serem estes os gritos que o simbolismo quer arrancar à admiração cansada dos homens. Não é verdade, Vargette? Ainda há pouco, um simbolista ilustre murmurava, convidando as multidões para o seu verso: — *Il fait bon dans mon vers!* o que eu traduzo: — "No meu verso há calor, uma flacidez de veludo, toda a sorte de perfumes errantes, e um murmúrio que embala e adormenta... Vinde para o meu verso!" (Eu não fui, porque esse Paraíso, sumptuosamente impresso, custava vinte francos!)

Pois apesar dos meus cinquenta anos já bolorentos e da minha ferrugenta fidelidade a Virgílio, a Horácio e à Antologia, eu penso que esta poética aproveita, consideravelmente, a todo o poeta que nos começos da gentil carreira a cultive com sagacidade e com método. Primeiramente, impõe ao espírito o salutar horror do *já dito*, do *já feito*. Depois, conduz ao hábito de afiar e aguçar a análise, até que, como uma ponta de aço de incomparável flexibilidade e finura, ela saiba penetrar através dos mais tortuosos e escuros refolhos da alma. E enfim acostuma a extrair do verbo humano tudo o que ele humanamente pode dar, como encarnador do visível e do invisível.

De sorte que o *decadismo* é um exercício extremamente útil a todo o poeta que se prepara para a poesia — exatamente como a ginástica é o mais vantajoso exercício do corpo que se prepara para a vida. O espírito sai do *decadismo* com hábitos de atividade inovadora, mais elástico, mais dúctil, possuindo um poder mais variado de se traduzir e viver pela expressão, exatamente como o corpo sai da ginástica com hábitos de vivacidade, mais musculoso, mais ágil, e cheio de destreza para a ação.

Mas, meu Vargette, por isso mesmo que o *decadismo* e a ginástica são meios de educação — não se podem considerar como o fim supremo e definitivo do ser educado. O homem que se prepara para viver uma vida de homem em toda a sua plenitude e variedade — e que para isso se adestrou e se fortificou na ginástica desde os dez anos — deve, logo que envergue a sobrecasaca viril, abandonar a um canto as cordas, as argolas e os halteres. E do mesmo modo — com carinhosa sinceridade lho asseguro — o meu querido Vargette, como poeta que penetra na poesia, deveria ter queimado esse gentil livro, *Les Pâles Vêpres*, desde que, em outro anterior, *Les Doléances*, se exercitara já suficientemente em ser inovador sutil e expressivo. Ficar o meu Vargette, com essa rica e formosa barba cor de milho, a fazer eternamente *decadismo* — seria como ficar o homem de ação, que já tem a barba e a idade da ação, teimosamente dependurado do trapézio. Ambos teriam encalhado a meio do seu destino: um, nunca chegaria à poesia, o outro, nunca chegaria à ação. E ambos eles permaneceriam de fora — sendo para todo o sempre dois simples pelotiqueiros.

Amigo rude, por ser tão amigo — Fradique.

A "MADAME" DE JOUARRE

Minha querida madrinha. — O nome é lindo, cheio de som e de luz: *Claire de Clairval*. Mais bonito ainda em português, tendo um som mais repousado e nobre — Clara de Claro Vale. E corresponde bem

a toda a pessoa, ao busto esbelto, aos cabelos louros, ao romance que pende das pestanas, ao olhar lânguido... embora não abranja também a outra qualidade dos olhos, que, além de lânguidos, são finos. Não devia haver *finura* numa *Clara de Claro Vale*, que, pelo menos de nome, é gótica, toda em sentimento, crédula e grave, sentada numa cadeira de alto espaldar e ocupada em manter a graça heráldica de sua pessoa. Diz a minha bela madrinha que, apesar de tão ressoante, lembrando torneios e cortes de amor, *Clairval* não está muito alto no nobiliário de França. *Un peu de roture ne gête rien*. Pelo contrário, são talvez essas gotas de sangue vermelho e plebeu, que põem através da sua gentil pessoa a ponta de finura que me atrai.

Está a minha bela madrinha enganada — eu nunca a tinha visto antes do baile de *madame* de Tressan. É bem possível que ela vá todas as quartas-feiras à *Comédie Française* — mas desde que se adotaram para a *Comédie* as *toilettes* escuras, com tons sóbrios e graves como a versificação de Racine, não é fácil ser-se atraído, *depois dos trinta anos*, por um *rosto* especial. O teatro todo é como uma mancha escura, picada de pontos pálidos ou cor de pó de arroz, que são as faces. Aos vinte e cinco anos, a curiosidade, vibrante e sempre *à l'affût*, num instante detalha, distingue, escolhe entre todos esses rostos bonitos. A curiosidade mais embotada e lenta dos trinta e cinco, nada aprofunda, passa por sobre a sala num só giro resvalado. É necessário que da parte do rosto bonito já haja a intenção, o desejo de ser notado, que ele próprio se adiante e se evidencie, para que prenda e segure a atenção.

Além disso, eu suponho que ninguém vê a mulher que tem de amar — isto na generalidade, não se trata de *madame* de Clairval! — antes de ter chegado o momento marcado pelo destino para que esse amor se acenda e seja útil ao conjunto das coisas. Nada prova mesmo que essa mulher não tenha emergido, nesse momento, do seio vivo da Natureza, assim, em *toilette* e de luvas brancas, para ser olhada e possuída por esse homem! Isto que parece incidente de conto de fadas é todavia, por vezes, quase justificado pelos fatos.

Um amigo meu, em Lisboa, numa sociedade pequena, de duzentas pessoas, em que todo o mundo se acotovela e todos uns aos outros conhecem o tom de voz, os negócios, os sentimentos, as *toilettes* e as ambições — de tal sorte que mesmo numa sala às escuras se poderia continuar com coerência a conversação — perguntou um dia a uma senhora, numa *soirée*:

— Quem é aquela rapariga de branco, além, ao pé da porta?

A outra olha, parece assombrada:

— É minha irmã...

— Mas...

— Mas quê? Essa é extraordinária! Há quatro anos que ela vai comigo a toda a parte onde eu vou, e há quatro anos que o encontro a si em toda a parte onde apareço...

Um ano depois o meu amigo casava com a *rapariga de branco*!

Estou vendo que não achou esta história interessante — e que mais se vai estabelecer na sua ideia de que há uma semana, desde o baile de *madame* de Tressan, ando vago e sensabor. Talvez tenha razão. Não me sinto, com efeito, nem muito vibrante, nem muito agudo, nem muito impulsivo: Não sei que *rêverie* indecisa me prende, me enleia por vezes, dando-me aquele langor espiritual que os primeiros calores de maio dão ao corpo. Não sei a origem e não quero descobri-la — mesmo que tivesse a vivacidade de espírito para empreender essa análise — com receio de que este estado de doce e vago adormecimento se esvaia e fuja, levando com ele a doçura em que me envolve. E ouço daí a sua pergunta: — "Nenhuma ideia, nenhuma imagem, nenhuma figura passa através deste fundo de cismar informe?" — Meu Deus, escassamente lho poderia dizer. É certo que por vezes, não sei por que, desse fundo de repouso intelectual, dessa névoa luminosa e quente, destaca-se uma longa figura loura, com coisas amarelas no vestido preto e uns olhos

finos e lânguidos... Mas não há nada de perigoso nisto. Suponho mesmo que essa imagem que passa não é o reflexo de nenhuma realidade — mas uma criação própria da imaginação adormecida, semelhante a essas evaporações que se elevam de um lago morto, no verão, e que tomariam, se nós as pudéssemos ver mais densas e perceptíveis, as formas mortas, serenas, paradas e moles do lago de onde se elevaram. Um espírito que dormita e se enlanguesce, deve criar, naturalmente, formas que o reproduzam, figuras esguias — que tenham os olhos lânguidos, e o passo ondeante, e as pestanas descidas e como adormecidas...

Em suma — não é uma mulher especial que assim passa no meu espírito: é antes a personificação simbólica deste estado de espírito que a consciência me mostra, e... Bom Deus, já nem me entendo! Quanta sutileza e quantas névoas! Tenho muitas assim, que se formam e se desmancham... De resto tenho fumado inúmeras *cigarettes*, e relido Musset... — Afilhado nevoento — Fradique.



A MANUEL...

Meu bom sobrinho Manuel. — Desde que há homens e desde que há cartas, nunca homem recebeu carta mais tocante, e mais exigente, e mais absurda, do que esta de 22 de março com que me honras, me aterras, e me divertes! "Para um livro de versos que eu determinei compor, enquanto Deus compõe esta sua primavera, que devo eu escolher: os temas do amor, os da natureza, os da filosofia ou os da história?..."

Oh! meu sobrinho Manuel, tu queres pois que eu, à maneira de um douto Bardo de barbas nevadas e coroa de louros secos, te leve pela mão através das veredas aromáticas do Parnaso e, com o meu velho bordão feito de carvalho délfico, te aponte, além sob as frondes, a fria fonte Castália, onde mais convém que te agaches e bebas?

Poeta te sentes, meu enganado Manuel! Poeta te queres, meu temerário Manuel! E vens agora com a tua lira nova, comprada esta manhã junto à Via-Sacra, nos Armazéns de Apoio, para que, ambos reclinados sob a olaia, eu te guie os dedos tenros sobre as cordas de tripa e de bronze, e te ensine os cantos que encantam...

Mas, meu doce Manuel, porque te não dirigiste tu aos quatro nobres, e clássicos, e argutos mestres que têm cátedra e aula aberta nos cimos do Pindo — Aristóteles, Horácio, Pope e Boileau?

As quatro *Artes Poéticas* desses quatro legisladores da poesia, andam hoje reunidas comodamente, num volume brochado (de 3 francos e 50) que, sendo um código e também um receituário, fornece abundante ensino a toda a alma, dos Açores ou mesmo do Continente, que sinta tendências culpadas para o verso. Porque não te provês tu desse volume disciplinar e fecundante? Com ele, um dicionário de rimas, um bule de café, cigarros, vagares e papel, tu poderás, como tantos outros poetas espalhados por essas grutas frescas do Parnaso, fabricar ressoantes alexandrinos à Hugo, lavradas e lustrosas peças parnasianas, églogas bernárdicas de um quinhentismo que lindamente cheire a mofo, e mesmo esses exercícios léxicos e gramaticais, chamados *decadismo* e *simbolismo*, que constituem um método Ollendorf para aprender a delirar sem mestre.

Todavia, meu doce sobrinho Manuel, não esqueço que tua mãe, a minha boa prima Luísa, quando eu era pequeno e desejava percorrer o mundo, num grande cavalo, à maneira de Roldão ou de Persival, me deu um burro, um lindo burro branco, com selim, e freio, e chicote! E agora que tu, filho da prima Luísa, aspiras a galopar por um mundo ainda mais vasto e obscuro do que o meu, o da poesia, é de boa gratidão, me parece, que eu te forneça também um Pégaso, e to enfreie, e to amanse, e sobre ele te escarranche, e com uma vergasta de louro o vá vergastando e levando, como teu fiel burriqueiro, por esta serra difícil do ideal!

Sobrinho Manuel, um amigo meu, que depois de ser, durante errados anos, um mau poeta, se arrependeu e se tornou um bom crítico, costumava sempre, com a sua autoridade de velho mareante experiente em escolhos e naufrágios, aconselhar os poetas novos a que procurassem os temas e motivos dos seus poemas, fora do próprio e estreito coração e das duas ou três palpitações que nele monotonamente se repetem. Eu pertencço à escola deste homem sagaz — e para mim também, essa poesia chamada *subjetiva*, que vive aninhada nas saias de Elvira e que arrulha sem cessar, no jornal e no livro, as suas gárrulas confidências de amor (ou de namoro), necessita ser substituída por uma poesia mais forte, mais viril, mais humana, que se desaninhe das saias já enxovalhadas da sua eterna dama e lance o voo livre e largo através do mundo e da vida.

O amor (como ensinava o meu amigo), é certamente uma força — e mesmo a maior força deste pobre universo que dele vive e por ele se equilibra — e a notação, em boa rima, de qualquer das suas manifestações que seja intensamente genuína e nova, constitui sem dúvida uma aquisição excelente para o nosso conhecimento do homem, entidade de sete palmos de altura, que, quanto mais profundamente a si próprio se sonda, mais insondável se reconhece. Por outro lado, os versos de amor são preciosos para aqueles que, possuindo o sentimento, não possuem o verbo que lho vivifique, lhes dê a consoladora certeza da sua realidade — e que precisam portanto ver expressas, formuladas, sonoras, quase palpáveis, as coisas indefinidas que lhes tumultuavam no peito e a que não sabiam dar nome.

Mas a não ser nestes dois casos, em que o poeta tenha descoberto em si uma forma do sentir deliciosamente inédita, ou que tenha conseguido exprimir com uma nitidez gráfica excepcional algum sutil estado de alma até aí inexprimível, ele deveria (pelo menos enquanto durar este século saciado de lirismo sentimental) conservar os versos do seu amor no papel íntimo em que os traçou, ao lado das flores murchas, das madeixas de cabelos, das fotografias enodoadas de beijos e de todas as outras relíquias da mocidade que aos trinta anos se atiram ao lume. De outro modo, se os poetas

insistirem em anunciar cada semana, com lábio trêmulo, nos jornais ou nos volumes a 600 rs., que amam Laura, e que a apertaram nos braços, e que os veludos da alcova pendiam em pregas moles — esta geração ocupada, positiva, inteligente, e só seduzida pelas coisas da inteligência, fugirá deles, desesperadamente, como se foge de tudo o que arrepia ou enerva, de um realejo, de uma serra a serrar pedra ou de um canário mecânico, envernizado de amarelo, com corda para 24 horas! Para que a poesia guarde a sua clientela de espíritos, é necessário que contenha em si toda a *humanidade* — e não somente a *feminilidade* da vizinha que sorri além, à janela...

Tudo isto, que afirmava o meu amigo, com aquela irremediável confusão que lhe ficara dos hábitos do verso, é verídico. A poesia não se inventou para cantar o amor — que de resto não existia ainda quando os primeiros homens cantaram. Ela nasceu com a necessidade de celebrar magnificamente os deuses, e de conservar na memória, pela sedução do ritmo, as leis da tribo. A adoração ou captação da divindade e a estabilidade social, eram então os dois altos e únicos cuidados humanos: — e a poesia tendeu sempre, e tenderá constantemente a resumir, nos conceitos mais puros, mais belos e mais concisos, as ideias que estão interessando e conduzindo os homens. Se a grande preocupação do nosso tempo fosse o amor — ainda admitiríamos que se arquivasse, por meio das artes da imprensa, cada suspiro de cada Francesca. Mas o amor é um sentimento extremamente raro entre as raças velhas e enfraquecidas. Os Romeus, as Julietas (para citar só este casal clássico) já não se repetem nem são quase possíveis nas nossas democracias, saturadas de cultura, torturadas pela ânsia do bem-estar, céticas, portanto egoístas, e movidas pelo vapor e pela eletricidade. Mesmo nos crimes de amor, em que parece reviver, com a sua força primitiva e dominante, a paixão das raças novas, se descubrem logo fatores lamentavelmente alheios ao amor, sendo os dois principais aqueles que mais caracterizam o nosso tempo: o interesse e a vaidade. Nestas condições, o amor que voltou a ser, como na Grécia, um Cupido pequenino e brincalhão, que esvoaça, surripiando aqui e além um prazer fugitivo — é removido para entre os cuidados subalternos do homem, muito para baixo do dinheiro, muito para

baixo da política... É uma ocupação, sem malícia o digo, que se deixa para quando acabar o dia verdadeiro e útil, e com ele os negócios, as ideias, os interesses que prendem. "Já não há hoje nada de produtivo a fazer? Já não há nada de sério em que pensar?... Bem! Então, um pouco de perfume nas mãos, e abra-se a porta ao amor que espera!" A isto está reduzida a Vênus fatal e vencedora!

Ora quando uma arte teima em exprimir unicamente um sentimento que se tornou secundário nas preocupações do homem — ela própria se torna secundária, pouco atendida e perde a pouco e pouco a simpatia das inteligências. Por isso hoje, tão tenazmente, os editores se recusam a editar, e os leitores se recusam a ler, versos em que só se cante de amor e de rosas. E o artista que não quer ser uma voz clamando no deserto e um papel apodrecendo no armazém, começa a evitar o amor como tema essencial da sua obra. A glória de Zola vem sobretudo da universalidade e modernidade dos seus assuntos — a terra, o dinheiro, o comércio, a política, a guerra, a religião, as grandes indústrias, a ciência — que são os fatos supremos que interessam o homem culto.

Aqueles que, como Feuillet, e Sandeau e tantos outros, só sabiam contar, com pena enternecida e graciosa, histórias de amor e em que o amor era o centro e o motor único da vida, estão abandonados, comidos humilhantemente pelos ratos, nos subterrâneos dos livreiros.

Nem mesmo as mulheres leem já hoje versos de amor — que de resto não apreciaram em tempo algum, porque nunca uma mulher gostou de ver outra coroada e idealizada! E além disso nem elas, nem ninguém, por mais simples, acreditam na sinceridade dos poemas amorosos. Todos sabemos que eles são meros exercícios de literatura, compostos pacientemente, friamente, de chinelos, com um dicionário de rimas. Nos primeiros anos do século, o poeta que penetrava no "comércio das Musas" começava por compor laboriosamente, e folheando os bons modelos, uma *Epístola* em que celebrava a felicidade de viver nos campos, um *Madrigal* em que cobria uma pastora de aljôfares e nardo, ou um *Ditirambo* um pouco

desgrenhado, em que erguia a taça de vinho rubro e gritava "Evoé!..." Este homem excelente não conhecia pastoras nem bosques, e vivia comedidamente no terceiro andar de uma rua estreita, frequentando o botequim vizinho onde se alagava de orchata.

A orgia báquica, os cordeiros e o surrão, o seu amor da paz silvana, eram meramente nele temas recomendados pela arte poética. Hoje, essa poesia bucólica ou ditirâmbica passou com os calções e com os espadins. O romantismo criou outra retórica. E o poeta que principia, em lugar de se mostrar ao leitor, em rimas castigadas, *pastoril* e *bêbedo*, como o seu antecessor que ainda estudava Horácio — mostra-se agora, com a mesma tranquilidade, mas com as fórmulas que herdou de Musset, *apaixonado* e *dolorido*. A dor e a paixão, porém, são no digno moço tão postiças e tão laboriosamente trabalhadas como eram o bucolismo, o patriotismo e o fervor orgiaco do seu confrade de 1810.

Desta escandalosa insinceridade provém o descrédito do lirismo. Mas, mesmo quando seja sincero, quando brote de uma emoção pura, que interesse nos poderá causar o livro em que o Sr. fulano ou o Sr. sicrano, que nós não conhecemos, nos vêm revelar os êxtases e os tormentos que se debatem no seu peito? Um tal poema deveria ser reservado para os íntimos. Há desde logo um grande impudor em fazer assim do nosso coração uma tiragem de quinhentos volumes, para o vender, palpitante e sangrando, nos balcões das lojas. E há ainda uma intolerável impertinência da parte do Sr. fulano, em nos deter no nosso caminho apressado, para nos gritar, entre suspiros, que ela é formosa e que os seus beijos sabem a mel! — É formosa? Sabe a mel? Bom proveito para si, estimável senhor! Mas que me importa isso a mim, que vou vivamente levado pela minha ideia, pelo meu trabalho, pelo meu negócio ou pelo meu prazer?

A poesia, se quiser prender ainda a nossa atenção, neste momento justamente em que ela atingiu a sua máxima habilidade técnica, necessita abandonar essa alcova em que se enerva e se esteriliza e de que nós conhecemos, até à saciedade, e pela sua indiscrição, todos os

lânguidos escaninhos. Fora dessa sombra mole não lhe faltam os belos temas — e aí tem a história, a lenda, e as religiões, e os costumes, e a vida ambiente, que lhe fornecem correntes de inspiração onde ela pode beber mais profundamente do que em nenhuma das Castálias passadas.

A sua lira, manejada por tão hábeis artistas nestes últimos trinta anos, está superiormente afinada, desde as cordas de nervo até às cordas de bronze, e não há som, por mais delicado ou por mais estridente, que ela não saiba despedir com precisão e com brilho. O homem tem a insaciável necessidade de se conhecer — e quantas formas, infinitamente variadas, do seu sentir, do seu pensar, do seu querer, não há aí, no presente e através do passado, dignas de serem fixadas, para que ele as bendiga ou as maldiga, nessa divina linguagem do verso, a única que verdadeiramente penetra na alma e nela sabe gravar perduravelmente o amor do que é grande, o desdém do que é baixo... Que o poeta se despegue, pois, corajosamente da alcova, e mesmo da porta da sua bem-amada e, com a lira à cinta, como os rapsodos de outrora, percorra o mundo, escutando histórias, para as contar depois em ritmos de ouro!

Justamente, estas considerações que não são de crítica, e apenas lançadas tumultuária e familiarmente em cavaqueira amável, as formulei eu porque conheço uma ou duas histórias que bem mereciam, pela sua beleza moral, ser perpetuadas em versos ricos. E como as minhas histórias não são de amor, procedi logo à maneira daquele mercador da lenda que, quando trazia armas para vender, clamava na praça contra a paz que debilita as almas — e quando os seus fardos só continham sedas e perfumes, erguia imprecações contra a guerra que asselvaja e desmancha os lares!

Mas quê! Em lugar de contar a minha história, para que tu, meu gentil poeta, a cinzeles num poema alado, gastei o meu papel professorando doutrinas e enfeitando-as de buxo e louro, com esta loquacidade divagadora da nossa raça, que tanto mal nos tem feito nas letras e na causa pública! Que remédio? Somos latinos e temos

em nós, hereditariamente e irreparavelmente, toda a secular tagarelice do *Forum Romanum*.

Tio do coração — Fradique.

A...

Meu caro amigo. — Desaprovo energicamente a sua ideia de romance sobre Babilônia. O que foi, justos Céus, que aí, a três passos de Picadilly e de Regent-Street, o levou a pensar em Babilônia? Que interesse podem ter os homens e as mulheres de Babilônia para o seu público, que vive no Chiado, e na Rua do Ouvidor? Diz você que nada há mais interessante para o homem moderno do que descobrir nos outros, de outras idades, os sentimentos, as paixões, os ridículos, a comédia e a tragédia que hoje o agitam a ele. Mas está você certo de que sabe quais eram os sentimentos e os ridículos dos homens que habitavam a cidade do Eufrates? Esteve você lá, alojado num pequeno casebre de tijolo, à sombra do templo de Belu, observando e tomando notas? Ressuscitou por acaso algum babilônio para lhe vir dar a representação dos sentimentos e das ideias do seu tempo? — Como os pode você conhecer?

Dirá você: — mas os homens são sempre os mesmos, através de todas as civilizações e de todas as idades. Nada mais falso nem de pior crítica. O homem é um resultado, uma conclusão e um produto das circunstâncias que o envolvem — circunstâncias de clima, de alimentação, de ocupações, de religião, de política, de arte, de cultura. Ora se estas circunstâncias eram em Babilônia absolutamente, radicalmente diferentes das nossas, como se pode concluir do homem de hoje para o homem de então? Os próprios sentimentos naturais eram diferentes — e o amor de uma mulher de Babilônia devia ser tão diverso do amor de uma mulher de Paris, sob Mr. Grévy, como o pode ser o vidro da manteiga — para empregar uma oposição enérgica.

Tome você uma mulher de hoje, em Lisboa por exemplo, e siga-a durante o seu dia. Ergue-se pela manhã, embrulha-se numa *robe de chambre* e encontra logo nas simples ordens a dar as mil complicações da civilização. É o candeeiro de gás que tem um escape e que é necessário mandar consertar; um telegrama a expedir por causa de um parente que chega no paquete da Madeira; um recado a uma amiga para combinar a hora a que ambas irão à Câmara ouvir falar o Rufino; depois, tem que organizar o *menu*, porque há amigos a jantar; arranjar flores da Praça da Figueira, fazer almoçar e seguir os rapazes para o liceu; vigiar a criada que anda a espanejar os bibelôs na sala; depois, há ainda o *Diário de Notícias* a percorrer e o *Correio da Manhã* a ler, a fechar-se no quarto para escrever a sua correspondência, e por último tratar da questão do criado, que se despediu por birra com o cozinheiro... Só então se pode ocupar da sua *toilette*, e finalmente vai almoçar. Às duas horas chega a amiga, e, metidas numa tipoia, lá vão ambas para as Câmaras. Aí, sessão tumultuosa, eloquência do Rufino, aplausos, olhadelas aos deputados, tagarelice, *rosa divina* nos intervalos. Finda a sessão, vai até à Baixa, dá uma volta pela Avenida, entra em várias lojas, sobe à modista, e, à última hora, apressa-se para casa onde a esperam mais cuidados domésticos: é uma nova discussão com o cozinheiro, um prato que é preciso substituir e todas as graves preocupações da *toilette* para o jantar. Por fim, encontra-se à mesa entre os seus convidados: sorrisos, conversa, discussão sobre política, notícias, canções, boatos, maledicência. Os homens acendem os charutos — e seguem todos para o teatro, a ouvir a nova opereta. À uma da madrugada, volta sonolenta para casa: chá, romance para adormecer — e marido roncando ao lado, com um lenço de seda amarrado na cabeça...

Ora note você que todas estas pequenas ações foram outros tantos agentes diretos, vivos, modelando de certo feitio o *modo de sentir* desta mulher.

Tome agora uma mulher de Babilônia. Ao romper do dia, acordou no harém, no lugar onde só as mulheres dormem. Dormiu vestida, envolta na túnica de linho alvo que guarda quando se levanta — e a

sua primeira ocupação é todo um complicado cerimonial de orações e de invocações. Não tem que dar ordens aos escravos nem que se preocupar com arranjos domésticos: a casa é simples: paredes de mármore ou de tijolo pintado, tapetes macios e fundos e algum vaso precioso, num nicho, entre as frestas que servem de janelas. Depois das orações, rapidamente, uma refeição simples, comida sobre o joelho — e vai para o banho e o toucado, as duas grandes ocupações da vida. Em seguida, são as longas horas no harém, encruzada, ou tecendo ou preguiçando pelos divãs, ouvindo contar histórias., Todas as janelas do serralho permanecem cerradas: nenhuma comunicação exterior com o mundo... No entanto, ouvem-se no pátio rumores de vozes: são os convivas do marido, do senhor, que chegam para o festim. As escravas, então envolvem-na numa dalmática rica, dão-lhe um pequeno turíbulo de ouro, e ela adianta-se para a sala do banquete, de olhos baixos e andar hierático. Ali, gravemente, começa por incensar o marido, no seu "trono", depois, os convivas, chamando sobre eles as bênçãos da deusa — e, cumprido o rito, recolhe lentamente, a passos medidos pelo cerimonial e pelo dogma. Despe a dalmática — e o seu dia findou. Há talvez ainda um passeio pelos jardins, sob o olhar dormente do eunuco, talvez alguma dança ou cantos de escravas — mas o seu dia social findou. Recitam-se novas rezas, outras rezas, queimam-se perfumes em atitudes de invocação. Através das frestas do harém silencioso, vai-se ainda respirar a frescura do crepúsculo cor de ouro...

Depois, desenrolam-se os tapetes, e ela estende-se para dormir — a não ser que o chefe dos eunucos a venha reclamar, e a leve, obediente e passiva, à presença do senhor que a deseja.

Ora cada um destes atos ajudou a formar o *modo de sentir* desta mulher. Como pode portanto a sua maneira de amar corresponder ao modo de amar da mulher portuguesa?

Dirá você que, em conclusão, ambas elas têm filhos. Decerto. Mas isso é uma função orgânica, não é um sentimento. E se o que você quer é descrever funções orgânicas — então está você num campo

muito seguro: basta-lhe copiar-se a si próprio — porque certamente o rei Senaqueribee digeriria exatamente como digere o conselheiro Acácio, e ambos se desembaraçavam do mesmo modo dos seus líquidos!

Assim, só lhe resta, pois, pintar, com a consciência íntima de ser exato, a decoração exterior da vida — as casas, os trajes, as mobílias, as armas. Mas isso não constitui um romance: são quadros de natureza morta. É o pitoresco pelo pitoresco — fórmula atroz da literatura!

E será ao menos difícil? — Nem isso. A ciência arqueológica tem avançado tanto que todas essas minudências da vida exterior estão hoje explicadas em livros e enumeradas por ordem alfabética, com gravuras ao lado. Pode-se fazer a mais sábia e perfeita pintura da vida romana — com o *Dicionário Clássico*, de Smith, que custa dezoito tostões...

A isto você responderá decerto: — E a *Salambo*? — Para fazer a *Salambo*, com efeito, não basta o *Dicionário* — é necessário o gênio de Flaubert!... E quando se tem esse gênio, e oito anos de vagares para o aplicar a um monumento como a *Salambo* — falha-se o monumento, como ele o falhou, e diz-se, como ele disse, com infinita melancolia: *Peut-être, après tout, n'y a-t-il pas un mot de vrai là-de-dans!*

*Amigo sincero et nunc et semper
Fradique.*

A E...

Meu caro E... — Você é o mais difícil de contentar dos homens que habitam a Terra. Pois consegue, com os seus livros, ressuscitar esse tipo defunto, o purista, o gramático — e ainda se lastima?

Como todas as coisas e os entes deliciosamente pitorescos do século XVIII português, que se afundaram, se sumiram no grande terremoto constitucional que tudo nivelou e achatou — tipos, costumes e caracteres — sumira-se, mergulhara nas trevas, o purista, o gramático, o fiscal da língua! Os que amam as coisas portuguesas ainda por vezes dele se lembravam, como de uma figura que mais que nenhuma outra adornava, dando-lhe significação, a velha sociedade portuguesa do tempo da senhora D. Maria II. Você, porém, chega, escreve, imprime — e eis que de entre as ruínas do Carmo ou de não sei que velho casarão meio demolido do bairro de São Vicente, se ergue essa sombra e se põe a marchar! É o purista, inteiro, completo, com a cabeleira sórdida a que ainda estão pegados bocados de palha, as meias engelhadas nos pernis escanifrados, o capelo cor de vinho com o cabeção erguido, a face chupada pelas ansiedades da prosódia, os óculos de aro de latão na ponta do nariz, bem bicudo para picar os galicismos, os braços atravancados de *in-fólios* clássicos e de dicionários, e nas ventas, ainda, a grossa pitada de simonte que ele respeitosa e colheu da caixa de Curvo Semedo!

Com o dedo trêmulo, o esgalgado e soturno defunto folheia o *Basílio* e o *Amaro* e solta do cavername oco do peito, até aos céus da Arcádia, um grito de consternação. E você que faz? Recua e procura a bengala para desancar o digno homem!

Nunca se viu uma ira mais irracional. O que você devia fazer era abrir os braços e berrar: — "Oh, simpático caturra, vem, que eu te estreito ao meu coração!" — Porque afinal você tem aí um tipo precioso de romance, já feito, sempre genérico mesmo na sua individualidade, pronto ou quase a ser impresso, sem se tornar necessário rever-lhe as provas.

Por esse tipo — como por um osso desenterrado se adivinhou o mastodonte — podemos reconstituir todo o velho regime. Bem analisado, ele imediatamente explica, e por comparação faz reviver ante os nossos olhos modernos, o brigadeiro, o poeta parasita, o frade apostólico, as sécias, os alfenins, o intendente da polícia, as

aias pretas, as modinhas ao cravo, o andador das almas, o Sr. arcebispo de Tessalônica e todo o pessoal tão pitoresco desse estranho mundo passado. E queixa-se você! Talvez mesmo o único resultado sólido dos seus livros seja o de terem ressuscitado o purista!

O tipo, com efeito, é monstruoso. Fora de Portugal, nunca existiu — e hoje mesmo é necessário um esforço para lhe compreendermos a existência, o valor e a ação. O purista toma uma ideia e não quer saber se ela é justa, ou falsa, ou fina, ou estúpida — mas só procura descobrir se as palavras, em que ela vem expressa, se encontram todas no Lucena! Agarra um soneto, um verso a uma mulher, e pondo de parte o sentimento, a emoção, a imagem, a poesia, indaga apenas se as vírgulas estão no seu lugar e se as incidentais não cortam de mais a oração principal! Encontra um tipo num romance, e numa inteira indiferença pela verdade desse tipo, a sua lógica, a sua forte vitalidade, esquadrinha unicamente se, na descrição dos seus gestos ou dos seus feitos, o verbo *haver* foi impropriamente usado! No estudo de um caráter, não quer saber da finura da dedução, nem da penetração crítica, nem da análise, mas vai, com a ponta do nariz sobre as linhas, catando as maneiras de dizer que não são vernáculas! Folheia um grande e largo livro de história, e ignorando mesmo se a história é a de Portugal ou a da China, põe o dedo, ao fim de longa investigação, sobre uma página, e dá este resumo final, numa voz cavernosa: — "*Massacre* em vez de *matança* — livro funesto!"

Fazer tudo isto é verdadeiramente estupendo! O homem que o faz não tem nome que o classifique (*bruto* não é bastante, *facínora* é talvez de mais), a não ser que ele próprio, que sabe todos os termos do Dicionário, conheça aquele que lhe compete!

Mas por ser assim estupendo e inominável, devem tirar-se-lhe os livros da mão e reenviá-lo a pontapés para a cova de onde emergiu? — Não, justos Céus! Deve-se estudá-lo como um caso de patologia social. Devem-se-lhe meter mais livros nas mãos sebáceas, os melhores livros da língua, livros de história, de análise, de poesia —

e dizer-lhe depois: — "Aí tens, funciona!" — E quando o portentoso caturra, descendo os olhos para o bico de cegonha castiça e puxando para os ombros o capote de camelão, começa a funcionar, a catar o galicismo, a verificar a vernaculidade do termo — é necessário fazer um profundo silêncio, como quando ocorre um grande fenômeno, e ao lado, com atenção e sagacidade, tomar notas, muitas notas!...

Há, com efeito, um livro a fazer sobre o purista!

Mas, diz você na sua carta, que não é tanto este antiquado tolo que o aflige, mas o purista do tipo moderno, que num livro aprecia a ideia, a análise, a intenção, a vida das personagens, como um crítico do seu tempo, e depois, a respeito da forma, de passagem, desculpando-se da caturrice, acrescenta que a construção é lamentavelmente francesa, o vocábulo pobre, o galicismo fervilhante, e que "é uma pena que você não saiba escrever a sua língua!" E você pinta o tipo: — "moço, inteligente, espirituoso, cultivado, afrancesado, moderno — e no meio de tudo isto, purista!"

Mas, filho meu, isso é aquilo a que nós aqui chamamos *un malin*. Bem lhe importa a ele a vernaculidade da língua! O que o interessa, moderno como é, são os tipos, os estudos sociais, os *retratos* que possa haver nos seus livros, a sensação, o dramático. É moderno, é vivo até à medula; a língua que no fundo lhe agrada é a francesa; foi educado à francesa; veste, pensa, come, *flirta*, fala, legisla pelo molde francês, que entende ser o mais gracioso e o mais cômodo. Somente falando em Portugal de um livro português, acha que lhe fica bem um laivo de patriotismo. Um bocado de patriotismo fica bem, *ça pose*: dá seriedade, agrada aos homens graves e a certos jornais; dá garantias de zelo pela coisa pública, atrai a simpatia do professorado e torna-se assim um instrumento de vida... É pois conveniente, na crítica, lançar uma nota patriótica. Mas qual? Aí é que está a dificuldade. Porque o *malin*, educado pela França, repassado de francesismo, vendo tudo à francesa e sentindo tudo à francesa, não pode distinguir bem onde esteja no livro essa falta de sentimento nacional que ele deseja acusar. Não o tendo em si, não percebe, naturalmente, quando ele falta nos outros. Recorre então à

língua. Isso sabe ele — que há uma língua em Portugal e outra em França, e que La Bruyère não escreveu como o padre Antônio Vieira. Leu-os ambos — sobretudo La Bruyère — e conhece bem as diferenças. E é então que lança o seu grito patriótico — que tem um certo chique, que é como uma flor da flora nacional que ele põe ao peito, que agrada, lhe dá o feitio de estar ainda preso à velha tradição e lhe pode, *en passant*, abrir os braços da Academia! Mas fá-lo por dever, sem entusiasmo. Essa língua nacional e vernácula, à moda de Jacinto Freire de Andrade, que lamenta não ver no livro — nem por todos os tesouros da terra a quereria ele usar. Nem saberia. francês de ideia, é francês de vocábulo. E a prova da sua pouca sinceridade na acusação está em que ele acusa o livro de ser escrito com a *construção francesa* — e como? Em frases todas elas construídas à francesa! E aponta à indignação da Academia os seus galicismos — de que modo? Empregando para formular a acusação, em cada dez palavras, cinco galicismos! Já você vê, querido E..., que o homem, no fundo, é um colega seu!

Mas, à parte as críticas, restam os fatos. Há razão para que você se preocupe com a sua falta de vocábulo, a sua má construção e os seus galicismos? Não, homem, respire! Evidentemente, a sua língua não é rica — menos rica, decerto bem menos, do que a de Oliveira Martins ou do Ramalhal amigo. Muito menos ainda do que a de Camilo, cujo verbo é prodigioso, acumulando tudo o que o gênio nacional inventou para se exprimir! E por isso é tanto mais doloroso ver que ele não sabia usar essa imensa riqueza e que, com um léxico mais vasto que o de Ramalho e de Oliveira Martins, não alcançou jamais, como eles, o vigor, o relevo, a cor, a intensidade, a imagem, a vida, mesmo naqueles assuntos em que o romancista, o crítico e o historiador se encontram: — na pintura exterior dos homens e do drama humano. Onde Ramalho é largo e transparente, tudo reproduzindo como um belo rio que corre, onde Oliveira Martins é incorreto, mas intensamente vivo, à maneira do genial Saint-Simon — Camilo, com o verbo completo de uma raça na ponta da língua, hesita, tataranha, amontoa, retorce, embaralha e faz um pastel confuso — que nem o Diabo lhe pega, ele que pega em tudo!

Você, em todo o caso, é infinitamente menos rico em termos do que esses seus três ilustres colegas. No entanto não se aflija por isso, nem continue a ler o dicionário, menos ainda os clássicos. Essa questão de riqueza de léxico tem sido já muito estudada — e decidida. E a decisão é esta: — Bem-aventurados os pobres de léxico, porque deles é o reino da glória!

Em Inglaterra, homens graves e pacientes fizeram uma contagem das palavras usadas pelos grandes escritores da língua. E pôde assim estabelecer-se uma tabela, desde um camponês do Yorkshire, que fala com duzentas palavras, até ao divino Shakespeare, que sabia e usava não sei quantos milhares, um número enorme de milhares! Mas Shakespeare é um poeta que percorreu todos os mundos, até o mundo das visões, e que necessitou mesmo, para traduzir a sua emoção, de forjar por vezes o vocábulo. Melhor é tomar, pois, como grandes sabedores de léxico, algum prosador, como Macaulay, o torrencial, ou George Eliot, a deusa. São estes os que estão no mais alto grau da tabela, que vem descendo até Fielding e até Addison, cuja pobreza de dicionário era verdadeiramente lamentável. Ora, muito bem: qual é, segundo o consenso unânime da crítica inglesa, o mais puro, fino, encantador, original, luminoso prosador inglês? Addison!

Tem já você aqui um ponto adquirido: que, na literatura clássica, a crítica inteira de uma grande nação literária, como a Inglaterra, dá a palma da prosa ao homem que segundo os lexiconistas usou e soube menos termos. Mas passemos aos modernos. Quais são os três escritores ingleses que, recentemente, à parte o seu valor como pensadores, mais marcaram para os lexiconistas, pela abundância em adjetivos e epítetos? Além de Macaulay e George Eliot, Carlyle. E por outro lado, quais são os modernos pobres de léxico? Froude, o historiador, e Mateus Arnold, o crítico. E se perguntarmos a qualquer inglês, mesmo mediocrementemente culto, pelos dois mestres da prosa contemporânea, os que escrevem o inglês mais elegante e fino — quais são os nomes invariavelmente citados? Os nomes dos dois pelintras do verbo: Mateus Arnold e Anthony Froude!

Já você decerto sorri e lhe renasce a esperança! Mas vou dar-lhe um alegrão maior ainda, convidando-o a atravessar o Canal e a vir aqui penetrar na prosa francesa. Aqui, não são só dois escritores — é toda a Legião Sagrada, desde La Bruyère, mostrando que a melhor prosa, a mais perfeita, a mais lúcida, a mais lógica, a que tem sido a grande educadora literária e tem civilizado o mundo, é feita com meia dúzia de vocábulos que se podem contar pelos dedos. Faça uma experiência: leia, durante uma semana, meia dúzia de páginas de cada um dos grandes mestres: Bossuet, La Bruyère, La Fontaine, Diderot, Voltaire, Beaumarchais, e diga-me se os termos com que é trabalhada cada uma dessas páginas, não são os termos da linguagem familiar, os mesmos que sabe e emprega qualquer modista da *Rue de la Paix*?

E há alguma coisa singular nisto? Não. Singular seria que os fatos fossem diferentes. As palavras são, como se diz em pintura, *valores*: para produzir, pois, um certo efeito de força ou de graça, o caso não está em ter *muitos valores*, mas em saber agrupar bem os três ou quatro que são necessários. A beleza de uma pintura — no que respeita ao colorido — acaso está na abundância das cores? Não, decerto, e se assim fosse, as obras-primas da pintura seriam as estampas de Épinal, onde, numa simples figura, se encontram sessenta *nuances*! E todavia, os grandes mestres são Rembrandt, Velásquez, Van-Dick, Ribera, que pintavam com três ou quatro cores. Quase que tenho vergonha de repisar aqui estes axiomas do senso comum!

Mas veja você ainda todos os modernos franceses, os grandes pensadores — Renan, Flaubert e mesmo Dumas filho. Escrevem com meia dúzia de palavras. Flaubert catava dos seus livros todos os termos que não pudessem ser usados na conversa pelo seu criado: daí vem ele ter produzido uma prosa imortal. E a razão é que só os termos simples, usuais, banais, correspondendo às coisas, ao sentimento, à modalidade simples, não envelhecem. O homem, mentalmente, pensa em resumo e com simplicidade, nos termos mais banais e usuais. Termos complicados, são já um esforço de literatura — e quanto menos literatura se puser numa obra de arte,

mais ela durará, por isso mesmo que a linguagem literária envelhece e só a humana perdura.

Seria por isso impossível tornar bem compreensível a análise de um sentimento, se você, em lugar de notar todas as modalidades desse sentimento em termos claros e simples, através dos quais elas vivessem, as empastasse, as afogasse, usando os sinônimos complicados desses termos simples. Um romance que não possa ser lido sem um dicionário, é uma obra grotesca. Você tem um personagem e quer dizer dele — "que era afortunado nas suas coisas, mas nunca fora generoso e por vezes se mostrara falso". Somente estes termos: *afortunado*, *generoso*, *falso*, são certamente usados por toda a gente, e, não se sabendo outros, provam escassez de léxico. Você, portanto, procura sinônimos estranhos e raros, que mostrem riqueza de léxico, e põe a sua frase assim: — "Era varão escançado, porém nunca se mostrara largueado e no seu convívio despontava de honra por mendacíssimo e lançadiço". Você escreve esta coisa monstruosa, que certamente prova opulência de léxico — e em redor estoura uma imensa gargalhada!...

Estoura a gargalhada que nos tem sufocado ao lermos romances de romancistas ilustres, escritos naquela estupenda linguagem. Você decerto provou riqueza de léxico e agradeu a dois ou a três gramáticos — mas nenhum rapaz, nenhuma mulher, nenhum homem, ninguém ficou compreendendo como era o seu personagem. E como ninguém tem paciência para folhear o dicionário, você ficou incompreendido — e foi como se não escrevesse! Nunca me esqueceu o que um dia me disse Chardron de um romance assim escrito. Perguntei-lhe se a coisa se vendia; ele teve um gesto de amargura: — *Pas du tout! Il paraît que, pour comprendre ça, il faut acheter aussi un dictionnaire, et çà revient trop cher!*

Além da riqueza de léxico, nos termos, há a riqueza de léxico no desenvolvimento da ideia, isto é, a apresentação da ideia sob uma forma copiosa e folhuda. Isto é ainda mais fatal. A coisa mais simples, e que na sua simplicidade seria bela, fica logo tão sobrecarregada de ornatos, de franjas, de lantejoulas e de

penduricalhos, que me lembra sempre certas imagens de santas italianas, que sob a abundância dos enfeites, dos ex-votos, dos colares, das coisas vagas que sobre elas reluzem, apresentam à adoração dos fiéis, não uma santa, mas um cabide de adelo!

O escritor de léxico abundante não pode dizer que "Elvira chorou" sem complicar esse ato tão simples, com tantas incidentais sobre o sabor das lágrimas, o fel ou o júbilo que elas continham, e os anjos que as recolheram nas mãos, e as pérolas em que elas se transformaram, e a pouca atenção que o universo lhes deu, e a perfídia do homem, e a infâmia do brasileiro — que o leitor, aturdido, escassamente fica sabendo se Elvira estava chorando, ou rezando as contas, ou cantando ao piano a *Traviata*!

Tome você o primeiro ato do *Frei Luís de Sousa*, do Garrett — do Garrett, que era outro pobre de léxico! Aí tem você uma pura obra-prima, uma das mais belas que existem em todas as literaturas da Europa. Nada mais sóbrio, mais simples, mais seco. Cada frase contém apenas as palavras necessárias e tem contudo dentro em si todo um mundo de coisas profundas. Entregue esse ato, como um esqueleto de obra, a um escritor abundante, eloquente, desses que sabem mil palavras do dicionário e têm o estilo copioso — e verá o que ele faz desse ato sublime. Que lhe fique duas horas na mão, *et vous m'en direz des nouvelles*! Que coisas ele não porá nos lábios da nobre mulher de Sousa Coutinho, que declamações na boca do pobre Teimo! Duas horas só, em que lhe seja permitido adornar aquela secura e aquela simplicidade com todos os recursos do léxico e todas as exuberâncias da eloquência — e de uma obra incomparavelmente bela, sairá, ao fim dessas duas horas, uma pastelada balofa e terrivelmente indigesta!

E, filho meu, se da abundância de léxico, passarmos à construção francesa...

Mas está dando uma hora, vou almoçar. Que imenso cartapácio lhe escrevi! A construção francesa e os galicismos ficam para melhor ocasião, se é que você, depois disto, ainda necessita de mais

consolações. E note que não disse metade do que tinha a dizer: seria necessário escrever um volume!

Quando aparece você em Paris? Tem visto em Londres os amigos? A linda Edite ainda vai ao nº 14? E o homem da Pall-Mall? — Seu do coração — Fradique.



PROSAS ROMÂNTICAS

SINFONIA DE ABERTURA

Eu ontem pensava nas viagens imensas que os deuses têm feito, desde o templo de Elora, onde andavam, ferozes, por entre os elefantes sagrados, até à cruz de Jesus, onde um rouxinol veio pousar, cantando de amor e de angústias de amor. Foram desde a matéria negra e enorme até às serenidades vivas, para além das nuvens, das estrelas e dos caminhos lácteos.

Esta coorte imensa dos deuses, vinda do fim do Oriente, teve sempre uma companheira cheia de servilidades e de amores — a Arte.

Ao princípio, na Índia, quando eles andavam, pesados de matéria, entre as fatalidades violentas, ela abria-lhes, nas montanhas, templos onde corriam rebanhos de touros. Depois, no Egito, quando eles choravam de desejos lascivos e se desfaziam em águas espumantes de fecundidade, ela edificava-lhes arquiteturas lívidas e frias como os horizontes do Nilo, e, por entre as esfinges que dormem com os olhos abertos às poeiras, pirâmides onde escrevia, num misterioso encruzilhamento de linhas, os velhos segredos do fatalismo.

Depois, na Grécia, quando eles plantaram tendas debaixo das estrelas e fizeram os Olimpos todos sonoros de risos, ela ergueu na luz os templos harmoniosos e serenos e formou, com os doces

esplendores do mármore, as linhas melodiosas que fizeram a lenda da beleza antiga, e com aquelas atitudes ideais escreveu a Ilíada da harmonia, da graça e da luz. Em seguida, quando eles subiram para as regiões onde as estrelas são gotas de sombra, ela fez os templos góticos, deu à pedra todas as aspirações do espiritualismo, à pedra que se abriu em transparências e transfigurações, como se quisesse ser no espaço a morada suspensa dos espíritos.

Por fim, na sua ideal serenidade, libertou-se dos contornos, e dos coloridos, e das gravidades, dissipou-se nos amolecimentos divinos, e apaixonada e lírica — dispersou-se em sons: assim nasceu a música.

Então pôde livremente unir-se, lá em cima, aos companheiros da sua trabalhosa odisséia.

Esta transfiguração da Arte fez-se na Alemanha. Nesses tempos, a alma alemã, que estava na lei católica como numa solidão lívida, desfalecia naquelas melancolias imensas que Alberto Dürer revelou.

Nem ao menos se podia refugiar na grande natureza sonora e embalar-se nas consolações vivas, cheias de mel, de frescuras e de sóis. Naquele tempo de terror, a árvore era um espectro e a flor uma maculação. E a alma, para ficar pura, devia passar na vida sem ouvir a voz docemente profunda da velha natureza.

Assim a alma alemã tinha toda a sorte de penumbras, de desfalecimentos, de pálidos silêncios, que se exalavam divinamente no canto.

A música, a meiga consoladora, tivera sempre até aí uma atitude hierática: havia só salmos, cânticos e versículos segundo o rito litúrgico: era a velha melopeia grega, esfarrapada pelas asperezas do latim dos versículos.

Palestrina, Allegri, Pergolesi foram apenas reveladores de madrigais seráficos e de sutilezas eucarísticas. A música estava envolta no

dogma, vestida de latim, embaraçada de dificuldades, presa, como uma estátua, na penumbra dos santuários.

Lutero tomou aquela bela e fria estátua, despiu-a do latim, despreendeu-a das sutilezas, desligou-lhe os braços descarnados, tirou-a do santuário, levou-a para o livre ar — para as largas palpitações. E a estátua delicada, livre, rosada, meiga, consoladora, tomou pela mão a triste Alemanha e levou-a como a Beatriz mística, pela orla das moradas santas.

Foi o momento de lirismo e de paixão da reforma. Mas aqueles braços que se tinham erguido por entre as constelações, caíram logo, como asas molhadas. A música teve um momento o rosto aceso nas iluminações divinas, mas ficou de novo fria, hierática — mármore pálido.

A música, que é a alma, o espiritualismo, o vapor da arte — sumiu-se com a aproximação da Renascença, que vinha cheia de rebeliões da carne.

A reforma havia sido feita em nome do idealismo. A Europa tinha-se esquecido da alma, da pureza, das castidades, do olhar da Virgem cor de violeta: caminhava nas púrpuras e nas fulgurações, seguida das pombas lascivas, com as brancas nudezas cobertas de veludos, escutando os contos da rainha de Navarra, acompanhando em serenata profana as cantigas de Ariosto, entre os mármore frescos e os seios macios, desfalecida nas molezas da carne.

E a Europa assustou-se: os papas tomaram atitudes severas e lívidas; e voltou-se a Deus, como no tempo de Dante.

Foi momentâneo esse puritanismo da velha Europa. O sensualismo tinha visto pela primeira vez a Igreja, sua velha inimiga, tremer, e encaminhou-se para ela feroz com as vinganças da carne.

E a Renascença veio depois daquelas lívidas castidades góticas, dos jejuns transparentes, das faces maceradas, daquelas chagas roxas do

Cristo. Veio com toda a sorte de livres palpitações e de rebeliões soberbas. Veio cheia da natureza e em nome dela: sentiam-se-lhe as sonoridades e os acres cheiros das florestas, e as vivas umidades dos mares. A carne ia aparecendo, triunfante. João de Leyde ressonava de noite, cansado de gulas, entre as suas catorze mulheres; começava a surgir o ventre imenso de Gargântua; sentiam-se fumegar as bodas de Gamacho; e para as bandas do Norte, já se ouvia o riso do velho Falstaff.

A atmosfera da Renascença, pesada de aromas fortes e de sensualidades, das vaporizações da languidez, não podia conservar a vitalidade àquela vaga Ofélia que se chama a música.

A época da música ainda não tinha vindo. A arte é como a vegetação: só cresce, só tem coloridos, e sombras, e repousos, dadas certas circunstâncias de vitalidade; mas dadas essas condições, ela nasce espontaneamente, e vem então cheia da alma de uma época, da sua inteligência, da sua fé, das suas tristezas, das suas desesperanças. A música, toda alma, não achou essas condições na Renascença, toda carne.

A nossa época é que devia produzir a música, como a Grécia produziu a arquitetura, e a era das monarquias e das academias a tragédia *racineana*.

Com efeito, nunca, como nestes tempos, as profundidades da alma, cavadas e alargadas pelas revoluções, estiveram tão fundas e tão ilimitadas. A alma movia-se, lenta como um mar, unida, calma, pesada, opaca e coberta de brumas. De repente, as revoluções passaram pela noite, sacudindo os seus fachos severos, de onde saltavam constelações. A alma alumiu-se entre repelões brutais; iluminaram-se longes surpreendentes; houve um desencadeamento de brados, de vontades, de violências: daquela claridade viva saíam desejos, sentimentos, paixões, amores, imaginações, epopeias em livres turbilhões. Era uma ressurreição, mais cheia de seiva e de violência que a vida flamejante das constelações, que a vida desvairada dos mares. Saíam daquelas profundidades, como

evaporações de luz, as críticas, as histórias, as filosofias, as medicinas, as químicas, as imaginações, os dramas, toda uma vegetação divina.

A alma começou a entrever cimos luminosos, erguidos por entre os astros, que se chamavam Homero, Esquilo, Dante, Miguel Ângelo, Rabelais, Cervantes, Shakespeare. A alma queria subir àqueles escarpamentos divinos, para colher a pequena flor do ideal. Ela via moverem-se ali mil figuras, voluptuosas e sinistras, trágicas, disformes, irônicas, apaixonadas, ciosas e lívidas: e nas claridades e nos círculos de um vento divino, por entre as irradiações dos astros, os tremores das tormentas, os gritos das andorinhas e os luares silenciosos, subirem brados, lágrimas, soluços, risos, cantos, suspiros, bênçãos e imprecações. A alma via aquela vida flamejante, acesa no espaço como uma Jerusalém humana erguida na luz, ao sopro dos fortes peitos. E queria subir à montanha sagrada e andar por entre aquelas imaginações que sofrem, que sangram, que deliram, que são Romeu, Hamlet, D. Quixote, Orestes, Prometeu, Francesca de Rimini e Ofélia! Era um Patmos estranho aquilo, um promontório do pensamento, de onde se avistava um mar, ora embalando-se, sereno, nos silêncios alumiados, ora dando-se, lascivo, aos beijos do vento, ora indolente e melodioso, ora cheio de iras, de esguedelhamentos, de farrapos lívidos de água, de trágicos soluços do abismo.

Os que não se aventuravam naquela passagem, ficavam sossegadamente na sua fé ordinária, na sua virtude, na sua sonolência; mas os que as atravessavam, entravam nos sofrimentos infinitos: quase que ficavam fora da medida humana. O que quer que fosse de ilimitado entrava neles, com bruscos desvairamentos. O homem sente-se como possuído pelo demônio Legião. Sente as inquietações descoradas, os abatimentos dolorosos, os amores infinitos, as ambições nevrálgicas, as imaginações lívidas, toda uma amontoação apocalíptica de estranhas vitalidades interiores. E o infinito que ele tem em si tortura-o, como a presença de Deus torturava as sibilas antigas.

E depois, ao mesmo tempo, viu-se que os prometimentos das revoluções tinham mentido!

Tinham-se visto tantos derrubamentos, tantas forças desvanecidas, tantos direitos divinos assoprados, tantas fulgurações de Sodomas apagadas, que não se acreditava que ainda, pela sombra, pudesse estar de pé e atuante, alguma antiga fatalidade. Pensava-se que a miséria, que a fome, que o erro, que a mentira, que as bruxas e as negruras históricas, tinham fugido como um fumo: mas aqueles lobos trágicos ainda andavam pela noite, mordendo as almas!

O mal passava ainda, nas suas façanhas fulgurantes, enredando nos vícios e nas tentações, fixando no homem o seu olhar fúnebre através das transparências doentias da noite, batalhando com as almas e fazendo-lhes a chaga incurável do pecado. E então nasceu uma convicção tenebrosa: a impossibilidade do libertamento! Erguiam-se os braços magros e suplicantes: olhava-se pela terra, a ver se não viria alguém da parte da natureza, um monte, uma floresta, um mar, um vulcão, que tomasse o homem pela mão e lhe dissesse com a bonomia dos monstros: — *Vem, eu te protejo.* — Nada...

Nasceram então tristezas vagas como o luar, profundas como a noite. A terra ficou como se o lençol de Cristo tivesse sacudido sobre ela os seus suores e as suas frialdades. Nem largos risos, nem bênçãos fecundas. A mocidade, pálida e nervosa, sofria, ajoelhava, torcia os braços, e um dia morria, e ia, como uma forma úmida, errar no céu dos fracos. Vagavam as coortes dos pálidos, dos noturnos, dos desgrenhados, de todos os errantes da melancolia.

Debalde se perdiam nas violências do mal, e entre os braços nus e os reflexos dos vinhos, riam e bebiam, descartavam à viola, deixando os gemidos ao vento e os soluços às ondas. Por vezes, a alma justa passava, como uma Ísis velada, lançando-lhe um olhar severo — e toda a repugnância daquela vida estéril e perdida lhes refluiu aos dentes como um soluço de tédio. Houve um momento em que a terra moderna foi como o antigo vale de lágrimas da Imitação: as

almas queriam voar para o cimo onde está o ideal, sereno, branco, consolador e purificador. Debalde. Como aquele saltimbanco esfarrapado e lívido, que queria fustigar o teto de lona com os seus cabelos soltos, e que caía sempre na poeira entre os esgares do público, os novos também queriam soltar-se, em impulsos nervosos, rasgar o azul, rolar pelas estrelas — e caíam, ofegantes, suados, lacrimosos e desolados.

Então apareceu o tipo soberano, em quem se resumem todos os sofrimentos, todas as desesperanças, as melancolias, as incertezas, as penumbras, as aspirações, os lirismos desta época pálida e doentia. Esse tipo chama-se Fausto, Manfredo, Lara, Antony, Werther, Rolla, D. Juan.

Molière e Hoffmann fizeram ambos um D. Juan. O conto de Hoffmann é a revelação do poema de Mozart. A maneira diversa por que foi concebida a grande figura de D. Juan pelo poeta e pelo músico, revela os profundos dilaceramentos modernos.

O D. Juan de Molière é ateu, incrédulo: aceita os nervos como uma religião e a devoção como uma ironia.

Tem paixões e arrebatamentos — contanto que não lhe amarrotem as rendas da gola.

Derrama-se em astúcias e respeitos para burlar o Sr. Dimanche, e um dia que seu pai lhe vem falar da honra, recomenda-lhe que tome primeiro uma atitude de púlpito. Encoleriza-se com Elvira, que quer que ele ame, e com Esganarelo, que quer que ele creia. Convida o comendador de pedra, por descrença, e quando se ouvem os passos sinistros na escadaria e a estátua lhe estende a mão, morre em convulsões de medo.

O D. Juan, de Mozart, esse tem uma lista de três mil namoradas: e todavia vai pelo mundo, angustiado e inconsolável, procurando a esperada do seu coração, como um sacerdote perdido que anda perguntando pelo seu Deus. Vai pelos povoados, por entre as

arquiteturas e por entre as florestas, pela Espanha, por Florença e por Berlim, suspendendo as escadas de seda a todos os balcões, e os seus desejos divinos aos lábios da noite.

Ele embala nos seus braços moles de languidez, as trigueiras, as louras, as joviais, as melancólicas, as castas, as fortes, as impuras, as noturnas, as luminosas e as esfarrapadas. Depois soluça baixo, como numa penitência. Voam em redor dele figuras transparentes, mais delicadas do que as virgens de ouro fino de um livro de lendas, e ele envolve nos braços aquelas sombras de corpos flutuantes, bebelhes toda a vida em beijos infinitos. Encontra Elvira, ama-a, como se as asas com que há de subir ao infinito nascessem nos ombros dela. A alcova tem uma sombra augusta e nupcial; as luzes esmorecem; da guitarra sai aquela música mole, e indefinida, e queixosa, semelhante a um luar sonoro. Ela, com os cabelos soltos, como os raios dispersos de um grande sol negro, com um divino movimento lascivo, como se a embalassem os braços de um deus, deixa, ao colo de D. Juan, descerem como uma onda, sobre os seus seios nus, as suaves preguiças.

E ele sofre e torce os braços na sua dor muda.

Lá fora, estão os loucos companheiros que hão de ir logo em cavalgada noturna, cantando sobre a moleza dos astros. E ele soluça na sua dor muda.

Ao longe, estão na sombra os seus palácios cheios de fulgurações, de sinfonias, de cantos, de radiosas violências, flamejantes, como no fundo de uma glória. E ele foge com a sua dor muda.

Que tem? Não perguntaram? Tem a nostalgia do infinito!

O indefinido daquela alma, revelada pela arte, eis aí a música.

Por isso ela é a voz espontânea de todos aqueles que, como D. Juan, andam curvados, esfomeados de ideal, noturnos, empalidecidos pela Lua.

Assim a música aparece neste século como uma voz inesperada em que se entendem os desconsolados. E os desconsolados foram toda uma mocidade triste e enervada, toda uma primavera sagrada!

Poucos foram os fortes, os serenos, de largos risos sonoros e de peitos de heróis.

As almas tinham tomado as qualidades da noite, o vago, o silêncio, a tristeza e o esvaecimento!

A música saiu espontaneamente destas dores que se queriam exalar, como outrora saiu do choro rítmico de Rama todo o divino poema da Índia.

A loura Alemanha de ideal seriedade, luminosa, cheia de vago e de constelações, devia sobretudo adotar a música como a pilha cheia de vozes, há tanto tempo esperada pelo seu coração mudo.

A música é a maneira de pensar da alma alemã, que os seus instintos sagrados levam para as livres claridades e para os esvaecimentos.

A música italiana, essa tem o quer que seja de palpável, de luminoso, de ondeante, como seda invisível: sente-se que por pouco que se condensasse, as mãos encontrariam, como um tecido de sol, uma moleza viva que se poderia vestir.

A música italiana sai profundamente da natureza, como a música alemã sai profundamente da alma; de *resto*, a alma, a natureza — duas maneiras de ser de Deus.

A música dos maestros do Sul é sobretudo voluptuosa: parece sair dos movimentos melódiosos de um corpo feminino que estremece de *desejos* surdos sobre os veludos, que se torce nas sedas, em desfalecimentos e sobressaltos. As heroínas dos seus poemas musicais, *Lúcia*, *Norma*, *Lucrecia*, *Traviata*, são um coro lírico que canta todas as voluptuosidades adúlteras, todos os desvairamentos

da paixão. Mesmo Bellini, o meigo Bellini, contemplativo, dolorosamente queixoso, delicadamente lânguido, não pode arrancar a sua Itália do coração, e derrama pela partitura da *Norma* todas as fulgurações do desejo, todas as imolações apaixonadas, todos os arrependimentos desvairados e soberbos.

Mozart encontrara D. Juan, o de lábios africanos, vindo de Espanha, dos calores silenciosos, dos seios rijos, dos beijos flamejantes; quem escreve o libreto a Lorenzo de Ponte, um meigo doido de Veneza, jogador, duelista, neto de Lovelace, com largos horizontes e largas cantigas, e o peito cheio da religião da carne e do sol. Mozart, mesmo, tinha estado na Itália e amava a alma luminosa do doce Rafael... E apesar de tudo, quando anima D. Juan, não sente o coração e o talento cheios da sua pálida Alemanha?

Não estão naquela criação todas as esperanças, todas as religiões, todos os amores, todos os idealismos, todas as desesperanças da pátria?

É isto o que Goethe, o olímpico, sentiu profundamente, quando disse que Mozart era o único músico capaz de compreender Fausto e de sentir Margarida.

E todavia a Alemanha e a Itália têm o mesmo delicado sentimento do grande tipo que simboliza na vida o tempo moderno. É por ele que se levantam, no Norte e no Sul, as vozes que o revelam no amor, no ciúme, na severidade e na melancolia. Em toda a obra musical, sempre aquela figura se ergue, trágica e desgrenhada. É ele que tem ciúmes em *Otelo*, que se desespera em *Fidélio*, que quer ser livre em *Guilherme Tell*, que cisma ao luar em *Freishütz*; são as suas recordações que cantam na *Lúcia*, na *Traviata*, na *Sonâmbula*; é ele que cisma com o Oriente em *Semíramis*, que desvaira em *Roberto o Diabo*, que sonha aventuras no *Hernâni* e que sofre de amor e de venturas de amor no *D. Juan* do divino Mozart.

Assim estas escolas, outrora hostis, vão-se fundindo: a Alemanha dando o seu iluminismo e a Itália a sua paixão.

E assim a Arte vai sendo a primeira a unir as pátrias pela reconciliação das almas.

Ainda há pouco, nos lugares sagrados em que o monge Lorenzo enterrou Julieta, se estendia brutalmente o feroz quadrilátero austríaco. É necessário que os antigos ódios históricos se vão esvaindo com o fumo das pólvoras: que os uivos de batalhas expirem nos lábios da Alemanha, cheia de idealismo, que é a formosura da alma, e nos lábios da Itália, cheia de formosura, que é o idealismo do corpo. Como em Shakespeare o amor reconciliou as famílias, a arte, no mundo moderno, reconciliará as pátrias. E possamos nós todos, os que estamos neste canto da velha terra portuguesa, com a alma serena sob o céu claro, ver, no dia das glórias e das fraternidades, o Romeu italiano, apaixonado e melodioso, estender a mão de irmão, por cima dos montes, àquela eterna e doce Margarida que se chama a Alemanha!



CRÍTICA E POLÊMICA

POETAS DO MAL

Conhecem Poe, Baudelaire e Flaubert?

Estes homens só veem o mal: os corpos magros, despedaçados e podres, as vegetações líricas que luzem como no fundo de um sonho asiático, as nuvens ferozes onde vagueiam os danados do amor, os orvalhos caídos das frias esterilidades da Lua, os uivos horríveis das almas que têm medo, os ventos que torcem os corpos dos enforcados, as pestes, as covardias do desespero — todas as flores do mal, esplêndidas e negras.

Na alma humana, só encontram pecados teimosos e arrependimentos covardes.

Se por acaso contemplam, um dia, o esvaecimento da luz, sereno e severo como a alma de um herói, julgam ver na catedral de vapores acastelados sobre o mar, um sacerdote — Deus — tomado de trágicas iras, arremessando pelo espaço os santos símbolos! Veem-no rasgar pelas nuvens a sua alba flamejante; veem-no lançar a hóstia — que é o Sol — às águas soluçantes; pensam ver o ar, pesado de lirismo, vergar ao sopro da sua respiração indignada. É ele que faz a noite, com a negra irradiação do seu olhar; é ele que dispersa pelo ar, como um milhafre dispersa as penas de uma pomba, as folhas rasgadas do missal: é um pedaço do livro santo que flutua, onde nós julgamos ver um astro.

Estes homens, com as suas violências radiosas, com os seus ideais desesperos, com as suas ironias, os seus espiritualismos, estão no meio destes espíritos modernos de hoje, baixos, alinhados, esbranquiçados e lisos, como uma catedral gótica entre as casas caídas de uma vila. Eles abafam nestas atmosferas, pesadas do fumo das indústrias.

A natureza está vazia: as florestas meneiam a cabeça louca e frouxa; o céu tem o calmo olhar dos idiotas; os rios vão sempre fugindo e cantando, como os amores das mulheres. Eles não podem derramar a alma nas bondades errantes que a natureza tem: a natureza mesmo quase que já não existe. Perdida como está entre as edificações, as granjas, as indústrias, as fábricas, os estaleiros, os circos — parece uma pouca de erva, passando, esmigalhada, entre os dedos dos homens!

Eles nem têm ao menos o grande refúgio do amor.

Passam, é verdade, junto deles, mulheres de seios de âmbar, sérias entre os veludos silenciosos: quando elas assim passam, a alma dos poetas anda humilde e perdida pelas lamas, como um fumo que o vento abate: é o vento do materialismo que assim as verga! Se a alma se eleva para ir buscar a flor de bênção ao interior daqueles corpos femininos, se lhes vai pousar nos olhos negros e macios, se entra radiosa, como para um noivado santo, se escorrega até ao

coração, sai logo aflita, dizendo: não vale a pena deixar esta lama para subir àquela alma!

Assim o amor não os pode tentar. E a glória também não: eles veem que hoje os grandes espíritos sobem para os pedestais em que hão de aparecer — estátuas do futuro — como um truão sobe para o tablado — entre os brados inertes, os uivos, as imprecações da multidão que vai passando para os esfriamentos do túmulo.

Mas podem refugiar-se na antiga poesia, no doce Virgílio, nos êxtases de Catulo, nas sentimentalidades de Petrarca — em toda aquela doçura untuosa, serena, fresca, consoladora? — Não podem: hoje aquelas santas colinas humildes foram invadidas pela multidão dos críticos, dos realistas, dos esquadrihadores — multidão esfomeada de materialidades, que anda revolvendo o terreno para lhes explicar as camadas, que destrói todas aquelas meigas flores do bem para lhes contar as pétalas, que descascam as árvores sagradas de onde caíam os versos de Ovídio, para lhes estudar as fibras e os filamentos.

Então aqueles homens são tomados de uma doença horrível — o tédio.

A pobre alma estava cheia de auroras, de frutos, cantando nas madrugadas: vêm até ela as bondades condescendentes do Sol; acendem-se constelações dentro do peito; o interior fecundo e vermelho do coração anda cheio de corpos de mulheres. Tudo se transfigura: o choro é um coro de rouxinóis; a ira, a palpitação das asas de uma ave soberba. Os nossos olhos têm reflexos distantes de paraísos desconhecidos; os nossos braços têm jeitos soberbos que falam aos astros, e se se queixa uma planta, e se suspira uma onda, nós estendemo-los com um gesto de consolação e de amparo. Às vezes, nasce também na alma a melancolia: mas então a melancolia é a voluptuosidade da tristeza.

Então vem o tédio, passo a passo: tudo escurece. Espalha-se uma moleza errante; calam-se os coros interiores; aparecem os desesperos

lentos, as angústias frias. Os braços caem nos desconsolos como as asas de um pássaro ferido; as antigas alegrias, as bondades, as energias, as coragens, apodrecem e vão-se em pó — e vê-se então a alma, nua, gelada, rígida, opaca, má, como, quando se retiram os panos bordados e radiosos de um altar, aparece o pau duro, tosco, escuro e carunchoso. Somente, debaixo dessa madeira do altar, está às vezes a imagem do Cristo morto! Na alma, há também um Cristo morto — a fé!

Então aqueles tristes vão procurar uma região nova, e apaixonada, e lírica, onde não ouçam a voz rouca do materialismo. Assim outrora os monges iam para os desertos da Nitria, para não ouvir suspirar pelo céu, ainda orvalhado pelo mel do Hibla, a alma errante do paganismo. Porque eles pensam que assim como o ocaso do Sol é feito por um Deus terrível que despedaça as relíquias santas, o ocaso da arte é feito pelo materialismo que despedaça as sociedades.

Como vão para uma ideia nova, desordenada e estranha, aparecem vestidos por uma forma nova, estranha e desordenada. Eles sabem que as imitações arcádicas estão gastas, que as velhas árvores de onde se dependuravam as líras clássicas estão secas, que os caminhos trilhados pelas togas brancas de pregas hieráticas levam ao deserto. Assim, esta revolução na arte não é, como diz a crítica ordinária, hemistíquios, prosas, rimas e medições que se alteram: é todo o poema divino das sociedades modernas que se vai aos farrapos. As formas novas são o sintoma da sua dissolução.

Os espíritos não podem respirar o ar moderno, pesado de materialismos: sufocam, sofrem, gemem.

Então aparecem estes livros — *As Novas Histórias Extraordinárias* — *As Flores do Mal* — *Salambo*, etc.

O primeiro é de Edgar Poe. Entre aquelas páginas passa o demônio da perversidade, ora hirto e lívido como os ciprestes, ora galhofeiro, jovial, ruidoso, às cambalhotas, mostrando os rasgões do fato, às

risadas, mostrando a podridão dos dentes, sinistro e debochado como um palhaço das esquinas.

Poe não tem o vago iluminismo de Hoffmann, nem a fria imaginação de Darwin. Poe diz a realidade dos terrores e das visões. O seu livro é a epopeia desvairada do sistema nervoso.

O outro é de Baudelaire. Baudelaire é o viajante terrível que vai através do mal da carne, como, guardadas as proporções, Dante foi através do mal da alma. Baudelaire vai aos rios, e toma os cadáveres dos afogados, inchados e roxos, que dormem no colchão da areia, cobertos com os farrapos lívidos da água; vai pelos túmulos, erguendo os sudários e mostrando o mole apodrecimento das carnes; vai apanhar o sangue coalhado, e pinta o rosto com ele, e vem assim, terrível, escancarar a boca entre as rimas e as molezas da forma; vai às alcovas úmidas, buscar as mulheres descarnadas e lívidas que roem os cotovelos de desejos; e traz aquela coorte medonha, e vem por entre as ceias ruidosas, os cristais, as mulheres luminosas, as grandes pregas harmoniosas das sedas, e atira confusamente aquele feixe de formas soltas, deslocadas, rotas e gangrenadas, sobre os seios cor de âmbar e sobre as palidezes suaves, sobre os sentimentos tépidos e sobre as mãos macias.

Flaubert escreveu a *Salambo*. Aquela alma, depois de ter criado em *Madame Bovary* a imagem desoladora de uma beleza, de uma harmonia, de uma perfeição, presa nos braços gordos e toscos do materialismo, refugiou o seu desalento nas sombras do mundo antigo. E toda a antiguidade está em *Salambo*. Mathô é a carne, ardente e feroz, cheia da força do sol, da terra de África.

Spendius é a astúcia serena e fria da Grécia: Amílcar é a alma austera das antigas repúblicas; *Salambo* é a lascividade mística da Síria. Schaabarim é a alma desolada dos sacerdotes politeístas, vergando ao peso de seis mil deuses. Hanão é a fúnebre corrupção de Cartago. O exército de mercenários é o resto do mundo: ali estão os lusitanos enormes, os gauleses brancos, abundantes de palavras,

os líbios perversos, e todo o mundo bárbaro, terrível, obscuro, imundo, lento e coberto de lepras.

Já veem que estes poetas não respeitam o egoísmo humano, o gordo egoísmo humano, sonolento, entre as almofadas, cercado de jornalistas, de críticos, de poetas, que lhe esfregam os pés com aromas profanos, cantando: "tu és forte, e sábio, e previdente, e profundo, e belo, e sereno!" enquanto ele, flácido de preguiças, vê passar as imaginações saídas dos romances, dos poemas e dos dramas modernos, pequenas, límpidas, castas, piegas, viperinas, frouxas e burguesas.

Então vêm aqueles poetas, atiram-lhe de encontro às paredes do cérebro as suas estranhezas, as suas ferocidades, as suas violências; dão-lhe as frialdades do medo, os calores da angústia, os suores do túmulo — e ele vai-se, pisado, abalado, lívido, deslocado e coxeando.

São poetas livres: despedaçam as fórmulas, amaldiçoam os industrialismos.

Não têm aquela melancolia cheia de lúcidos reflexos de astros, de Byron e de Musset: — estes quando se veem repelidos pelo materialismo crescente, erguem-se soluçantes e bons, e mostram a alma coberta de lágrimas, vergada como se, sobre ela, caíssem as tristezas de um deus. Os outros não: combatem a carne com a carne, cantam a podridão.

Aqueles, Byron, Musset, Vigny, refugiados na Bíblia, mostravam a beleza daquilo que o egoísmo humano despreza. Estes, Poe, Baudelaire, Flaubert, mostram o horror daquilo que ele adora!



IDEALISMO E REALISMO

(A Propósito da 2ª Edição de "O Crime do Padre Amaro")

Aqui está pois um livro que eu escrevo pela segunda vez! *Habent sua fata libelli!*

Considerar-se-á talvez que esta reconstrução paciente é uma puerilidade, uma lamentável dissipação de esforço; que, num romance eivado originariamente de defeitos indestrutíveis, não é com adjetivos intercalados, entrelinhas e tiras coladas ao lado, que se melhoram os caracteres mal observados, que se dá luz e cor a paisagens mortas e que se retificam os desenvolvimentos de uma paixão, erradamente seguidos...

Isto creio que é exato quando se trata de um trabalho puramente imaginativo, conto de fadas ou novela ideal.

Se eu criei um príncipe encantado ou um galã à Antony, e lhes dei, na minha edição original,, cabelos louros e sonhos místicos — não é realmente útil refazer, numa nova edição, o meu trabalho, para dar ao herói cabelos negros e pesadelos carnais. É uma fantasia substituindo outra fantasia. Melhor seria escrever um livro novo, e apresentar o mesmo galã com outro nome, outra, barba e outras paixões.

É porém diferente, penso eu, tratando-se de um romance de observação e de realidade, fundado em experiências, trabalhado sobre documentos vivos. Se eu quiser apresentar o tipo de um jogador, e o improvisar com reminiscências de leituras meio esquecidas, e sem mais notas do que aquelas que tenha acolhido uma noite, numa *soirée* honesta de praia de banhos, vendo primos; joviais talharem uma batota doméstica a feijões — arrisco-me a fazer um *jogador* falso, pueril, vago e convencional.

Mas se, depois, eu frequentei a roleta bem instalada que o Estado patrocina, ou as baixas espeluncas da população do vício, se analisei, observei, colhi em flagrante a paixão, as expressões vivas

em plena ação, estou habilitado talvez a pintar um jogador mais real e mais humano; e se, pela graça de um Deus favorável, o meu livro tiver uma segunda edição, eu devo claramente reconstruir o meu tipo com as observações e os documentos que acumulei — exatamente como, num tratado de medicina, um prático introduz, numa segunda edição, os últimos resultados das experiências recentes.

Quando publiquei pela primeira vez *O Crime do Padre Amaro*, eu tinha um conhecimento incompleto da província portuguesa, da vida devota, dos motivos e dos modos eclesiásticos. Depois, por uma frequência demorada e metódica, tendo talvez observado melhor, eu refiz simplesmente o meu livro sobre estas novas bases de análise.

Quer isto significar que *O Crime do Padre Amaro*, publicado agora, dá em absoluto, na sua realidade complexa, o padre e a beata, a intriga canônica, a província em Portugal nesse ano da graça de 1879? Oh! certamente que não! O quadro tem infelizmente lacunas, lados de natureza mal estudados, recantos de alma explorados incompletamente, amplificações, exageros de traço... É, no entanto, toda a soma de observação e de experiência que eu possuo sobre este elemento parcial da sociedade portuguesa. A outros, mais penetrantes e mais hábeis, compete recomençar este estudo, e decerto com realidade superior.

É por meio desta laboriosa observação da realidade, desta investigação paciente da matéria viva, desta acumulação beneditina de notas e documentos, que se constroem as obras duradouras e fortes. Se as minhas são fracas e efêmeras, é que eu não soube surpreender a verdade com suficiente penetração, e não provém decerto de que o método não seja eficaz.

A arte moderna é toda de análise, de experiência, de comparação. A antiga inspiração que em quinze noites de febre criava um romance, é hoje um meio de trabalho obsoleto e falso. Infelizmente já não há musas que insuflam num beijo o segredo da natureza! À nova musa

é a ciência experimental dos fenômenos — e a antiga, que tinha uma estrela na testa e vestes alvas, devemos dizê-lo com lágrimas, lá está armazenada a um canto, sob o pó dos anos, entre as couraças dos cavaleiros andantes, as asas de Eloá, a alma de Antony, os suspiros de Graziela, e os outros acessórios, tão simpáticos mas tão arcaicos, do velho cenário romântico!

O Crime do Padre Amaro recebeu no Brasil e em Portugal alguma atenção da crítica, sobretudo quando foi publicado, ulteriormente, um romance intitulado — *O Primo Basílio*. E no Brasil e em Portugal escreveu-se (sem todavia se aduzir nenhuma prova efetiva) que *O Crime do Padre Amaro* era uma imitação do romance do Sr. Zola — *La Faute de l'Abbé Mouret* — ou que este livro do autor do *Assommoir* — e de outros magistrais estudos sociais, sugerira a ideia, os personagens, a intenção de *O Crime do Padre Amaro*.

Eu tenho algumas razões para crer que isto não é correto. *O Crime do Padre Amaro* foi escrito em 1871, lido a alguns amigos em 1872, e publicado em 1874. O livro do Sr. Zola, *La Faute de l'Abbé Mouret* (que é o quinto volume da série *Rougon-Macquart*), foi escrito e publicado em 1874.

Mas (ainda que isto pareça sobrenatural) considero esta razão apenas como subalterna e insuficiente. Eu podia, enfim, ter penetrado no cérebro, no pensamento do Sr. Zola, e ter avistado, entre as formas ainda indecisas das suas criações futuras, a figura do abade Mouret — exatamente como o venerável Anquises, no vale dos Elísios, podia ver, entre as sombras das raças vindouras, flutuando na névoa luminosa do Lete, aquele que um dia devia ser Marcelo! Tais coisas são possíveis. Nem o homem prudente as deve julgar mais extraordinárias do que o carro de fogo que arrebatou Elias aos Céus — e do que outros prodígios provados.

O que, segundo penso, mostra melhor que a acusação carece de exatidão, é a simples comparação dos dois romances. *La Faute de l'Abbé Mouret* é, no seu episódio central, o quadro alegórico da iniciação do primeiro homem e da primeira mulher no amor. O

abade Mouret (Sérgio), tendo sido atacado de uma febre cerebral, derivada principalmente da sua exaltação mística no culto da Virgem, na solidão de um vale abrasado da Provença (primeira parte do livro), é levado para convalescer ao *Paradou*, antigo parque do século XVII a que o abandono refez uma virgindade selvagem, e que é a representação alegórica do Paraíso. Aí, tendo perdido na febre a consciência de si mesmo a ponto de se esquecer do seu sacerdócio e da existência da aldeia, e a consciência do universo a ponto de ter medo do sol e das árvores do *Paradou* como de monstros estranhos — erra durante meses, pelas profundidades do bosque inculto, com Albina que é o gênio, a Eva desse lugar de legenda.

Albina e Sérgio, seminus como no Paraíso, procuram sem cessar, por um instinto que os impele, uma árvore misteriosa, da rama da qual cai a influência afrodisíaca da matéria procriadora; sob este símbolo da árvore da ciência se possuem, depois de dias angustiosos em que tentam descobrir, na sua inocência paradisíaca, o meio físico de realizar o amor. Depois, numa mútua vergonha súbita, notando a sua nudez, cobrem-se de folhagens; e daí os expulsa, os arranca o padre Arcângias, que é a personificação teocrática do antigo Arcanjo.

Na última parte do livro, o abade Mouret recupera a consciência de si mesmo, subtrai-se à influência dissolvente da adoração à Virgem, obtém por um esforço da oração e um privilégio da graça a extinção da sua virilidade, e torna-se um asceta sem nada de humano, uma sombra caída aos pés da cruz; e é sem que lhe mude a cor do rosto que ele asperge e responsa o esquife de Albina, que se asfixiou no *Paradou*, sob um montão de flores de perfumes fortes.

E dito isto, parece ficarem indicados e suficientemente lúcidos, os motivos que tenho para não supor *O Crime do Padre Amaro* uma tradução malfeita da *Faute de l'Abbé Mouret*. E não insisto na diferença das datas, apesar dela constituir o que se chamava, creio eu, em lógica, uma *impossibilidade metafísica*, porque sou bom cidadão, e o art. 6.º da Carta impõe implicitamente o dever de não

descrever dos milagres. Somente devo dizer que os críticos inteligentes que acusaram *O Crime do Padre Amaro* de ser apenas uma imitação da *Faute de l'Abbé Mouret*, não tinham, infelizmente, lido o romance maravilhoso do Sr. Zola, que foi, talvez, a origem de toda a sua glória. A semelhança casual dos dois títulos induziu-os em erro.

Com conhecimento dos dois livros, só uma obtusidade córnea ou má fé cínica poderiam assemelhar esta bela alegoria idílica, a que está misturado o patético drama de uma alma mística, a *O Crime do Padre Amaro*, simples intriga de clérigos e de beatas, tramada e murmurada à sombra de uma velha Sé de província portuguesa.

— Mas, dir-me-ão indignadamente pessoas bem intencionadas, como se podem produzir tais acusações? — Meu Deus, bem simplesmente. Dos dois livros, a crítica decerto conheceu primeiro *O Crime do Padre Amaro*, e quando um dia, por acaso, descobriu, anunciado num jornal francês, ou viu numa vitrina de livreiro, a *Faute de l'Abbé Mouret*, estabeleceu imediatamente uma regra de três, concluindo que a *Faute de l'Abbé Mouret* devia estar para *O Crime do Padre Amaro* como a França está para Portugal. Assim achou sem esforço esta incógnita: plagiato! Ou ainda, o que é mais provável, e mais grato ao Sr. Zola, conhecendo já a *Faute de l'Abbé Mouret*, apenas viu anunciado *O Crime do Padre Amaro*, estabeleceu logo a mesma regra de três, com os termos invertidos — e achou a mesma incógnita: plagiato! *Sic itur ad abyssum!*

Mas parece que esta *Faute de l'Abbé Mouret*, tem sido para mim uma vasta e rica mina de arte, de onde eu vou, todas as manhãs, desenterrar a minha provisão de caracteres, de paisagens, de imagens e de adjetivos. Assim fui amargamente acusado de ter copiado o *Paraíso* do *Primo Basílio*, do *Paradou*, da *Faute de l'Abbé Mouret*. O *Paraíso*, se por acaso leram e se lembram daquele meu livro, é um terceiro andar barato, para òs lados da Bemposta, alugado ao mês, onde uma senhora e um cavalheiro se vão amar duas vezes por semana, do meio-dia às três. O *Paradou*, como já disse, é aquela vasta e maravilhosa floresta, onde erram, quase nus,

Sérgio e Albina, procurando, num instinto amoroso, a árvore iniciadora da ciência!

— Mas então — dir-me-ão ainda — onde está a imitação?

— Pois não veem? *Para-dou, Para-iso* — há evidentemente plágio nas duas primeiras sílabas!

Que isto não pareça provir de um espírito rebelde e irreverente para com a crítica. Ninguém a respeita mais do que aqueles que fazem obras de observação e de realidade.

Os românticos (como confessa Sainte-Beuve) odiavam a crítica, e com razão, pelo mesmo motivo por que os monarcas absolutos detestavam a opinião pública. Para os românticos, a poesia ou a prosa desciam diretamente da inspiração, como o direito dos reis descia diretamente de Deus. O crítico, simples raciocinador, não tinha direito a achar defeitos ou mesmo a examinar de perto o que a inspiração, a musa, mandavam lá de cima a um Musset ou a uma George Sand. A poesia era um presente divino. O crítico, não iniciado, não podia avaliar pelas regras triviais do senso comum aquilo que cantava ou declamava um homem que vivia em comunicação permanente com o ideal. O poeta, o artista, o romancista, eram assim seres excepcionais, fora da lei e da regra humana, eleitos, formando uma legião de seres entre o homem e o anjo! A sua vida mesmo não participava das condições humanas: *Aimer, prier, chanter, voilà toute ma vie...* diz Lamartine! Pode compreender-se a sua irritação quando um Cuvillier-Fleury, um Pontmartin, um Planche, pretendiam julgá-lo pelas leis razoáveis com que julgavam os outros homens.

— *Nós somos cristos!* — exclamava Novalis. — E um Cristo suporta mal um folhetim hostil...

Nós, porém, burgueses que não vivemos em comunicação permanente com o ideal, que nunca recebemos o beijo da musa, a quem a forma aérea jamais disse: *Poète, prends ton luth et me donne un*

baiser... nós, homens, consentimos em ser julgados por homens. Estudando a realidade humana e social, aceitamos como um favor um conselho, uma prática, todas as admoestações daqueles que, vivendo na humanidade e na sociedade, têm uma experiência própria dessas realidades.

E isto não é só respeito pelos críticos, pelos príncipes da crítica, pelos seus *gros bonnets*, os ditadores da opinião, os especialistas — e de qualquer homem, o mais obscuro, ainda que nunca escrevesse uma linha, podemos aceitar indicações preciosas.

Quando se trata de eloquência ou de retórica, decerto só se pode admitir o crítico que conheça estas artes ilustres. Mas quando escrevemos de paixões ou de vícios, todo aquele que os sentiu, ainda que os não saiba exprimir, pode julgar-nos e apontar-nos o erro. Só um poeta sabe apreciar *Graziela*, obra de eloquência lírica, mas um simples carpinteiro pode discutir o *Assommoir*, obra de realidade social.

Eu, por mim, adoro a crítica: leio-a com unção, noto as suas observações, corrijo-me quando as suas indicações me parecem justas, desejo fazer minha a sua experiência das coisas humanas.

Foi por ocasião do aparecimento destes meus livros, *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*, que se começou a falar em Portugal no *Realismo* e numa outra instituição que me dizem chamar-se a *ideia nova*. Ora o meu nome tem sido geralmente, em Portugal e no Brasil, associado a este *realismo* e a esta nova instituição. Designo-a pelo nome genérico de *instituição*, porque ignoro se e é uma nova arte, uma nova política, uma nova religião ou uma nova filosofia; não sei mesmo se não será um novo clube ou uma companhia de seguros! Não creio que tivesse nascido em França, em Inglaterra ou na Alemanha, as três grandes nações pensantes. Suponho que é de origem portuguesa e inteiramente local. Ignoro os seus fins, o seu programa, os seus métodos, se já lançou, como é do estilo, a sua carta aos Coríntios e se nos traz alguma nova concepção do Universo!

Contudo, eu sou, nos documentos que tenho presentes, designado como "um dos seus chefes". Deduzo pois que há outros — talvez sete, como diante de Tebas! Num livro de versos que recebo agora, comentado por um mestre douto e amado, leio, a pág. 2, que "Lisboa recebeu com Hossanas os pregoeiros da ideia nova". Concluo que tivemos, como outros quaisquer, a nossa entrada triunfal em Jerusalém, e vejo daqui a nossa estimável estação dos Caminhos de Ferro, sonora de cantos e verde de palmas!... Em todo o caso, parece que foi breve o dia das alegrias e dos risos, porque um jornal recente me diz: "Aí estão, pois, aos golpes desse prodigioso atleta, prostrados por terra e mordendo o pó, os da ideia nova!" Concluo que fomos derrotados por um monstro solitário, um ser disforme no gênero de Polifemo ou do amante de Onfale, e que, dos da "ideia nova", como da ala dos cavaleiros saxônios depois da jornada de Hastings, não resta mais do que um estendal de cadáveres, sobre que pairam os corvos de Usk!...

Tal foi a vida breve e morte trágica de uma *ideia* nacional que, segundo os jornais me afirmam, nos custou a vida, a mim e aos outros chefes!...

Eu sou pois associado a estes dois movimentos, e se ainda ignoro o que seja a *ideia nova*, sei pouco mais ou menos o que chamam aí a *escola realista*. Creio que em Portugal e no Brasil se chama realismo, termo já velho em 1840, ao movimento artístico que em França e em Inglaterra é conhecido por "naturalismo" ou "arte experimental". Aceitemos porém *realismo*, como a alcunha familiar e amiga pela qual o Brasil e Portugal conhecem uma certa fase na evolução da arte.

Este movimento tem encontrado em Portugal grandes hostilidades. Também no Brasil (não o digo sem algum despeito patriótico), se tem combatido o realismo com um talento superior e com ideias.

A opinião, porém, que os nossos inimigos fazem deste movimento literário, parece ser a seguinte: "Que é uma "escola" e se chama a

escola realista. Que foi o Sr. Zola que a inventou, um belo dia, em Paris. Que o seu fim é pintar com minuciosidade quadros obscenos. E, finalmente, que tem uma retórica especial, abstrusa, torturada, rutilante, sem gramática e sem vernaculidade!"

É-me desagradável afetar um tom pedagógico e vir dar um desmentido autoritário a estas afirmações de pessoas estimáveis...

Mas na realidade o naturalismo nem foi inventado pelo Sr. Zola, nem consiste em descrever meticulosamente obscenidades, nem tem retórica própria, nem sobretudo é uma escola!

Em Portugal sempre houve uma tendência tenaz para subdividir a arte em escolas — o que prova, de resto, uma literatura de gramáticos e retóricos. Inventamos assim toda a sorte de escolas literárias — mais, certamente, em número, do que as de instrução primária! Chegamos a ter a escola de Lisboa, a escola de Coimbra, a escola de Castilho... coisas que nos parecem hoje tão antigas como o rapto de Helena ou as façanhas do impetuoso Ájax. Ainda conservamos, porém, as grandes escolas: clássica, romântica, satânica, elegíaca, e toda a sorte de confrarias das letras, isoladas em cubículos e celas, separadas por paredes-mestras: o cubículo de Boileau, o cubículo de Lamartine, o cubículo de Byron, o cubículo de Petrarca... Até o sutil e fino Baudelaire tem o seu cubículo! E aqueles grupos inimigos, arreganhando-se o dente, uns usando a cabeleira de Racine, outros o capacete de Persival, outros os cornos de Satã, outros a flauta pastoril de Samedo, ali vivem sepultados nas suas prosódias rivais, murando-se dentro delas, como o anão chinês dentro do seu vaso de porcelana...

Agora, temos a escola realista! Não — perdoem-me — não há escola realista. Escola é a imitação sistemática dos processos de um mestre. Pressupõe uma origem individual, uma retórica ou uma maneira consagrada. Ora o naturalismo não nasceu da estética peculiar de um artista; é um movimento geral da arte, num certo momento da sua evolução. A sua maneira não está consagrada, porque cada temperamento individual tem a sua maneira própria: Daudet é tão

diferente de Flaubert, como Zola é diferente de Dickens. Dizer "escola realista" é tão grotesco como dizer "escola republicana". O naturalismo é a forma científica que toma a arte, como a república é a forma política que toma a democracia, como o positivismo é a forma experimental que toma a filosofia. Tudo isto se prende e se reduz a esta fórmula geral: que fora da observação dos fatos e da experiência dos fenômenos, o espírito não pode obter nenhuma soma de verdade.

Outrora uma novela romântica, em lugar de estudar o homem, inventava-o. Hoje o romance estuda-o na sua realidade social. Outrora no drama, no romance, concebia-se o jogo das paixões *a priori*; hoje, analisa-se *a posteriori*, por processos tão exatos como os da própria fisiologia. Desde que se descobriu que a lei que rege os corpos brutos é a mesma que rege os seres vivos, que a constituição intrínseca de uma pedra obedeceu às mesmas leis que a constituição do espírito de uma donzela, que há no mundo uma fenomenalidade única, que a lei que rege os movimentos dos mundos não difere da lei que rege as paixões humanas, o romance, em lugar de imaginar, tinha simplesmente de observar. O verdadeiro autor do naturalismo não é pois Zola — é Claude Bernard. A arte tornou-se o estudo dos fenômenos vivos e não a idealização das imaginações inatas...

É fácil deduzir daqui que não foi o Sr. Zola o inventor do naturalismo. Ele é decerto uma forte e grande personalidade que deu ao movimento um grande e forte impulso. Ninguém como ele, nos seus escritos, o tem defendido e desprendido melhor do vago de teoria — e sejam quais forem os seus defeitos, o homem que escreveu o *Assommoir* ficará como um dos mais prodigiosos artistas deste século de artistas. Mas seria tão absurdo dizer que ele inventou o *naturalismo*, como dizer que Gambetta inventou a *democracia*!

Neste século, porém, no período científico do naturalismo, o Sr. Zola teve precursores ilustres: antes dele, estão os Goncourts; antes dos Goncourts, Flaubert, Taine e Sainte-Beuve — (porque o método do crítico penetrante que estuda um romancista, não difere do método

do romancista que estuda um personagem) — e antes destes, havia ainda Stendhal, e ao lado dele, Balzac, e no século passado, Molière... Não me obriguem a remontar até Homero!... É verdadeiramente uma genealogia ilustre!

Mas, dir-me-á o leitor — o verdadeiro leitor, o cidadão que não é letrado nem teórico, mas simplesmente um ser impressionável, um átomo do grande público, que é no fim de tudo quem faz a arte — em que consiste pois esse famoso naturalismo? Que tenho eu com isso? Que posso eu lucrar com essa descoberta? Em que me interessa ela? Em que me educa, me diverte, me mostra a sua superioridade sobre a velha novela idealista? Porque me querem forçar a comprar o Sr. Zola, em vez de levar o meu dinheiro ao Sr. Júlio Sandeau?

Ora aqui tens, meu caro concidadão: supõe que tu queres ter na tua sala a imagem de Napoleão I passando os Alpes (estas fantasias são-te permitidas: a parede é tua, e podes cobri-la de escarros ou de figuras imperiais; são coisas que ficam com a tua consciência e com o Deus severo que te há de julgar um dia). Que fazes tu? Chamas dois pintores: um que é idealista e que vem com a sua grenha, o seu casaco de veludo e o seu chapéu de aba larga, e outro que é realista, e que vem, como tu, de chapéu alto, com a sua caixa de tintas debaixo do braço. Dás-lhes o teu assunto e vais aos teus negócios.

E aqui está o que se passa na tua ausência sobre a tua parede:

O pintor idealista arregança as mangas e brocha-te imediatamente este quadro: um píncaro de montanha; sobre este píncaro, um cavalo com as proporções heroicas do cavalo de Fídias, empinado; sobre esse cavalo, premindo-lhe as ilhargas, Napoleão, de braços e pernas nuas, como um César romano, com uma coroa de louros na cabeça. Em volta, nuvens; em baixo, a assinatura.

Dir-me-ão: é falso! — Como, falso? Este quadro foi, creio que é ainda, uma das joias do Museu do Luxemburgo.

Durante esse tempo, o pintor realista, tendo lido a história, consultado as crônicas do tempo, estudado as paisagens dos Alpes, os uniformes da época, etc., deixou na tua parede o seguinte quadro: sob um céu triste, um caminho escabroso de serra; por ele, resfolgando e retesando os músculos, sobe uma mula; sobre a mula, Bonaparte, abafado em peles, com um barrete de lontra e óculos azuis por causa da reverberação da neve, viaja, doente e derreado...

Qual destes quadros escolhes tu, caro concidadão? O primeiro, que te inventou a história ou o segundo, que ta pintou? O idealista deu-te uma *falsificação*, o naturalista, uma *verificação*. Toda a diferença entre o idealismo e o naturalismo está nisto. O primeiro falsifica, o segundo verifica.

Dir-me-ás talvez: mas isso é simples matéria de acessório, de decoração! E quando se trata de pintar a alma, o ser interior...

— Perfeitamente, aqui tens outro exemplo:

Suponho (tudo é permitido a uma alma como a tua, amante da arte e curiosa da vida), suponho, digo, que se trata de te descrever uma menina, que mora ali defronte, num prédio da Baixa.

Apresentam-se dois novelistas — o idealista e o naturalista. Tu dás-lhes o teu assunto: uma menina que se chama Virgínia e que habita ali defronte.

O idealista não a quer ver nem ouvir; não quer saber mais detalhes. Toma imediatamente a sua boa pena de Toledo, recorda durante um momento os seus autores, e, num relance, cria-te a menina Virgínia deste modo: na figura, a graça de Margarida; no coração, a paixão grandiosa de Julieta; nos movimentos, a languidez de qualquer odalisca (à escolha); na mente, a prudência de Salomão, e nos lábios, a eloquência de Santo Agostinho...

Dir-me-ão: é mentira! — Como, mentira? Vejam a criação da *Morgadinha dos Canaviais*, um romance, e feito pelo talento delicado e

paciente de Júlio Dinis, o artista que entre nós mais importância deu à realidade. E todavia a sua *Morgadinha* é bem extraordinária. Ali está uma burguesinha da serra, vivendo na serra, educada na serra, e querendo ser a personificação da mulher da classe média em Portugal: ama com a sinceridade heroica de Cordélia; tem com os sobrinhos o tom de maternidade romântica da amante de Werther; pensa, em matéria de moral, com a altivez de Bossuet; fala da natureza com o colorido místico de Lamartine; junta a isto, em intrigas sentimentais, a finura das duquesas de Balzac — e quando fala de amor, julgamos ouvir Rousseau declamar. Sem contar que tudo quanto diz de poesia, de arte ou de religião, é de Chateaubriand!...

Mas voltemos à nossa Virgínia, que mora ali defronte. É agora o escritor naturalista que a vai pintar. Este homem começa por fazer uma coisa extraordinária: vai vê-la!...

Não se riam: o simples fato de ir ver Virgínia quando se pretende descrever Virgínia, é uma revolução na arte! É toda a filosofia cartesiana: significa que só a observação dos fenômenos dá a ciência das coisas. Este homem vai ver Virgínia, estuda-lhe a figura, os modos, a voz; examina o seu passado, indaga da sua educação, estuda o meio em que ela vive, as influências que a envolvem, os livros que lê, os gestos que tem — e dá enfim uma Virgínia que não é Cordélia, nem Ofélia, nem Santo Agostinho, nem Clara de Borgonha — mas que é a burguesa da Baixa, em Lisboa, no ano da graça de 1879.

Caro concidadão, a qual dás tu a preferência? O primeiro mentiu-te. A Virgínia que tens diante de ti é um ser vago, feito de frases, que não tem carne nem osso, e que, portanto, não pertencendo à humanidade a que tu pertences, não te pode interessar. É uma quimera, não é um ser vivo. O que ela diz, pensa ou faz, não te adianta uma linha no conhecimento da paixão e do homem.

Uma tal Virgínia não pode ficar como documento de uma certa sociedade, num determinado período: é um livro inútil.

Tens diante de ti uma moeda falsa. O segundo dá-te uma lição de vida social: põe diante dos teus olhos, num resumo, o que são as Virgínias contemporâneas; faz-te conhecer o fundo, a natureza, o caráter da mulher com quem tens que viver. Se a Virgínia, em conclusão, não é boa — evitarás que tua filha seja assim; podes-te acautelar desde já com a nora que te espera; é-te lição no presente, e, para o futuro, ficará como um documento histórico.

É uma verificação da natureza.

E aqui tens, caro concidadão, reduzido a fórmula familiar, ao alcance da tua compreensão e despido de névoas filosóficas, o que é o idealismo e o que é o naturalismo, na pintura, no romance e no drama.

Bristol, 1879.

OS VENCIDOS DA VIDA

O amável *Correio da Manhã*, fazendo hoje o retrato social dos *Vencidos da Vida*, um por um, para lhes contestar este título acabrunhante, continua e engrossa o ruído de publicidade que a imprensa tem erguido ultimamente em torno deste grupo jantante, com considerável desgosto dos homens simples que o compõem. Pode parecer talvez estranho que esta ressoante publicidade assim magoe os derrotados.

Não permitem eles que hebdomadariamente as gazetas anunciem a sua reunião em torno da mesa festiva? É verdade. Mas se o fazem é para que a opinião se não possa, de modo algum, equivocar sobre o motivo íntimo que todas as semanas os arranca dos seus buracos, para os juntar num gabinete de restaurante, ao lusco-fusco, no isolamento sumptuoso de quatro cortinas de repes.

Homens que assim se reúnem poderiam logo, neste nosso bem-amado país, ser suspeitados de constituir um sindicato, uma filarmônica ou um partido. Tais suposições seriam desagradáveis a quem se honra de costumes comedidos; o respeito próprio obriga-os a especificar bem claramente, em locais, que, se em certo dia se congregam, é apenas para destapar a terrina da sopa e trocar algumas considerações amargas sobre o colares. De resto, o sussurro atônito que de cada vez levantam estas refeições periódicas não é obra sua — mas da sociedade que, com tanto interesse, os espreita. Eles comem — a sociedade, estupefata, murmura. O que é, portanto, estranho, não é o grupo dos *Vencidos* — o que é estranho, é uma sociedade de tal modo constituída que, no seu seio, assume as proporções de um escândalo histórico, o delírio de 11 sujeitos que uma vez por semana se alimentam.

O que de resto parece irritar o nosso caro *Correio da Manhã*, é que se chamem *Vencidos* àqueles que, para todos os efeitos públicos, parecem ser realmente *vencedores*. Mas que o querido órgão, nosso colega, reflita que, para um homem, o ser vencido ou derrotado na vida depende, não da realidade aparente a que chegou — mas do ideal íntimo a que aspirava. Se um sujeito largou pela existência fora com o ideal supremo de ser oficial de cabeleireiro, este benemérito é um *vencedor*, um grande *vencedor*, desde que consegue ter nas mãos uma gaforina e a tesoura para a tosquiá-lo, embora atravesse pelo Chiado cabisbaixo e de botas cambadas. Por outro lado, se um sujeito, aí pelos vinte anos, quando se escolhe uma carreira, decidiu ser um milionário, um poeta sublime, um general invencível, um dominador de homens (ou de mulheres, segundo as circunstâncias), e se, apesar de todos os esforços e empurrões para diante, fica a meio caminho do milhão, do poema ou do penacho — ele é para todos os efeitos um vencido, um morto da vida, embora se pavoneie por essa baixa amortalhado numa sobrecasaca do Poole e conservando no chapéu o lustre da resignação. Dito isto, só podemos juntar que os *Vencidos* oferecem o mais alto exemplo moral e social de que se pode orgulhar, este país. 11 sujeitos que há mais de um ano formam um grupo, sem nunca terem partido a cara uns aos outros; sem se dividirem em pequenos grupos de *direita* e

esquerda; sem terem durante todo este tempo nomeado entre si um presidente e um secretário perpétuo; sem se haverem dotado com uma denominação oficial de reais vencidos da vida ou vencidos da vida real ou nacional; sem arranjar estatutos aprovados no Governo Civil; sem emitirem ações; sem possuírem hino nem bandeira bordada por um grupo de senhoras "tão anônimas quanto dedicadas"; sem iluminarem no primeiro de dezembro; sem serem elogiados no Diário de Notícias — estes homens constituem uma tal maravilha social que certamente para o futuro, na ordem das coisas morais, se falará dos onze do Braganza, como na ordem das coisas heroicas se fala dos doze de Inglaterra.

Dissemos.



AINDA SOBRE A ACADEMIA

Nada me poderia, neste vale de lágrimas, pesar tanto como a melancólica e enfadonha obrigação de replicar ao artigo (*Eça de Queirós e a Academia*), em que o meu velho amigo Pinheiro Chagas recombateu, aqui mesmo, o bom combate pelo júri, o relatório, o concurso e o prêmio! — Só, na verdade, por Pinheiro Chagas, cujos golpes são, como os de Roldão, uma honra que pede logo grande tropel e grande batalha — eu afrontaria o atroz e intenso tédio de remexer novamente no júri, no relatório, no concurso e no prêmio, pulverulentas e defuntas coisas que pertencem às trevas do passado tão legitimamente como os muros de Troia, o clube dos *Camilos* e os poemas do poeta sem par que se chamou Guilbert de Pixérécourt.

Já num desventuroso dia de loquacidade meridional eu estirei por este *Repórter*, fora, sob a forma de carta a Mariano Pina, cinco infindáveis léguas de prosa no interesse do júri, do relatório, do concurso e do prêmio. Repisar, teimar ainda, uma vez mais exumar esses cadáveres, o júri, o relatório, o concurso e o prêmio — é monstruoso! A quanto me força esse desapiedado e querido inimigo!

Felizmente, por mais que rebusque e fareje no vasto artigo, não encontro nada essencial que, por amor das minhas ideias, eu tenha a debater com o meu fecundo e ardente confrade. Toda a sua eloquência e graça, que são consideráveis, passam através da minha carta a Mariano Pina como esta brisa de junho através das árvores do meu quintal. Há um largo e estouvado sussurrar de folhas — e nenhuma folha cai.

Os dois pontos vivos dessa carta, que a enchiam e lhe davam valor e feição — nem Pinheiro Chagas os ataca, nem sequer levemente lhes roça com a pena.

O primeiro desses pontos, com efeito, a minha laboriosa justificação do voto que excluiu A Relíquia, não podia ser decentemente assaltado por Pinheiro Chagas. Esse ponto é tanto meu — como do meu douto amigo. Toda a minha argumentação leva, por estradas diretas e limpas, exatamente à mesma conclusão a que Pinheiro Chagas já chegara no seu *Relatório* — através de vielas tortuosas e mal frequentadas.

Cada um seguiu o caminho que lhe reclamava a sua conveniência ou o seu temperamento: mas encontramos-nos pontualmente no mesmo sítio, à porta do recinto sagrado da Academia, atirando ambos um pontapé paralelo à lombada do livro infeliz!

Se eu vim por uma velha avenida real, e Pinheiro Chagas por um atalho de cabras — que importa? Ambos nos achamos lado a lado e quase abraçados, ao cumprir o ato de segura justiça. Agora Pinheiro Chagas, ansioso por acumular todos os louros, pretende — que só o repelão que ele deu ao livro era o bom, e só as suas razões para dar o repelão eram as boas.

Perfeitamente! Não lho contesto.

Tudo isso no fundo se limita a uma questão de gostos e de hábitos. Eu entendo que, em nome de uma Academia, só se devem apresentar razões graves e acadêmicas; Pinheiro Chagas entende

que, em nome da Academia, só se devem oferecer razões de folhetim e de cavaqueira. Bem! não lhe chicano essa opinião que depende sobretudo do juízo que cada um forma da Academia.

Na conclusão final, porém, estamos concordes? Certamente. Então, nada se ganha em esmiuçar pueris detalhes. O corvo e a serpente, como se conta na fábula Índia, mataram ambos o sapo. Um chegou, voando, o outro, rastejando. Mera diferença de naturezas que nada tem com o merecimento pessoal dos bichos. Ambos são bichos respeitabilíssimos. O corvo teve a intimidade de São Vicente e a serpente a amizade de Salomão.

O outro ponto fundamental da carta a Mariano Pina — a minha tese, bem ou mal estabelecida, de que o concurso estava absurdamente organizado, e de que se não podiam, por heterogêneos, comparar um drama romântico em verso, e um romance arqueológico em prosa, o *Rui Blas* e a *Salambo* — Pinheiro Chagas não o ataca e não me põe, portanto, na difícil necessidade de o defender. Não o ataca com as suas duras armas, nem sequer lhe bole com o dedo, para ver se ele é de granito ou de papelão. Deixa-o intacto, sem a arranhadura de um adjetivo, fresco, sólido, como novo, pronto a servir noutra campanha. Apenas ao passar, de longe, muito de longe, me dardeja a mim uma olhadela oblíqua, rosnando: "Dizes isso por despeito, por não teres apanhado o prêmio!" Em geral, a todos os meus argumentos, Pinheiro Chagas, por entre os ornatos e as flores de linguagem, lança constantemente esta réplica tão característica, tão literária, tão crítica, de tão bom gosto: — "Tudo isso é ferro por não teres apanhado o conto!" Aqui, porém, neste ponto da organização do concurso, ele não se contenta em insinuar, mas claramente proclama o "meu despeito e o meu ferro". Dizer a Pinheiro Chagas que não cabe um desapontamento onde não houve uma expectativa, e que, mandando o livro à Academia *com a certeza* de que ele não alcançaria prêmio, nunca me poderia espantar ou irritar de que ele regressasse das portas da Academia sem prêmio — seria inteiramente inútil. Nunca Pinheiro chagas (a não ser que eu lhe falasse um momento ao ouvido), acreditaria nesta minha *certeza* e nesta indiferente falta de expectativa.

Esse querido amigo tem vinte anos de jornalismo, de currículos, de política, de S. Bento e de partidos — e nunca lograria desembaraçar-se suficientemente do seu ceticismo, para chegar a acreditar que eu falei por amor dos princípios desatendidos — e não por despeito dos pintos perdidos.

Suponhamos portanto que eu berro por despeito — e que toda a face se me acende de rancor e de inveja. Pois bem! Neste vil estado de alma, que enojaria Marco Aurélio, eu fiz uma afirmação: — afirmei que Pinheiro Chagas não podia, como crítico e criticamente, comparar, para um fim de escolha e de prêmio, um romance arqueológico em prosa e um drama romântico em verso. Lívido e roído pelas cobras verdes do ciúme, eu estabeleci esta tese. Mas desde que a estabeleci por escrito, num jornal — ela fica separada da minha personalidade, torna-se impessoal e abstrata, vivendo só por si e pela razão que em si contém.

Nada importa para o seu mérito que ela provenha de um vil despeito pessoal ou de uma alta convicção literária. A origem, torpe ou nobre, de uma ideia, nada tem que ver com a sua exatidão. Quando Pinheiro Chagas, no parlamento, no seu banco de oposição, atira um argumento contra o projeto de um ministro — este argumento possui um valor próprio, intrínseco, independente de ter a sua origem no zelo de Pinheiro Chagas pelo bem público, ou no despeito de Pinheiro Chagas por não ser já ministro. Ruidosa e legítima seria a indignação de Pinheiro Chagas, se, em tal caso, o ministro atacado lhe retrucasse:

— "Você fala assim por lhe terem tirado a farda, o correio e a tipoia ao mês!" Pois é isto que Pinheiro Chagas, *mutatis mutandis*, me diz a mim, com a face tranquila. Eu não me indigno. Limito-me a pedir ao meu erudito amigo Pinheiro Chagas que não faça aos outros em literatura — aquilo que não queria que outros lhe fizessem a ele em política. Limito-me a rogar-lhe que separe os meus motivos — dos meus argumentos. Os meus motivos são torpes. Mas os meus argumentos aí estão — com a sua existência própria e o seu peso

próprio, para Pinheiro Chagas os atacar como tais e implacavelmente os reduzir a pó!

Toda a questão fica assim clara, simples, limpa de individualidades. A minha tese tal como a formulei na carta a Mariano Pina (para me resumir e só aludir ao drama e ao romance) é que se não pode escolher, por comparação, e para um fim de prêmio, entre um drama romântico em verso e um drama arqueológico em prosa — um vivendo da paixão, outro vivendo da erudição, um dando a síntese dos caracteres pela eloquência, outro dando a análise dos caracteres pela investigação.

O meu argumento é além disso — que as qualidades cênicas e teatrais do drama tornariam o romance enfático e vago; e que os predicados de reconstrução e de ressurreição erudita, de sábio detalhe, que dariam ao romance uma viva possibilidade histórica e o tornariam merecedor de prêmio, converteriam o drama numa obra didática, difusa, chata, votada ao assobio e completamente indigna de prêmio. E que portanto eles se não podem comparar, que entre eles se não pode escolher, e que não pode um júri dizer qual é preferível como obra literária — se o *Rui Blas* se a *Salambo*.

Nisto consiste o meu argumento. Ele é sem dúvida facilmente destruível, e Pinheiro Chagas vai destruí-lo com um sopro. Mas para me esclarecer, para me instruir, eu desejo testemunhar esse decisivo desbarate. — Não quero porém frases, nem chistes, nem decrépitas e balofas declamações "sobre o talento", nem velhos croquetes de retórica, requentados e servidos num bocado de jornal. Quero razões nítidas, positivas, especiais, técnicas, de *homem do officio*. Quero literatura e crítica — e não ênfase e rabulice. Quero a demolição, argumento por argumento, da minha tese. Quando eu a vir por terra, com o lamentável aspecto de uma ruína mole de cartão, baterei então no peito, altamente afirmarei que o concurso foi uma coisa excelente que a minha ignorância não compreendera, e que ninguém tem honestamente o direito de se queixar dele nas gazetas.

Mas enquanto os meus argumentos conservarem estabilidade e fôlego, eu continuarei placidamente a afirmar que o concurso foi uma burla, uma ficção — e que, preferindo o drama, se fez uma escandalosa injustiça ao ilustre autor do romance. E se, por causa da manifesta honestidade do júri, não se torna admissível a suposição de injustiça — então resta-me o direito de concluir que o júri e Pinheiro Chagas, à maneira do meu velho criado Vitorino, têm por opinião que poemas, romances, dramas, livros de viagens, odes e almanaques, tudo são coisas comparáveis — *por serem em letra redonda!*

Em resumo: eu, neste caso, ou possuo uma crítica muito curta, ou tenho uma razão muito forte. Das duas torres deste dilema ninguém certamente me desaloja. Infelizmente, desconfio que possuo uma crítica muito curta: e já todo eu tremo, e ao mesmo tempo me regalo, pensando que a demolição dos meus argumentos por Pinheiro Chagas (que pouco mais lhe custará que o esforço de levantar a pena) — vai ser para mim simultaneamente uma sova e uma luz. Mas, enfim, é possível que a minha tese se mostre inexpugnável. Todo o gênio de Napoleão se quebrou contra os quatro muros velhos de São João de Acre. Nada ousou pois assegurar — enquanto se não realiza esse arrasamento que me vai conjuntamente educar e desancar.

Quando ele vier, largo e superior, eu quero logo gritar a Pinheiro Chagas com entusiasmo: — "Relator do concurso, és um mestre!" Se porém Pinheiro Chagas não arrasar a minha tese, então com a familiaridade a que me autoriza a nossa velha camaradagem e lembrando a história simbólica do meu criado Vitorino (para quem, a respeito de livros, *isto ou aquilo tudo era a mesma coisa, por ser em letra redonda*) eu tomarei a liberdade grande de dar uma palmadinha no ombro do meu ilustre amigo, e de lhe murmurar risonhamente: — "Relator do concurso, és um *Vitorino!*"

E de *vitorinice* (e mesmo de ficção e chalaça), continuará este concurso a ser acusado, enquanto se lhe conservar a absurda organização que, agora, inteiramente o desvirtua. Cada ano surgirão

dificuldades mais marcadas — levando às decisões mais disparatadas: e de cada vez irá crescendo no público o desdém pela Academia.

Assim, suponhamos que para o próximo concurso apenas se apresentam dois livros: um volume de história e um volume de poesia. E, para exemplificar com mais precisão, suponhamos ainda que um se chama a *História da República Romana* e outro as *Flores do Campo*.

Neste caso nem mesmo se pode tomar para termo de comparação, como Pinheiro Chagas vagamente tentou, a importância dos dois gêneros. Ninguém pode afirmar com segurança qual é mais importante para a educação e elevação do espírito humano, se a história se a poesia, se Tácito ou se Virgílio. Ambos são fatores igualmente indispensáveis às duas grandes faculdades que dirigem o homem e lhe modelam o destino — a razão e a emoção. E, eliminando este termo de comparação (que ainda poderia ser aduzido tratando-se de uma série de estudos históricos e de uma coleção de receitas de cozinha), nenhum outro termo resta. Que vão então fazer na Academia?

Um estudante de retórica, e nela três vezes reprovado, sente confusamente a impossibilidade de comparar entre um grande historiador e um grande lírico. Numa ordem mais baixa, o mais bronco cortador dos talhos municipais sabe claramente que se não podem comparar as histórias que ele ouviu da *Maria da Fonte* e os versinhos que ele canta ao *fado corrido*. Só a Academia, a grande corporação literária do país, nada parece saber. E com a maior simplicidade, placidamente, compara e equipara, para entre ambos escolher — um estudo sobre as campanhas da Gália e versos feitos a uma rosa!

É perfeitamente fantástico!

Em contraste com estes dois pontos essenciais da minha carta a Mariano Pina, que Pinheiro Chagas deixou intactos — há no seu

artigo toda uma coorte de acusações, que eu por mim não posso consentir que permaneçam de pé e prontas a servir noutra campanha.

Numa delas, a mais considerável, declara-me Pinheiro Chagas "desleal" por ter desnaturado o seu pensamento, afirmando que ele queria na *Relíquia* a paixão de Jesus vista pelo lado burlesco. Uma acusação de deslealdade é sempre grave. Felizmente, por um fausto acaso, eu guardei o *Relatório* de Pinheiro Chagas e posso, portanto, copiar aqui as frases formais que me levaram a essa asserção. Aqui está uma dessas inequívocas frases: — "este homem (Teodorico) devia dar ao mundo um *Evangelho burlesco*, ímpio decerto, mais escandaloso do que as memórias de Judas, mas que seria em todo o caso uma obra de arte notável". Há ainda outras, tão explícitas, desenvolvendo eloquentemente a mesma ideia. Mas esta basta! E se ela não quer dizer que eu devia ter dado ao mundo um *Evangelho burlesco* — que quer dizer então, justos Céus? Em nome da verdade e da luz, o que quer ela dizer? Pretende agora Pinheiro Chagas, se não me engano, que, falando do *Evangelho burlesco*, ele subentendia outra coisa. Qual fosse "essa coisa" não o chega a explicar nitidamente.

Em todo o caso, desde que o meu verídico amigo assegura que não quis mentalmente dizer o que as suas palavras literalmente significavam — eu suplico a Pinheiro Chagas que, na sua benevolência, me perdoe o ter tão levianamente avaliado o seu pensamento pelas suas palavras. Mas que Pinheiro Chagas, por seu turno, apague e raspe essa incriminação de deslealdade. Pinheiro Chagas só deve queixar-se de que eu sou tão limitado — que apenas compreendo o que a sua pena publicamente escreve, e não consigo adivinhar o que o seu espírito secretamente pensa. Houve em mim condenável falta. Mas não foi a de ser desleal — foi a de não ser feiticeiro!

Depois acusa-me Pinheiro Chagas (ainda que sob uma forma genérica) de "ter condenado como imbecil a escolha feita pela Academia... ". Que replicar a isto, Deus clemente? Não há na minha

carta a Mariano Pina um período, uma fugidia frase, um pobre verbo assolapado, uma vírgula sequer, que implique ou insinue uma semelhante condenação! Nada! nada! Quem se abalance ao fastidioso trabalho de reler essa carta, pode logo ver, tão distintamente como se vê o Sol, que eu condenava em geral *qualquer escolha, toda a escolha*, partindo sempre do meu princípio, bom ou mau, de que se não pode comparar o *Rui Blas* com a *Salambo*, ou cartas de viagem com odes ao duque de Ávila!

Em seguida acusa-me Pinheiro Chagas (ainda que genericamente), de "procurar rebaixar o merecimento do escritor que todo o país exaltara, e apresentá-lo como indigno de me disputar o prêmio". Isto é simplesmente prodigioso! Não há também na minha carta uma linha, não há um simples ponto de reticência, por onde se possa desconfiar de que eu, mesmo remotamente, mesmo escondido por trás de rebuscos e véus, tentasse amesquinhar o simpático autor do drama laureado. Uma semelhante amesquinhação seria tão grosseira, e sobretudo tão lorpamente inábil!... Nem o mais tosco simplório, ainda fresco dos matagais da serra, cairia em mostrar assim, como num espelho, o seu despeito e o seu rancor.

É uma mera e transparente invenção do meu bom Pinheiro Chagas — que pode ser acolhida, segundo o temperamento de cada um, com um sorriso de misericórdia ou com um empurrão irritado.

Eu, que conheço Pinheiro Chagas, aconselho o sorriso.

Tudo isto, na verdade, constituiria uma abominação, se se tratasse de um escritor que, nos seus escritos, pusesse ao mesmo tempo — mais seriedade e mais perversidade. Teríamos então aqui uma dessas repulsivas tricas de polemista rábula, que, retrucando a um artigo publicado há longas semanas, e de que ele supõe que o público já se não recorda, lhe atribui perfidamente toda a sorte de feias proposições, que o pobre artigo não encerra, com o fim de tornar o autor desagradável e antipático aos olhos dos simples e aos olhos dos esquecidos.

Encontraríamos de fato aqui uma aplicação da velha e sólida máxima de D. Basílio: — *Calomniez, calomniez, il en restera toujours quelque chose!*

Somente, tratando-se de Pinheiro Chagas, o caso é radicalmente diferente. Ele é o mais honesto dos homens. Nunca da sua pena saiu voluntariamente uma falsidade ou uma perfídia. Reto, bom, amável, generoso, leal, largo de coração, ele senta-se candidamente à banca, toma a pena — para afirmar apenas o que é verídico e defender apenas o que é justo. Não sei se a pena de Pinheiro Chagas é de pato ou de aço: em todo o caso deve ter, como todas, uma haste ligeira que ele ao princípio sustenta e domina entre os dedos. A vela arde e o ilustre escritor começa a escrever... E eis que, instantes depois, aquela curta haste, conduzida pela mão já excitada, sob os impulsos impacientes da imaginação que aqueceu — larga, abala, corre, galga, pula, cabriola, redemoinha, mais tonta e levantando mais pó que um potro bravo do Hedjaz solto através do deserto. Já Pinheiro Chagas a não pode sopear. De fato, já o nosso desditoso amigo vai arrastado por ela, como Mazepa pelo seu corcel — e foge, rompe, fende, salta aqui as balizas da cortesia, atropela além a nudez da verdade, tudo escangalha e tudo espezinha, até que escritor e pena rolam no pó, exaustos, arquejantes, inúteis para tudo e irresponsáveis por tudo!

Pinheiro Chagas é o Mazepa do folhetim — um Mazepa de chapéu alto. Com a diferença, porém, de que Mazepa se ergueu ao fim da fabulosa carreira, para encontrar em torno de si uma horda bárbara que o aclamava rei! E Pinheiro Chagas, quando se levanta, acha-se rodeado de amigos que apenas somem e lhe gritam com uma repreensão cheia de carinho: — "Oh, homem, quando há de você ter juízo?" E ele próprio, limpando o suor, e olhando para trás, para as conveniências que transpôs, para a verdade que pisou, suspira, com aquela sua honestidade que é tão alta e aquela sua inteligência que é tão clara, e, descontente de si, recolhe desconsoladamente a pena.

Depois, no dia seguinte, recomeça. Que longo discurso! E com que susto, com que fastio, com que contrariedade o venho desenrolando!

Todas estas coisas locais, caseiras, lisboetas — o júri, o concurso, o prêmio — que em Lisboa, no seu elemento próprio, me teriam interessado por lhes sentir bem a realidade, chegam-me aqui, através dos mares, já desbotadas, vagas, esfumadas, confusas, espectrais. Caem num meio totalmente alheio e diferente; e, vistas ao lado de outras ideias e de outros interesses, as suas proporções encolhem até à minuscuidade, a sua solidez adelgaça-se até à diafaneidade. Parece-me que estou aqui a vibrar grandes lançadas contra pequenos rolos de névoa.

E para quê! Que me pode importar a maneira, ignara ou sábia, como a Academia organiza o seu concurso? Que esperança nutro eu de que as minhas objeções sejam atendidas pela douta assembleia? Perco aqui, falando, o meu útil dia de trabalho e o meu útil dia de passeio — e a Terra continua a girar, o *Relatório* de Chagas a ser considerado uma soberba obra de crítica, e a Academia a decidir gravemente entre as manobras de César na Gália Narbonense e as pétalas de uma rosa em verso!

Mas quê! Pinheiro Chagas arremete contra mim, com o seu usual transporte, um verdadeiro *furor chaguensis*, como diria Bismarck, se conhecesse este meu interessante e impetuoso amigo, e eu, pela consideração devida a um homem cujos golpes, como os de Roldão, são uma honra que reclama logo grande tropel e grande batalha — sou forçado a defender a minha humilde carcaça... Mas faço-o, o céu me é testemunha, com infinito respeito e doçura — mostrando sempre que, quando Pinheiro Chagas me joga golpes que parecem traiçoeiros, quando atribui as minhas convicções de literatura a despeito de pecúnia, quando inventa pelas costas que eu quis "amesquinhar o candidato laureado", quando declara que eu votei *por mim* nessa carta em que eu dei o meu voto *contra mim* — procede por impulsa da sua leviandade e não por cálculo da sua malícia. Não abriga malícia aquele coração limpo. E se eu procuro atirar pelos ares a estouvada pena de Pinheiro Chagas — é só, só, para mais livremente poder apertar a sua mão honrada e amiga.

Bristol, 1888.

NOTAS DO MÊS

(Colaboração na "Revista de Portugal")

EL-REI D. LUÍS

Aos cinquenta e dois anos de idade, depois de vinte e oito anos de reinado, morreu na manhã de 19 de outubro, na cidadela de Cascais, o vigésimo oitavo rei de Portugal, o senhor D. Luís I. Por longos e lamentosos dias velou a sua agonia a rainha — cheia daquele ânimo magnífico e grave com que na casa de Saboia, desde os velhos tempos de Humberto, senhor de Tarentesia, os homens afrontam os perigos e as mulheres as provações. E toda a Nação o chorou numa infinita piedade.

Com el-rei D. Luís, finda um período interessante da nossa História. Durante ele, Portugal, emergindo da anarquia doutrinária que o desmantelava desde 1820, consuma o seu desquite com o passado, quebra o seu pacto com os ideólogos — e entra resolutamente, para ventura sua ou para maiores e inéditos males, no caminho do utilitarismo, do fomento e do progresso material. Para presidir a esta revolução, que cobriu a terra de instrumentos de riqueza e radicou na gente a importância dos interesses, el-rei D. Luís era, pelas favoráveis feições do seu espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações, o chefe mais congênere e perfeito. Daí proveio, entre o rei, beneficentemente inclinado às reformas, e o reino, que ardentemente se reformava, uma harmonia sólida e séria que, em vinte e oito anos, não sofreu uma interposição nem foi toldada por uma sombra.

Na paz política que assim se criou (e que exteriormente teve considerável beleza), pôde lentamente, através do rei, ser observado o homem; e este desde logo cativou o país pela sua genuína e positiva bondade. Vítor Hugo afirmava que só existiam duas coisas verdadeiramente grandes — o gênio e a bondade: Michelet

acrescentava que dessas duas grandezas só uma era verdadeiramente real — a bondade. Decerto estes dois homens, supremamente bons e geniais, entendiam por bondade — aquela virtude ativa que, pela elevação e amplitude das suas manifestações, participa do heroísmo. O exercício, porém, desta bondade heroica, necessita de uma ilimitada potência e expansão de vontade, de uma vontade sublimemente alheia ao mundo, como num São Francisco de Assis, ou irresistivelmente dominante no mundo, como num Trajano — incompatível portanto com as limitações impostas, nas democracias, a um rei constitucional. Dentro dos nossos organismos sociais, a virtude nativa de um rei só se pode traduzir nas manifestações discretas e quase íntimas da generosidade, da indulgência, da cortesia, da afabilidade, da benquerença. Todas estas expressões de bondade as teve o rei lamentado: — e ninguém mais do que ele, na terra em que reinou, foi amável, polido, modesto, caridoso, sereno e bem acolhedor.

Às excelências de coração, el-rei D. Luís aliava qualidades de espírito estimáveis e delicadas. As coisas do saber, da literatura, da arte, permaneceram sempre para ele superiormente valiosas e queridas. Não foi, como outros, um protetor das letras condescendente e distante; mas ele próprio entrou ativamente nas letras como um diligente e bom obreiro, comentando e trasladando as obras de Shakespeare que, por ser o gênio que maior soma de verdade humana pôs dentro de maior soma de poesia imagética, seduzia mais que nenhum outro o espírito de el-rei, onde se misturava ao bom senso dos Braganças um doce elemento de imaginação germânica.

Desse fundo de realidade e de fantasia lhe veio o seu imutável amor pela pintura e pela música. Ambas estas nobres artes praticou com um gosto firme; e de ambas se cercou profusamente, não como complementos ricos de uma vida bem ornada, mas como fontes de emoções e de sentimentos, onde a sua alma, quando invadida pela desilusão dos homens e das coisas, achou encanto e consolação.

Inteligente e bom, ele reuniu as duas superioridades que perpetuam a memória de um homem. A sua intelectualidade, porém, era mais própria para agradar aos espíritos letrados e eruditos; e a forma da sua bondade própria, sobretudo, para prender as multidões simples e emotivas. Por isso a sua bondade será sempre mais lembrada do que a sua cultura. Talvez o povo, renovando um costume sentencioso das idades passadas, lhe venha a dar o nome de *Luís, o Bom*. Hoje, nas sociedades democratizadas, não há já possibilidade histórica de que um rei conquiste o cognome de *Grande*. Mas se tal conquista ainda fosse realizável no nosso tempo, nenhum louvor maior se poderia prestar a el-rei D. Luís do que afoitamente afirmar que ele próprio preferiria ficar simplesmente nos corações como *Luís, o Bom*, a entrar solenemente na História como *Luís, o Grande*.

Um príncipe moderno, brilhante, cultivado, requintado, de aptidões complexas e fortes, de inteligência largamente absorvente, de vida excelentemente pura, sobe por seu turno ao trono sete vezes secular.

Começa este reinado no momento em que, pela dispersa hesitação das inteligências, pelo incurável enfraquecimento das vontades, pela desorganização dos partidos, pela inércia das classes — o rei surge como a única força que no país ainda vive e opera. E por isso mesmo que a autoridade vital, que desde 1820 se escoara do trono e se espalhara pelas instituições democráticas e pelos corpos que as encarnam, parece refluir ao trono para nele se condensar de novo — o reinado abre entre dificuldades que lhe impõem responsabilidades. Os deveres de el-rei, nestas condições, encontrarão certamente no seu patriotismo a inspiração mais segura e mais pura. Os nossos deveres, esses, claros e singelos, consistem em cercar de facilidades o rei que dá os seus primeiros passos reais, em todo o viço do pensar e do querer— acompanhado por uma princesa adoravelmente preparada para colaborar na obra da coroa, com esses finos dons de graça e de doçura, herdados da sua raça e da sua pátria, e que sempre, desde todos os tempos, foram os mais eficazes para vencer e reter, não só o pronto coração, mas a razão resistente dos homens.

NOTAS DO MÊS

O parlamento, em França, abre proximamente, possuindo, como novidade — mais um partido parlamentar com o seu chefe no exílio.

Foi este o resultado das eleições de 22 de setembro, e do desesperado esforço que os partidos organizados e definidos desde 1872 tentaram para arrancar ao sufrágio universal o segredo da sua definitiva preferência. O sufrágio universal quis, além dos quatro velhos partidos, oportunista, radical, orleanista e bonapartista, um outro partido novo no parlamento — o boulangista. Com efeito, enquanto os quatro partidos chegam das mãos do sufrágio com o seu pessoal inalterado e quase intacto — o boulangismo, que era um bando vago e errante, aparece convertido pela eleição num partido compacto e estável. Paris (o voto de Paris outrora, como a cançoneta de Paris, alastrava, percorria toda a França!), Paris declarou-se boulangista, com a unanimidade de 27 de janeiro. Por outro lado, certos departamentos enfeudam-se definitivamente ao boulangismo. E tendo sido uma guerrilha de *dez* aventureiros na câmara passada, o boulangismo vem ser na câmara atual um partido de *cinquenta* deputados.

É uma vitória. Mas uma vitória que importa, a anulação do boulangismo e do general Boulanger — porque este homem, improvisado na rua, numa cidade e num momento histórico em que uma cantiga dá mais reputação que dez batalhas, ganhava em continuar a receber unicamente a sua força dos entusiasmos e das correntes emotivas da rua. Só pela rua ele galgaria ao poder — e quanto mais se constitucionaliza, mais se despolariza. Paris nomeou e aclamou Boulanger em 27 de janeiro, para que ele lhe fizesse, depressa e *tambour battant*, uma revolução contra o parlamentarismo. Desde que ele porém se torna também parlamentar, a sua utilidade cessa, o seu brilho morre — e chefe ausente, com um partido na câmara girando dentro da constituição, ele é apenas um pretendente mais, sem valor pessoal e sem tradição

histórica, que erra em torno das fronteiras da França, esbatido nas brumas do exílio. Os ganhos eleitorais de 22 de setembro provieram da indignação contra os excessos judiciais da *Haut-Cour*; do espírito *frondeur* e sempre antigovernamental de Paris; de um resto considerável de simpatia; e da teimosa esperança em que o antigo Messias e os seus apóstolos fizessem enfim a revolução adiada. Ainda na manhã de 22 os boulangistas afirmavam nas suas proclamações: "se hoje vencermos pelo voto, completaremos à noite o triunfo com as armas!" A vitória eleitoral não veio: — e em Paris, hoje com o general Saussier no comando da praça, o exército absolutamente disciplinado e fiel, as ruas asfaltadas e estrategicamente dispostas, e a massa burguesa hostil a todo o mundo que estrague os lucros da exposição — é impossível uma surpresa revolucionária, tentada por uma minoria. Tudo tem de ser feito dentro do parlamentarismo: e desde que o general Boulanger e os seus, transformando-se de bando em partido e subindo da praça ao parlamento, ficam envolvidos no maquinismo constitucional e reduzidos a essa eloquência estéril e a essas estéreis combinações que eles com tanto furor denunciavam, a sua missão e razão de ser findaram — e a corrente cesarista, que só pode vencer pela revolução, tem de se voltar para outro lado, à procura de outro César.

A segunda feição da câmara será a decadência (dentro dela) do radicalismo que volta da urna diminuído em número, com os seus chefes e inspiradores (Clemenceau, Goblet, Yves Guyot, Lockroy, etc.) ou derrotados, ou desprestigiados pelo ultraje do *empate*; e por outro lado, paralelamente, a influência crescente dos homens (Léon Say, Germain, etc.) que no partido republicano representam mais salientemente as ideias de reforma econômica, de tolerância religiosa, de moderação e de paz. Perante isto os oportunistas ou moderados exultam com estridor, e proclamam que a estabilidade política está finalmente criada. Mas nunca na realidade a França esteve tão instável: — provindo sobretudo essa instabilidade de que os cem votos de maioria, de que se ufam os republicanos, não formam a segurança e a defesa de um partido, mas a única defesa e segurança do próprio Estado. Cem votos de maioria — eis o que em

França garante e sustenta a forma do Governo! Cem votos de maioria — eis toda a base que têm em França as instituições! Na Inglaterra, quer as eleições sejam ganhas pelos conservadores ou pelos liberais — o regime permanece tão sólido e indiferente a essa mutação como o próprio solo geológico. Em França, que amanhã esses cem votos (obra de duzentos mil eleitores) passem dos republicanos para os conservadores — e eis por terra o regime, o pessoal, os costumes e as instituições republicanas! A França está dependente de uns poucos de papéis brancos lançados numa caixa de pau. Ora esta instabilidade, alimentando sempre a esperança dos partidos monárquicos e aviventando sempre a desconfiança das velhas monarquias, impede que a França consiga a fusão dos seus partidos e conclua tratados de aliança: — e assim se tornam cada vez mais irrealizáveis os dois grandes desejos do patriotismo — a pacificação dentro da fronteira e a desforra para além.

Em Londres, organizam-se consideráveis greves, como corolário da greve dos trabalhadores das docas que findou — cedendo a Companhia a todas (ou às mais essenciais) exigências dos operários.

Quatro feições interessantes e novas caracterizaram essa greve instrutiva e fecunda — e são talvez para as outras de excelente promessa. Em primeiro lugar, os trabalhadores (pertencentes todos às mais incultas e violentas classes de Londres) mostraram durante semanas um respeito da ordem e da propriedade, uma atenção inteligente às razões econômicas, uma capacidade de sofrer com serenidade, um sentimento de disciplina, uma pertinácia moral, que fariam honra aos cidadãos mais fortes e elevadamente educados para a vida civil e para os deveres do patriotismo. Em segundo lugar, as classes superiores, as menos inclinadas a compreender ou atender as reclamações das plebes, manifestaram por elas uma simpatia de razão e de coração raras e inesperadas nessa Inglaterra que Taine ainda há anos representava, e muito justamente, como uma besta rude e fera (a plebe) que um cavaleiro brilhante e delicado (alta burguesia e aristocracia) monta e subjuga por meio de fortes cadeias de bronze, não lhe permitindo sequer o queixume e negando-lhe quase a razão. Em terceiro lugar, os bispos, à maneira

dos bispos da Meia-Idade, intervieram nesta luta do feudalismo capitalista e das plebes operárias, proclamando oficialmente esse socialismo cristão que hoje agita a Igreja em Inglaterra, e que (segundo foi definido na conferência diocesana reunida ultimamente em Carlisle) tende em todas as questões sociais a tomar francamente e apaixonadamente o partido do pobre, sem todavia lhe radicar a ideia de que tudo está salvo e a sua felicidade feita em céu e terra, desde que ele coma com mais abundância e vista com mais conforto. Enfim, a quarta feição desta greve foi o começo da descentralização comercial de Londres, dispersando parte do movimento marítimo por Southampton, Cardife e Liverpool, com ele esvaziando Londres da sua aglomeração excessiva de operários, e desobstruindo assim uma cidade que, pelo seu acréscimo de 80.000 almas por ano, se vai tornando um monstro social e econômico, ingovernável e perigoso para o equilíbrio do Estado.

A morte do príncipe reinante de Mônaco e os renovados boatos do abandono de Roma pelo Papa têm uma relação pitoresca — porque de há muito que o principado de Mônaco é considerado como o lugar que a política e a geografia marcam como o mais adequado à residência do Papa.

Este Estado, que se compõe de um rochedo e de alguns jardins e que é independente há novecentos anos sob o domínio dos Grimaldis, apresenta-se, já pela sua situação, já pela sua tradição, como o único refúgio possível e durável para um Papa independente e soberano. As anemias e doenças de velhice, de que ordinariamente sofrem os Papas, encontrariam além disso em Mônaco o mais salubre e favorável clima. A centralidade do principado poria o chefe da Igreja em fácil e acessível contato com as populações católicas do Meio-Dia. O ciúme tradicional da França e da Itália, em questões de papado, garantiria a segurança e a independência a um pontífice colocado entre elas. O palácio atual de Mônaco, se não é tão sumptuoso como o Vaticano, é ainda aceitável para o chefe de uma religião de pobreza. Os grandes fundos acumulados pelo subsídio italiano (em que o Papa nunca tocou), bastariam a construir outros edifícios para as congregações e para o sacro colégio. Os

monaquenses, excelentes católicos, cercariam o Papa de amor e de respeito. Esse amável e ditoso povo que não paga tributos (quem os paga por ele é o Cassino do jogo) não seria também tributado pelo Papa, a quem deve bastar o dinheiro de São Pedro: e, além de ganhar espiritualmente, remindo-se, pela contemplação direta da virtude, do Inferno a que o tem votado a contemplação direta do vício, o monaquense ganharia ainda materialmente — porque, como objeto de peregrinação universal, o Papa vale a roleta.

Por outro lado, morto o velho Carlos III, monaquense aferradamente apaixonado pelo seu rochedo — o seu sucessor, o novo chefe da casa dos Grimaldis, venderia decerto o reino em condições excepcionalmente vantajosas. Este moço virtuoso e superior abomina o jogo, nunca habita o principado, ocupa-se sobretudo de explorações submarinas e a sua tendência é para viver em Paris onde o chamam os seus gostos de erudito e as relações da sua noiva, a senhora duquesa de Richelieu, parenta de Henri Heine e milionária.

O Papa, fora de Roma, desmancharia a beleza e a unidade da tradição histórica: mas a sua instalação em Mônaco terminaria um grande escândalo no seio da cristandade, e livraria dois dignos e excelentes príncipes, Leão XIII e Humberto I, de um insolúvel e torturante embaraço.

À China vai aproveitar-se enfim de um dos grandes instrumentos da civilização ocidental. O novo imperador, Kuang-Sou, autorizou a construção de um caminho de ferro de Pequim a Hankow — numa distância de setecentas milhas. Esta obra estava já planeada: mas o velho partido conservador obstara sempre à sua realização, com a razão (ou com o pretexto) de que uma ruidosa aceleração de movimento perturbaria a tranquilidade rural da China, provocaria a repugnante presença do estrangeiro, e ofendendo, com a aplicação de *rails* e perfuração de túneis, a santidade e recolhimento da Terra, poderia desgostá-la e levá-la a esses movimentos impacientes que nós chamamos *terramotos*. A imperatriz regente partilhava estas ideias. O novo imperador, porém, que é (segundo afirmam os três

ou quatro europeus que, como *sir Robert Hart*, têm os privilégios de grandes dignitários chineses) um moço de fortes capacidades e de esplêndida energia, decretou a inovação europeia por motivos de ordem econômica e política.

Economicamente, este caminho de ferro construído sobre terreno que não custa quase nada, por trabalhadores que quase nada ganham, deve necessariamente dar lucro ao Estado — porque o alimentar e o vestir Pequim garante um imenso tráfico de mercadorias, e o movimento de uma população, tão móbil e flutuante como a chinesa, garante um prodigioso tráfico de passageiros.

Politicamente, por meio de caminhos de ferro, o imperador consolida o predomínio e absolutismo de Pequim — até hoje embaraçado no seu exercício pelas vastas distâncias, pela dificuldade de fiscalizar os mandarins governadores de províncias remotas, pelo custo de concentrar e expedir rapidamente tropas e pela impossibilidade de centralizar o comércio e as finanças na capital.

Toda a Europa folga com este decreto; a Inglaterra, sobretudo, porque vê nele uma primeira aceitação das ideias ocidentais, e através delas um acréscimo de influência no mandarinato de Pequim.

Parece prematuro este folgar. Não será por viajar mais rapidamente, que a China perderá o seu desprezo e horror pelo estrangeiro. Esse desprezo tem raízes na moral e na religião, que nenhum melhoramento nos meios materiais de transporte conseguirá modificar. Nem os nossos progressos industriais, nem a nossa inteligência e ciência, constituem influências bastante fortes para deschinesar o Chinês. Pelo contrário! Quanto mais nos conhece — menos respeita uma civilização que se lhe afigura singularmente tumultuosa e estéril. Os chineses que habitam a Califórnia, e durante um tempo se misturam ao que a civilização material tem de mais moderno e completo, voltam para a China com um patriotismo

duplamente enraizado e fanático: — e ainda há pouco um chinês erudito e europeizado nos afirmava "que quanto mais estudava Paris — mais admirava Pequim". As nossas classes operárias e rurais parecem-lhes atroztes e os nossos conflitos sociais de capital e trabalho uma rude e estúpida manifestação de barbaria.

Todo o ganho da Europa com os caminhos de ferro de que a China se vai talvez cobrir — será expedir para lá alguns engenheiros, exportar alguns milhares de toneladas de ferro e colocar com melhor juro o dinheiro que, agora, recolhe uns lânguidos 2% por cento. O seu comércio com a China decerto crescerá — ainda que esse comércio (e sobretudo a sua fiscalização e direção) não sairá das mãos dos Chineses. E a sua influência e predomínio decrescerão — porque o Governo de Pequim, sentindo-se mais forte, tornar-se-á mais intransigente.

Em todo o caso o imperador revela nesta decisão as primeiras linhas de uma nova e grande política. Infelizmente dizem que a sua saúde já decai: — é enfezado, pensa e estuda em demasia, tem o crânio desconformemente desenvolvido e sofre de uma melancolia incurável.

Portugal realizou o cerimonial exterior das suas eleições: — porque as eleições, elas próprias, já estavam feitas havia muito, segundo o costume consagrado e venerável, por meio de uma lista de círculos e um lápis, no remanso das secretarias. Restava só a solenidade de *ir o povo às urnas*. Todos sabemos, porém, que em muitos círculos se evita o barulho e a poeira desta cerimônia — reduzindo a eleição a uma simples ata que as autoridades lavram depois da missa, a um canto da sacristia. O povo, esse, fica nas suas moradas, quieto e certo de que o Sr. administrador está "fazendo" o Sr. deputado. Há nisto uma louvável e notável simplificação do sistema. Mas uma simplificação maior seria que o Governo nomeasse os deputados por meio de portarias; e que eles, desde logo, como empregados públicos, pagassem direitos de mercê.

O Sr. D. Pedro IV, como ele mesmo diria, *constitucionalizou Portugal à força*, como uma vara de aço que se verga, impelindo-o "à iniciativa dentro do regime representativo". Na sua índole porém e nos seus costumes, Portugal ficou em pleno século XVIII — e, como a vara que se levanta logo que a mão forte a abandone, o país vai regressando à sua atitude natural, que é "a obediência dentro do regime pessoal". Uma maioria nomeada pelo Governo e que passivamente obedece às instruções do Governo; um Governo organizado por um chefe, e que fielmente segue as indicações desse chefe — eis o nosso estado político atual que não difere muito, na sua essência, do que caracterizou os reinados dos avós do nosso rei. Um chefe de partido entre nós, tendo a confiança da coroa, é um verdadeiro ditador — e o nosso regime uma ditadura real, exercendo-se dentro de um constitucionalismo fictício. Isto poderia ser um mal se nos surgisse um dia um ditador do tipo Guzman Blanco — mas pode ser um bem, se um dia esse chefe de partido for um magnífico Bismarck. Não é todavia provável que este país, onde gradualmente calmou e se sumiu toda a violência nativa, produza Guzman Blancos. O presente regime portanto afigura-se-nos excelente — e só nos cumpre, dentro dele e abrigados por ele, esperar com paciência e bonomia que nos apareça numa manhã de nevoeiro esse Bismarck genial e providencial.

A REVOLUÇÃO DO BRASIL

A revolução do Brasil (tal como a contam os telegramas passados através da censura republicana), é menos uma revolução do que uma transformação — como nas mágicas.

O marechal Deodoro da Fonseca dá um sinal com a espada: imediatamente, sem choque, sem ruído, como cenas pintadas que deslizam, a monarquia, o monarca, o pessoal monárquico, as instituições monárquicas desaparecem — e, ante a vista assombrada, surge uma república, toda completa, apetrechada, já provida de bandeira, de hino, de selos de correio e da bênção do arcebispo

Lacerda. Sem atritos, sem confusão, esta república começa logo a funcionar. Nas repartições do Estado, os amanuenses, que já tinham lançado no papel dos decretos a velha fórmula *Em nome de S. M. o Imperador*, riscam, ao ouvir na rua aclamações alegres, este dizer anacrônico, e, sem mesmo molhar novamente a pena, desenrolam no seu melhor cursivo a fórmula recente — *Em nome do presidente da República*. E quem saíra tranquilamente de sua casa com o seu guarda-sol aberto, para ir à secretaria entregar um memorial ao Sr. Albuquerque, ministro do Império — encontra o Sr. Bocaiuva, ministro da República, que sorri e recebe o memorial! Toda essa revolução, segundo os telegramas, foi feita antes do almoço. Os brasileiros que, regressando à pátria, desembarcaram essa manhã no cais do Rio de Janeiro, ainda pisaram o *solo do Império*, como se vinha dizendo havia sessenta anos; — mas, ao saírem as portas da Alfândega, depois de despachadas as bagagens, já pisavam o *solo da República*, como se estava dizendo, havia sessenta minutos. Se os telegramas, pois, são fiéis, esta revolução é simultaneamente grandiosa — e divertida.

A surpreendente facilidade com que a República se substituiu ao Império, provém de que há muito no Brasil nada separava a República da Monarquia — senão o imperador. E o imperador tinha-se a tal ponto desimperializado que, entre Monarquia e República, não havia realmente senão um fio — tão gasto e tão froixo que, para o cortar de um golpe brusco, bastou a espada do marechal Fonseca.

Todo o mundo no Brasil era republicano — mesmo os diplomatas, os bispos e os camaristas do paço. O próprio imperador, por vezes, em viagem, nas salas de hotel, se declarava republicano. O movimento revolucionário, porém, vinha sobre tudo dos *bacharéis*, dos moços saídos das escolas, que ansiavam pela República, não porque o Império lhes fechasse o acesso às carreiras (tão abertas que alguns republicanos foram ministros do Império), mas para poderem realizar um velho ideal Jacobino, já entre nós desacreditado e um pouco obsoleto, e que no Brasil domina ainda as inteligências tropicalmente entusiásticas e crédulas. Os melhores

espíritos brasileiros ainda admiram Pelletan — que, em São Paulo e no Rio de Janeiro, se lê desesperadamente. E a República ainda representa para esses a realização de certas fórmulas idealistas, cuja falsidade ou inanidade já foi entre nós largamente demonstrada pela ciência e pela experiência. Por outro lado, se as leituras Jacóinas fortaleciam os brasileiros nesta ilusão, nenhuma realidade ambiente havia que os pudesse desiludir. Toda a América e republicana: e as duas repúblicas que os brasileiros melhor conhecem, o Chile e a Argentina, são, depois de tormentosos períodos de anarquia, superiormente prósperas e sérias. Outro modelo perigoso para o Brasil estava nos Estados Unidos do Norte, cuja imensa civilização deslumbrava os brasileiros — que não refletiam que é o caráter das raças, e não a forma dos governos, que faz ou impede as civilizações. Uma república na Turquia, mesmo com todos os *Direitos do Homem* traduzidos do francês, seria sempre turcamente abjeta: — e o Canadá, governado por um vice-rei, delegado de uma rainha e de uma oligarquia, cada dia se afirma mais altamente em riquezas e progresso. Todos os argumentos, pois, militavam no espírito dos ideólogos em favor de uma república — mesmo a sua *barateza*, pela supressão da lista civil (argumento que impressiona as classes comerciais). Com efeito, o presidente dos Estados Unidos pouco mais ganha do que um ministro no Rio de Janeiro: mas os brasileiros ignoravam (como nós, de resto, na Europa, imperfeitamente sabíamos antes da publicação do livro do americano William Ivins, *Machine Politics and Money in Election*) que a eleição do presidente dos Estados Unidos custa cada quatro anos mais de noventa mil contos, o que, dividido pelos quatro anos que dura um presidente, dá vinte e dois mil e quinhentos contos por ano — soma amplamente suficiente para pagar todos os soberanos da Europa e o seu luxo, incluindo o sultão e o Papa.

Além dos bacharéis civis, a República tinha como pessoal os oficiais, que, saídos das mesmas escolas e das mesmas leituras, são no Brasil verdadeiramente *bacharéis armados*. Quase todo o exército se compõe de oficiais — e todos eles eram republicanos por teoria e por interesse. Os poucos soldados, esses, apanhados a "cordel", mal pagos, mal alimentados, ociosos, perfeitamente iletrados, sem noção

de disciplina ou de patriotismo, formavam uma massa excelente para ser lançada contra qualquer regime, pela mera promessa de mais um pataco de pré.

Nas classes comerciais não havia também uma opinião monárquica. O comércio, sobretudo o de retalho, sempre o mais ativo e influente, está todo, ou quase todo, nas mãos das colônias estrangeiras: portuguesa e italiana. Todo este mundo era sinceramente indiferente a um regime dentro do qual ele não podia exercer voto nem funções públicas. E de resto a forma de governo nada importava a este pequeno comércio, estrangeiro e naturalmente egoísta — porque, ou se viva sob uma República ou sob um Império, é sempre necessário comprar a mesma porção de manteiga. Além disso, obedecendo a um impulso (constatado por inúmeros observadores) o emigrante desenvolve sempre uma hostilidade vaga e inconsciente contra o regime do país em que vive — concentrando, contra essa expressão concreta da nação, as pequeninas e surdas antipatias que diariamente lhe causam em redor as diferenças de natureza, de hábitos, de costumes, de interesses, de língua ou de acento.

Que classe pois restava, que se não sentisse no fundo republicana? Os grandes proprietários rurais. Mas esses, habitando o interior, a enormes distâncias, não possuíam o sentimento vivo das ideias fundamentais do Império — unidade nacional, centralização política, representação exterior, etc. Para eles o único mundo exterior é o que compra café: o Império limitam-no todo ao bocado de sertão onde se estendem as suas plantações: e a centralização só a compreendem na capital da sua província. Todo o seu interesse está na colheita do café — e portanto no negro que faz a colheita. Aderiram ao Império enquanto ele, mantendo o *statu quo*, mantinha o escravo. Consumada a libertação — nenhum outro laço os prendia ao regime que nalguns sítios os empobrecia e noutros os arruinava.

O Império pois estava, não enraizado, mas pousado ao de leve sobre o Brasil. Substituí-lo pela República não foi mais difícil — do que trocar sobre uma mesa o busto de César pelo busto de Bruto.

Nada verdadeiramente se entrepunha entre a Monarquia e a República — senão a pessoa do imperador. E de há muito se combinara cortesmente que, para derrubar a Monarquia, se esperasse a morte do monarca.

O reinado da princesa D. Maria e do conde de Eu, ninguém o queria — nem mesmo talvez o imperador, no fundo do seu espírito, por motivos de ordem filosófica. Duas lendas se tinham espalhado sobre o "beatério" da princesa e sobre a "agiotagem" do príncipe, ambas fatais num país de instintos grandemente generosos e terrivelmente livre-pensador.

Todo o caixeiro tremia de furor voltaireano, quando se contava na loja que a princesa imperial, por suas mãos, varria as igrejas de Petrópolis: e não havia senão maldições contra os *cortiços*, verdadeiros ou falsos, do conde de Eu.

O imperador, por outro lado, não era genuinamente popular. Os políticos mais cultos reconheciam os seus serviços ao Império: mas o seu feitio excessivo, de sócio correspondente do Instituto de França, desagradava. A ciência do imperador, concentrada nas especialidades da arqueologia, da filologia, da astronomia, etc., não era de natureza a torná-lo estimado como homem superior entre os Brasileiros, que, nas manifestações da inteligência, só se entusiasmam pela eloquência e pela poesia. O Brasileiro é extremamente literário — pelo menos no Rio de Janeiro e em São Paulo: e decerto um imperador de elevada inteligência se poderia tornar popular, se as manifestações dessa inteligência fossem daquelas que cativam a vasta massa dos bacharéis, dos jornalistas e da mocidade culta. O estudo, porém, de monumentos fenícios e de textos hebraicos não basta para atrair, no Brasil, essa útil corrente de simpatia intelectual: o imperador só seria realmente popular se tivesse publicado uma coleção de líricas. Acresce que ele parecia o menos brasileiro de todos os brasileiros: — e um rei só alcança verdadeiro amor, quando em si encarna as qualidades e defeitos do seu povo.

Além disso, como deve suceder ao rei superiormente cultivado de um reino que o não é em tão alto grau, D. Pedro, que não acreditava no direito divino, mas acreditava no direito intelectual, tendia a absorver o Estado em si, com a muito nítida consciência de que ele era nesse Estado o homem mais instruído. Toda a imprensa europeia celebrava os seus méritos, a sua filosofia, a sua semelhança com Marco Aurélio. Ora um Marco Aurélio tende a não dar muita importância ao simples burguês que ele julga incapaz de compreender as *Meditações*. Daqui nasciam atritos, despeitos, uma crescente impaciência contra o crescente autoritarismo do imperador, que não exercia esse autoritarismo para fortalecer as instituições, mas para fazer prevalecer vontades. Assim o imperador, único obstáculo à República, ia cada dia perdendo popularidade, força, razão de existir. Que um descontente, menos disposto a esperar que a clássica foice da morte cortasse o fio que ainda prendia o Brasil ao Império, se decidisse a cortá-lo ele próprio com uma espada mais ou menos ilustre — e estava feita a República. Esse impaciente apareceu no marechal Fonseca.

Com o Império, segundo todas as probabilidades, acaba também o Brasil.

Este nome de *Brasil*, que começava a ter grandeza, e para nós portugueses representava um tão glorioso esforço, passa a ser um antigo nome da velha geografia política. Daqui a pouco, o que foi o Império, estará fracionado em repúblicas independentes, de maior ou menor importância. Impelem a esse resultado a divisão histórica das províncias, as rivalidades que entre elas existem, a diversidade do clima, do caráter e dos interesses, e a força das ambições locais. Já mais de uma vez as províncias têm feito enérgicas tentativas de separação: e o separatismo tornara-se, nestes derradeiros tempos, um dos mais poderosos fatores da política.

O Brasil, além disso, não está forçado a conservar-se unido pelo receio dos ataques ou represálias de uma metrópole forte, de quem acabasse de se emancipar, nem tem possibilidades algumas de

aspirar, como os Estados Unidos, a uma supremacia política ou econômica de que a unidade seria a inevitável condição. Nenhuma das razões que impuseram a união aos americanos do Norte, se dão no Brasil. Por outro lado, há absoluta impossibilidade de que São Paulo, a Baía, o Pará, queiram ficar sob a autoridade do general fulano ou do bacharel sicrano, presidente, com uma corte presidencial no Rio de Janeiro. Para que isso se realizasse, mesmo por alguns meses, seria necessário que surgisse um homem (que não há) de popularidade universal, incontestada e irresistível em todo o Império, como a de um Washington. Os Deodoros da Fonseca vão-se reproduzir por todas as províncias. Já decerto em Mato Grosso há um Deodoro que afivela a espada. Ora a condição de popularidade, para estes ambiciosos, será proclamar o exclusivismo dos interesses provinciais; e já disso mostra sintomas o presidente do Pará, querendo fechar a navegação do Amazonas.

Os Estados, uma vez separados, não poderão manter paz entre si, sendo abundantes os motivos de conflitos — as delimitações de fronteira, as questões hidrográficas e as alfândegas com que todos naturalmente se hão de querer criar rendimentos. Cada Estado, abandonado a si, desenvolverá uma história própria, sob uma bandeira própria, segundo o seu clima, a especialidade da sua zona agrícola, os seus interesses, os seus homens, a sua educação e a sua imigração. Uns prosperarão, outros deperecerão. Haverá talvez Chilesricos e haverá certamente Nicaráguas grotescos. A América do Sul ficará toda coberta com os cacos de um grande Império!

O "ULTIMATUM"

Durante o desagradável mês de janeiro, Portugal atravessou uma crise — que é incontestavelmente a mais severa, talvez a mais decisiva que esta geração tem afrontado.

Através dos últimos dez anos, a Inglaterra, por uma sequência de fatos, alguns imprevistos (ocupação do Egito, pacificação

temporária do Sudão, marcha de um exército até Cartum, reorganização das missões do Niassa, descoberta dos jazigos auríferos na terra de Lobengula, etc., etc.), começou a entrever, como sonho realizável, a fundação de um grande império africano. E, com aquela viva clareza de propósito e segura tenacidade de execução que constituem a sua força, encetou uma série de atos que, terminando há tempos pela criação da *East-African Company*, autorizam os seus estadistas e os seus publicistas a considerar esse império como uma realidade esplêndida, de que gozarão os filhos dos homens sem justiça e sem escrúpulo que lhe lançaram as primeiras bases.

Esse império, segundo o traçam nos seus largos contornos as publicações inglesas, estender-se-á de Alexandria ao Cabo. O Nilo, desobstruídas as cataratas, será a grande estrada de água até aos lagos centrais; dos lagos, um sistema de caminhos de ferro abrirá comunicações para Zanzibar e para a embocadura do Zambeze; duas vice-realezas, uma estabelecida no Cairo outra em Zanzibar (que, pela população e pelo comércio, é quase uma feitoria Índia), governarão e manterão a ordem nessa vasta colônia, por meio de um exército organizado (à maneira do exército indígena da Índia) com negros e Sudaneses, e por meio de alianças com as tribos mais aguerridas (à semelhança das alianças feitas na Índia com os Afredis e os Chittagongs); um imposto territorial (ainda pelo sistema índio) e a multiplicação dos portos fornecerão o orçamento; e a gradual dominação dos distritos do interior, as explorações bem organizadas e com objetos definidos, terminarão a conquista desta nova Índia e firmarão sobre ela, como diz o *Spectator* com o seu habitual pedantismo, a "imensa majestade da paz britânica".

O povo duro que britanizou a Índia pode talvez justificadamente conceber, e tentar mesmo, esta empresa portentosa. Mas, na sua execução, ele tinha necessariamente de encontrar obstáculos — desses que eram outrora considerados, pelas solenes regras do direito internacional, como insuperáveis.

Portugal oferecia à Inglaterra um desses obstáculos. Entre os atos diferentes, mas logicamente relacionados, com que a Inglaterra lenta e progressivamente prepara desde já a realização remota do seu sonho, houve (para simplificar, sem inútil desenrolamento de detalhes geográficos e históricos) dois que, sem remédio, colocaram a atividade colonizadora da Inglaterra face a face com a nossa propriedade histórica. Um, foi a criação da *East-African Company*, com domínio sobre uma região conhecida pela terra de Lobengula (que é um velho rei e um malandro) e que compreende um território imenso chamado Masona, na margem sul do Zambeze. O outro ato consistiu na apropriação ou reclamação de uma região entre a margem norte do Zambeze, o rio Chire e a margem ocidental do lago Niassa, conhecida pela região do Niassa ou do Chire. A posse destes territórios excitava furiosamente a cobiça da Inglaterra, porque assim lhe ficava aberto o caminho político e comercial desde a colônia do Cabo até ao lago de Tanganhica, e daí até ao Vitória Niassa e ao Nilo Branco. E esse caminho criava, ainda que frouxa em partes, a espinha dorsal do futuro império africano. Somente ocorria esta dificuldade: — que Portugal há duzentos anos possuía, trilhara, explorara, ocupara essa região de Masona e essa região do Niassa. Se nós fôssemos fortes, ou se ainda reinasse o direito internacional, este impedimento seria como uma montanha que se não transpõe. Mas a ciência do direito internacional acabou como a astrologia e a escolástica; nós somos, por nossa máxima culpa, deploravelmente fracos; — e o obstáculo foi transposto pelo leão britânico, com aquela simplicidade sobranceira com que ele tradicionalmente salta por cima dos muros alheios, desde que não haja do outro lado o cano de uma espingarda.

Em todo o caso, a princípio esta dificuldade deu apenas origem a uma longa e lenta troca de comunicações e de notas entre Lorde Salisbury e o Sr. Barros Gomes — acompanhada, nos jornais de Inglaterra e de Portugal, por uma serena discussão geográfico-histórica dos nossos direitos e das pretensões inglesas. Quando se desenrolava esta controvérsia (que já em setembro começava a impacientar os Ingleses), um incidente sobreveio inesperadamente, que transformou essa argumentação quase acadêmica numa

pendência quase sangrenta. Uma expedição nossa, que, sob o comando do major Serpa Pinto, estudava o traçado do caminho de ferro do rio Chire (que ultimamente nós resolvêramos construir para suprir as obstruções da navegação no Zambeze), tendo penetrado na terra dos Macololos, antigos vassallos da coroa, encontrou um gentio hostil que lhe impediu a passagem, arvorou no topo das cubatas bandeiras inglesas e terminou por fazer fogo sobre os nossos com aquelas espingardas do valor de cinco xelins, que são um dos comércios ingleses mais rendosos no interior da África.

Para desimpedir o caminho, afirmar a soberania e castigar o ultraje, os nossos (depois de tentarem conciliação) dispersaram o gentio — matando infelizmente uma centena desses negros, que são no fundo os verdadeiros senhores da região. Todos os dias sucedem estes casos na África; — e em cada uma das suas viagens, Stanley, herói aclamado nos dois hemisférios, pratica destas execuções de pretos, em proporções que as tornam, segundo a característica expressão comercial dos Ingleses, *wholesaleslaughters* (matanças por grosso). O incidente dos nossos foi logo telegrafado para Londres pelo secretário da *African-Lakes Company*, com aquela concisão do telégrafo, que é por vezes tão fatalmente prejudicial à justa compreensão das coisas como a redundância da retórica — e a imprensa conservadora, ou mais especialmente aquela abominável parte da imprensa conservadora de há muito ridicularizada e desacreditada sob a alcunha de *Jingo*, já impaciente pelas demoras da controvérsia geográfica e histórica, rompeu num desses furores arrogantes em que é vezeira quando fala a nações desarmadas — e ameaçou Portugal com uma frota de couraçados, uma ocupação da Madeira, o bloqueio de Lisboa e outras bravatas das que ordinariamente lançam, de punho na cinta, esbraseados de vinho, os rufiões de feira. Os pretextos desta indignação da imprensa *Jingo*, sempre falha em boas maneiras e bom gosto, eram — que a expedição portuguesa invadira domínios britânicos, pisando a terra dos Macololos; afrontara a humanidade, trucidando cem negros; e injuriara a bandeira inglesa, dispersando o gentio que a hasteara entre guinchos. A resposta acudia facilmente. A expedição, achando-se no território dos Macololos, pisava um território tão

português que os cônsules e missionários ingleses, para lá ir mercadejar ou intrigar, pediam salvo-conduto às autoridades de Moçambique; a expedição, dispersando os Macololos, antigos vassallos da coroa, e matando (infelizmente) cem no conflito, procedia como todas as nações colonizadoras para com indígenas sublevados — e especialmente como a Inglaterra, mestra em colonização e destruidora encartada das raças inferiores do globo; e finalmente a expedição, encontrando a bandeira inglesa nas mãos de negros que não eram soldados ingleses, ou sobre cubatas que não eram cidadelas inglesas, não lhe devia mais respeito que a outro qualquer pedaço de paninho vermelho e azul. A bandeira tira a sua significação da mão que a empunha — e se um homem é agredido num caminho por outro, que traz às costas a tricolor, não ofende decerto a França, atirando ao chão com uma paulada o agressor, que assim se embandeirou a si próprio com jovial fantasia.

Em todo o caso, o incidente em breve passou dos ataques e defesas da imprensa, para a região mais serena e grave das notas diplomáticas. Lorde Salisbury lançou reclamações que a imprensa portuguesa considerou moderadas. O Sr. Barros Gomes ofereceu explicações que a imprensa inglesa considerou conciliadoras. E as negociações prosseguiram assim, em cordura e cortesia — quando uma manhã, bruscamente, sem razão, sem incidente lateral, o ministro inglês em Lisboa, Mr. Petre, apresentou ao Sr. Barros Gomes um *ultimatum*, com aquela brutal surpresa com que outrora José do Telhado, ou outro dos nossos salteadores lendários, apontava, num caminho de pinheiral, o bacamarte ao peito de um marchante em jornada. Esta comparação, já muito usada, tem todo o relevo safado. Mas não há outra mais precisa e gráfica.

O *ultimatum*, curto e seco, exigia que dentro de onze horas o Governo português fizesse sair as suas tropas e as suas autoridades das regiões disputadas do Chire e de Masona. Se o Governo português não acedesse, o representante da Inglaterra retiraria com o seu pessoal para bordo do aviso *Enchantress*, deixando toda a ulterior ação às esquadras inglesas reunidas em Lourenço Marques, Cabo Verde e Gibraltar.

Foi durante horas uma pavorosa crise. O conselho de Estado reunido — decidiu que se passasse sob a exigência de Lorde Salisbury, visto que a resistência importaria uma ocupação de Moçambique e de Lourenço Marques (de onde a Inglaterra não sairia mais, como não saiu mais do Egito), feita por essas esquadras, que, enquanto o *Foreign Office* elaborava notas corteses, se acercavam dos nossos portos, à sorrelfa, em silêncio, exatamente como as galeras de Barba Ruiva deslizavam para dentro das enseadas da Itália ou da Sicília, à busca da presa cristã. Ocupam-se recentemente nestes feitos as frotas que comandou Nelson. Portugal, nessa noite, perdeu dois consideráveis territórios de África. De manhã, o ministério caiu. E assim findaram três anos de política colonial.

Já não interessaria porém apreciar essa política, mesmo que, para isso, possuíssemos uma documentação completa e positiva — porque, na realidade, as questões de África perdem do seu valor diante do inesperado movimento nacional que, através de todo o país, tão vasta e ruidosamente rompeu, sob o espinho das humilhações que essa África negra nos trouxe. É com efeito mais importante para Portugal possuir vida, calor, energia, uma ideia, um propósito — do que possuir a terra de Masona: mesmo porque, sem as qualidades próprias de dominar, de nada serve ter domínios. Se, como nação, estamos findos, sem força, sem alma, sem vontade, os Macololos, o Masona, o Niassa, os lagos e toda a África serão para nós tão inúteis, como inúteis eram ao pobre rei Senaqueribe, que tinha cento e dez anos e tremia de frio sob o sol da Assíria — as virgens esplêndidas que os seus intendentess lhe iam buscar à África, terra de todos os ardores e da divina fecundidade: "Como posso eu produzir vida, tartamudeava o pobre Senaqueribe, se vida em mim já não tenho?" Sem vida em nós mesmos, como poderíamos nós levar vida à África?

Por isso, na verdade, a questão do Niassa e de Masona desaparece perante este movimento, tão real, tão intenso, tão persistente —

primeira e única afirmação de vida que Portugal tem dado nestes últimos trinta anos, molemente estragados na mudez e na inércia.

Belo e de bom presságio se nos apresenta este movimento! Mas todavia, por ora, não há nele senão os sintomas materiais de vida. É o respirar, o mover, o palpitar, o falar de um corpo que muitos julgavam morto, gelado, fácil de pisar, e talvez de retalhar. E resta agora saber em que séria e útil ocupação, em que fim de alto patriotismo, se vai empregar essa vida que tão inesperadamente o país em si surpreende, e que tão dispersamente manifesta na primeira e imensa alegria de a sentir correr, quente e forte, nas veias?

That is the question, se esta citação ainda é permissível... Porque se todo o patriota se alegrou como nós, ao ver o esplêndido movimento da nação — nenhum verdadeiro patriota pode conservar alegria ao verificar que esse movimento se começa a perder em direções desviadas, transversais, inúteis — à maneira de uma torrente que, em lugar de correr direita ao moinho para o fazer trabalhar, se espalha pelos lados em riachos esguios e lentos que bem depressa a areia suga!

As primeiras manifestações deste movimento foram as instintivas, as da irrefletida cólera do homem que subitamente na rua leva com lama na face. Todas as multidões, em todas as capitais, se têm um dia abandonado a estas violências clássicas. Mas, encadeadas com estas e numa rapidez de rastilho aceso, começaram logo as manifestações de indivíduos e de corporações contra a Inglaterra — cada um sinceramente, na sua possibilidade, praticando um ato de desforra ou tomando uma decisão de hostilidade. E aqui, começamos a assistir a atos menos justificáveis. O sentimento inspirador era sempre muito belo, muito nobre — mas a expressão exterior e especial desse sentimento nem sempre participava dessa beleza e dessa nobreza. Com efeito, quando homens respeitáveis devolviam à legação de Inglaterra as medalhas ganhas ao seu serviço, ou se demitiam de empregos remunerados por companhias inglesas, estávamos claramente em presença de atos de seriedade e

dignidade. Quando, porém, professores dos liceus reclamam, como defesa nacional, que se elimine a língua inglesa do ensino das línguas vivas — estamos já diante, não de um ato de patriotismo, mas de ignorantismo. E quando as atrizes dos teatros, para mostrar como Portugal sabe repelir um ultraje, resolvem por declaração pública retirar do palco os seus sorrisos desde que surja na plateia um espectador inglês — estamos diante de um ato positivamente risível. Os jornais, registrando destes e de outros protestos, bem intencionados e desastrados, exclamavam por vezes com inquietação: "Meu Deus! não tornemos as nossas manifestações ridículas ou odiosas!" Mas por causa de indiscriminadamente se registrarem os protestos dignos e os protestos cômicos (que a imprensa estrangeira reproduzia) — estivemos nós arriscados a que a Europa misturasse ao respeito pelo nosso brio, algum desdém pela nossa extravagância.

Tudo isso, porém, passou: — e bem depressa os protestos individuais se fundiram, desapareceram, na vasta, magnífica e consoladora unanimidade das manifestações coletivas vindas dos municípios, das escolas, das associações, dos institutos, das assembleias, de vilas inteiras, de todo um povo que acorda, se levanta, e ainda trôpego do seu extenso sono, afirma claramente que *pensa* e afirma fortemente que *quer*.

O quê? — Porque isto sobretudo se nos afigura essencial: o verificar o que o país, enfim desperto e decidido à ação, pensa e quer — e em que direção vai desenvolver essa ideia, e sobre que objeto vai aplicar essa vontade. Ora, a julgar pelos incontáveis protestos, declarações, manifestos, cartas, apelos, etc., que trasbordam na imprensa, não nos parece que por ora o pensar e o querer do país se estejam exercendo para fins verdadeiramente sérios, úteis, práticos e patrióticos. De todos esses documentos, com efeito, em que o país, decerto reflectidamente e serenamente (porque num longo mês sobra tempo para serenar e refletir), tem exprimido a sua ideia e a sua vontade — que propósito exato e definitivo ressalta com saliência? Um só:

— *fazer mal à Inglaterra*. Como? Injuriando a Inglaterra; fomentando o ódio à Inglaterra; *boycottando*, tirando a freguesia à Inglaterra.

Três atos naturais, legítimos, supremamente justificáveis. Mas bastam? É neles, só neles, que se deve empregar e consumir o pensar e o querer da nação? Quando tivermos acumulado sobre a Inglaterra todos os vocábulos afrontosos do nosso dicionário; quando tivermos penetrado o coração dos nossos filhos, de um ódio tão complexo à Inglaterra, que eles não possam encontrar um volume de Shakespeare sem empalidecer de furor; quando tivermos retirado totalmente a nossa freguesia às carvoeiras de Cardife ou aos teares do Lancashire — estará realizado o fim imenso de uma nação que, abalada por uma crise brutal, desperta, se ergue e desesperadamente afirma que vive e que quer viver? Ou muito erramos, ou esse fim, longe de estar obtido, está perdido.

Injuriar a Inglaterra! De que serve? Se o fazemos por meio daquele processo que se denomina *chamar nomes* (e que parece exclusivo de Portugal e da Inglaterra, porque só estas duas nações possuem nos seus idiomas essa expressão) não aproveitamos decerto os primeiros dias do nosso despertar patriótico em obra muito bela, nem muito digna. Ressurgir de um longo adormecimento, para *chamar nomes*, é de péssimo presságio para a seriedade e fecundidade desse ressurgimento. E por outro lado se o fazemos de um modo mais grave, denunciando e verberando todo o mal da Inglaterra (onde o mal tanto abunda), dissiparemos o tempo a repetir, com pálida superfluidade, tudo o que contra a Inglaterra já demasiadamente vociferaram os seus próprios filhos, os melhores, os mais ilustres, com soberba eloquência e certeza impecável. Quem mais grandemente, do que os escritores de Inglaterra, tem flagelado os vícios da Inglaterra? Quando mal findava a literatura inglesa do século XVIII, limitada, conservadora, respeitosa e insular — logo um poeta surge, o maior dos seus poetas, que da Itália onde o levara o tédio da sua pátria, austeramente pedante e mercantilmente egoísta, a cobre de maldições e de sarcasmos. E depois de Byron e de Shelley, a legião dos acusadores segue, implacável e genial. É Dickens (para citar os mais populares) ridicularizando as suas

instituições; é Thackeray revelando com fria ferocidade todo o seu convencionalismo social e maculando-a com o nome que lhe ficou de *country of snobs*; é Carlyle, com clamores de profeta, fulminando o seu egoísmo, o seu mercantilismo, o seu materialismo; é Ruskin acabrunhando de ironias a grossa materialidade da sua civilização; é Arnold acusando-a da sua insipidez, do seu azedume, da sua aspereza; é ainda toda uma coorte de publicistas, de panfletários, de *ensaístas*, de artistas, de caricaturistas, fulminando o seu pietismo, o seu *cant*, a sua hipocrisia, a sua desumanidade... E que faz a Inglaterra? A Inglaterra cobre de aclamações estes acusadores que a ilustram pelo gênio; dá-lhes, quando eles morrem, uma sepultura de honra no panteão real de Westminster — e continua a cultivar com cuidado e a desenvolver estes defeitos de convencionalismo, de egoísmo, de mercantilismo, que a têm tornado por esse mundo tão vasta, tão forte e tão rica. Faz mais! Pela voz do seu maior orador neste século, proclama o egoísmo como programa político, justifico pela "luta pela vida", e afirma, em plena câmara dos comuns, entre universais aclamações: — "No dia em que déssemos aos outros a justiça, chamaríamos sobre nós a ruína!" Empregar o tempo a chamar a uma nação deste feitio nomes feios em prosa e verso — *pirata, ladra, infame*, etc. — é uma puerilidade de fracos.

Odiar a Inglaterra! Sentimento bem legítimo — porque, por muito cristão que se seja (e nós somos inteiramente pagãos), não podemos abençoar quem nos brutalizou. Mas o ódio fixo, em perpetuidade, cultivado e organizado como programa nacional (e assim o pregam os manifestos) que significa? O ódio pode formar um fator na vida de um povo, quando apaixonadamente incite e aqueça a atividade que prepara a desforra. Ora a desforra *consiste* em derrotar quem nos derrotou, humilhar quem nos humilhou. E que esperança pode ter este frágil reino de abater o mais forte dos impérios, dura ressurreição do duro império romano? Se nós pressentíssemos razoavelmente a possibilidade de um dia, por nossa vez, mandar à Inglaterra um *ultimatum* sublinhado com esquadras — *então, sim*, por Deus, que o ódio fosse o nosso inspirador! Mas, para que tal se realizasse, teríamos de esperar até aos tempos (entrevistos justamente por um humorista inglês) em que o Império Britânico

ficará reduzido ao condado de Middlessex. Esses tempos jazem muito longe, nas profundidades do futuro; e não podemos realmente passar os séculos que deles nos separam, quietos, hirtos, de dentes cerrados, de olhos flamejantes, absortos e imobilizados nessa única e estranha função social — *odiar!*

O ódio é um sentimento negativo que nada cria e tudo esteriliza: — e, quem a ele se abandona, bem depressa vê consumidas na inércia as forças e as faculdades que a Natureza lhe dera para a ação. O ódio, quando impotente, não tendo outro objeto direto nem outra esperança senão o seu próprio desenvolvimento — é uma forma da ociosidade. É uma ociosidade sinistra, lívida, que se encolhe a um canto, na treva.

Não, por Deus! O povo alegre e franco, que outrora em Dio atirava por entre as bombardas gracejos aos mouros, e que é hoje ainda na Europa o único que trabalha cantando — não pode empregar e estragar os seus dias nessa negra e fúnebre ocupação, o *ódio!*

Detestemos a Inglaterra, de acordo, toda a Inglaterra — mesmo sem distinguir se foi a Inglaterra como nação, ou apenas um partido inglês como Governo, que nos ultrajou. Mas que esse sentimento seja secundário na vasta obra que temos diante de nós, agora que acordamos — e não essencial, supremo e tão absorvente que só ele ocupe a nossa vida, e se substitua à própria obra.

Os que afirmam (e muitos afirmam) que "o único dever de Portugal agora é odiar a Inglaterra", ou se contentam com um desabafo vão — ou sinceramente aconselham ao país que nada faça, permaneça na sua inferioridade e accentue mais a sua impotência final entregando a direção da sua vida a um sentimento impotente.

Se tais conselhos são considerados como nobres expressões de patriotismo — então o patriotismo, como ideia, tem mudado desde as idades em que, nas praças de Atenas, os patriotas que iam, em Plateia e Salamina, dar ao mundo o inigualável exemplo do

patriotismo heroico, exclamavam: — "Não se trata de parolas e de odiar a Pérsia — trata-se de atos e de salvar a Grécia!"

Temos depois, como plano, *boycottar* a Inglaterra. Ideia bem natural e bem lógica. A Inglaterra é uma imensa loja. Nós somos dos seus mais antigos fregueses. A prosperidade de uma loja depende da sua freguesia: retirando portanto a nossa freguesia à Inglaterra, comprometemos a sua prosperidade. É perfeito. Resta averiguar se é eficaz.

Os homens positivos, experimentados e práticos, afirmam que, desgraçadamente, este plano, tão tentador na sua simplicidade, não dará resultado que nos console e vingue — porque ao fim de um *tempo*, para a Inglaterra, não será sensível a conta do seu prejuízo, enquanto para nós montará pavorosamente a conta do nosso dano. Se nós hoje, que não possuímos indústrias nacionais, formos buscar a outros mercados o que costumamos trazer de Inglaterra — encheremos a nossa casa de produtos *piores e mais caros*, o que duplamente aumentará o custo da nossa vida. Logo, este começo é péssimo. Por outro lado, quebrando as relações comerciais com a Inglaterra, deixamos logicamente de ser fregueses da sua marinha mercante. Ora os Ingleses, que possuem a maior marinha mercante e de maior tonelagem de todas as nações, são os grandes transportadores do Universo, os que através dos mares levam e trazem mais homens e mais fazendas. E não admitindo nós que navios ingleses entrem nos nossos portos, a buscar ou a trazer — matamos o grande plano dos últimos tempos, que era tornar Portugal o rico e forte centro do movimento comercial entre o velho e novo mundo. Para isso, com sacrifícios enormes, estamos construindo o porto de Lisboa e o porto de Leixões. Mas esses portos, excluindo das suas docas dois terços dos navios que sulcam os mares, não obterão rendimento apreciável: — e nós teremos de pagar o que essas obras custaram, sem poder embolsar o que elas por si renderiam. E há mais. Assim como não queremos comprar nada aos Ingleses, nada lhes queremos também vender. Ora o inglês é o nosso maior freguês: e não teremos pois de ora em diante quem nos consuma na sua quase totalidade o nosso vinho do Porto; os

nossos minérios, as nossas frutas, o nosso sal, a nossa cortiça. Para não arruinar o Porto, Aveiro, Setúbal, o Alentejo, etc., seremos forçados a procurar novos fregueses — o que, neste século de áspera, feroz, tumultuosa concorrência, se vai tornando a mais pavorosa das dificuldades humanas. Ora, insistem os homens práticos, como nós já frequentemente tentamos, sem resultado, obter pequenos mercados para artigos parciais da nossa produção — não lograremos agora decerto alcançar um vasto mercado que substitua a vasta Inglaterra. De sorte que, em resumo, ao fim de um ou dois anos de quebrar as relações comerciais com a Inglaterra, teríamos as nossas despesas consideravelmente elevadas, os nossos rendimentos consideravelmente diminuídos, obras colossais a pagar e nenhum lucro a tirar delas.

Assim dizem os experimentados. Resta porém saber se estes sacrifícios não seriam bem pagos pelo justo regalo de ferir a Inglaterra num ponto que é nela mais vivo que o orgulho — o interesse; e se não compensaríamos, amplamente, o desgosto de ver os transtornos que sobre nós acarretamos — pela delícia de constatar as ruínas que na Inglaterra acumulamos.

E, aqui, voltam os experimentados (verdadeiramente patriotas) explicando que a Inglaterra, para o nosso caso, é uma loja, cuja prosperidade ou decadência se verifica pelo seu balanço e pelos seus livros. Ora, examinando as contas correntes de Inglaterra (pelo último balanço feito, o de 1888), vemos que o seu movimento comercial com Portugal, isto é, o valor do que nos comprou e do que nos vendeu, monta à soma redonda de *trinta mil contos*. Verba considerável. Mas em que proporção entra ela no movimento geral da loja? A falta de um freguês deste valor dará à loja um golpe definitivo e mortal, ou fará apenas uma arranhadura insensível e reparável? Examinando o balanço total do Império Britânico, verificamos que o seu movimento monta à soma, que quase custa a ler em cifras, de *quatro milhões novecentos e vinte mil setecentos e cinquenta contos!*

Como estas somas disformes estonteiam, quase não têm realidade para um meridional — digamos, tornando as cifras mais acessíveis, que a nossa abstenção como fregueses da Inglaterra diminui *trinta contos* no seu movimento de *quatro mil novecentos e vinte contos*. É portanto como se um particular egoísta e brutal, possuindo uma renda de *quatrocentos e noventa e dois contos*, fosse prejudicado em *três pobres contos de réis* por um vizinho ofendido que, para tomar essa desforra que ele julgava mortal, se sacrificasse até à ruína!

Decerto, esses trinta mil contos de menos vão momentaneamente prejudicar certas indústrias inglesas. Mas essas indústrias são justamente as mais fortes (carvão, ferro, tecidos, etc.). Todas elas têm afrontado crises infinitamente mais terríveis, que atravessaram com triunfal serenidade. E quando nós começarmos apenas a penar as primeiras dores do nosso sacrifício — já elas terão galhardamente reconstituído o seu equilíbrio.

De resto, Portugal não desceu ainda tanto na universal jerarquia, que se levante todo, num esforço unido de nação unida, com o fim único de encalacrar os Srs. fulano & Cia., carvoeiros de Newcastle, ou os Srs. Sicranos & Filhos, com fábrica de lanifícios em Bradford. O único objeto por que dignamente poderíamos sofrer perdas e angústias seria, como se tem dito nos manifestos e protestos, o de matar o leão britânico! Mas que conseguimos? Arrancar-lhe alguns pelos da juba bruta, que bem cedo renascerão — mais duros e fortes.

Todo este movimento público, pois, que, para *fazer mal* à Inglaterra, se impõe como missão odiar a Inglaterra, ofender a Inglaterra, *boycottar* a Inglaterra — a si mesmo se esteriliza, errando a sua direção: porque, evidentemente, como movimento nacional, nascido da alma da nação para proveito da nação, nunca lhe cumpriria tomar por fim único o *fazer mal à Inglaterra*, mas, antes de tudo e sobretudo, *fazer bem a Portugal*.

Uma vez que, segundo tão altamente se proclama, acordamos do nosso letargo, urge empregar este alento que nos volta, não na teima improfícua de destruir o que é indestrutível — mas de reconstruir

tudo o que em torno de nós se deteriorou e derrocou, durante o nosso imenso sono. Esta seria a direção única a imprimir ao movimento nacional — que se não deve dispersar em tentativas ou brados efêmeros contra a Inglaterra, mas concentrar em obras sólidas a proveito de Portugal. Até agora nada se fez, porque (como todos violentamente constataam, por experiência própria) jazíamos ressonando, no esquecimento de todo o dever cívico. Pois bem! agora que todos se declaram despertados, e saltam para a arena, bradando, de braços arregaçados, prontos para a faina — comece a empresa, única verdadeiramente patriótica, que é a de reconstituir a pátria. Se as forças e as vontades abundam (como afirmam manifestos e protestos) não faltará também obra urgente e boa em que elas se empreguem com glória. Temos quase tudo por fazer — tudo teríamos a refazer. Teríamos antes; de tudo de criar riqueza, porque, sem esse instrumento, o braço mais forte fraqueja. Teríamos de criar a riqueza, como povo agrícola que somos, pelos meios que o saber positivo tem indicado e que a política tem desdenhado. Criar riqueza, através do fomento rural — repovoando o reino pela colonização interior; metodizando as culturas; congregando a propriedade excessivamente fragmentada, criando o crédito rural; dirigindo o aproveitamento das águas públicas e organizando a economia hidráulica; fazendo a repovoação florestal do país; regulando o exercício da caça e da pesca, etc., etc. Teríamos ainda de fundar indústrias, nacionalizando os fornecimentos públicos para as fazer viver, e nacionalizando os transportes para as fazer circular...

Obtidos estes primeiros recursos, teríamos então de alargar a nossa marinha de guerra, reorganizar o nosso exército" construir as defesas dos nossos portos. Teríamos ainda de reformar o ensino científico e fundar seriamente o ensino técnico. Teríamos enfim (para não desanimar as boas vontades com um programa muito pesado) de preparar, por meio de educação física, gerações que possuam o músculo, o vigor, a saúde e o poder de arrostar trabalhos — que a nós nos falta tão lamentavelmente. E teríamos ainda (só este detalhe mais) de criar em nós mesmos hábitos de energia e disciplina, ordem, força, perseverança — refletindo que sem bons

costumes de nada valem as boas instituições, e que já um poeta, que era todavia o mais risonho dos cétricos, disse:

*Quid leges, sine moribus
Vanae, proficiunt?*

Eis, na nossa ideia, talvez excessiva e errada, o que deveriam fazer esses patriotas que, com tanta esperança nossa, se declaram acordados do seu sono histórico, prontos a trabalhar na regeneração da pátria. Tudo isso depende deles, só deles. Não dos governos ou dos ministérios. Depende meramente da sua iniciativa, do seu esforço, da sua constância, da sua propaganda. Depende do seu honesto propósito de escolher homens capazes que, no parlamento, vão enfim criar as leis exatamente correspondentes às nossas necessidades — e, no Governo, vão enfim assegurar a execução exatamente indispensável a essas leis salvadoras.

Assim julgamos que devia ser utilizada e regularizada essa bela efervescência de vida, que se denomina o "movimento nacional". Porque de resto, bradar nas ruas contra a Inglaterra, elaborar manifestos, fundar comissões, agitar archotes, desfraldar bandeiras, abater tabuletas, não nos parecem na verdade os modos de um povo que, sob o impulso do patriotismo, se prepara para a regeneração: — antes se nos afiguram os modos de um povo que, através do patriotismo, se está educando para a insurreição.

E que a mocidade das escolas dê, ela, o exemplo mais direto e melhor. Por toda a parte se afirma que da sua paixão generosa e pura partiu o primeiro arranque deste movimento. Honra grande lhe seja mais tarde na história. Mas a mocidade já se manifestou amplamente. Que, agora, se retire das ruas e dos comícios, se recolha e ofereça, ela, esperança de todos, messe rica do futuro, o modelo superior do patriotismo, passando a cumprir com sereno amor esse dever patriótico que tão especialmente cabe a estudantes — e que consiste em estudar.

E deixemos a Inglaterra, que, quieta na sua ilha, digere sombriamente, como nação de rapina, a presa que rapinou. Chamar pelas praças *Delenda Cartago!* é excelente — quando já estão reunidas no porto de Óstia as galeras que vão levar Cipião à África. Mas nós não nos podemos ufanar, por ora, nem de galeras nem de Cipião. De que valem pois brados vãos? O grande grito a gritar não é — *Delenda Britannia!* O grande grito a gritar é — *Servanda Lusitania!* Porque se não trata infelizmente de destruir a Inglaterra — mas de conservar Portugal.

Através destas sugestões, que vimos timidamente arriscando, de propósito omitimos o fato magnífico da subscrição nacional. Só ele, todavia, e o sentimento coletivo que revela, as justificam — porque sem ele, todas as nossas considerações montariam à puerilidade de querer dirigir, regularizar e aproveitar para um fim permanente, uma chama que passa e que morre! A forte, sólida e tenaz unanimidade, porém, com que a nação inteira, que tão pobre é, acode a abrir a sua bolsa para um alto objetivo nacional, prova que este movimento, tendo raízes na razão e na consciência do país, não somente na sua imaginação móbil, constitui uma força duradoura e viva que convém dirigir para onde ela possa fecundar e criar. E indicar a sua direção é concorrer para a sua fecundidade — porque decerto aqueles que tão ardentemente querem preparar a defesa exterior, não se mostrarão menos prontos a trabalhar na ordem interior. De pouco serviria ter muralhas novas por fora e só velhas ruínas por dentro. A peito doente nada vale couraça de bronze!



Iba Mendes Editor Digital
www.poeteiro.com